

CONTABILIDADE GERAL

SUMÁRIO

1 - CONTABILIDADE GERAL	03
2 - PATRIMÔNIO ATIVO, PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA (OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO)	05
3 - CONTAS: CONCEITO, DÉBITO, CRÉDITO E SALDO – TEORIAS, FUNÇÃO E ESTRUTURA DAS CONTAS – CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO	07
4 - CONCEITOS DE CAPITAL	11
5 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	12
6 - BALANÇO PATRIMONIAL	15
7 – RECEITAS E DESPESAS – CONCEITOS, CONTABILIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E TRATAMENTO CONTÁBIL	19
8 - BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS	21
9 - CONTAS DE RESULTADO	22
10 - APURAÇÃO CONTÁBIL DO LUCRO OU PREJUÍZO	22
11 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – D.R.E.	23
12 - OPERAÇÕES COM MERCADORIAS	23
13 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	39
14 - DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	41
15 - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	42
16 – RESERVAS	42
17 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	47
18 - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	48
19 – EXERCÍCIOS	51

PESQUISA E EDIÇÃO: FLÁVIO NASCIMENTO (Graduado em Administração de Empresas e Bacharelado em Direito pela Faculdade Toledo de Araçatuba – SP)

BIBLIOGRAFIA:

Silva, Benedito Gonçalves da. Contabilidade Geral para Concursos – São Paulo: Meta, 1992.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral. Fácil. São Paulo: Saraiva, 1997.

ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é um instrumento que fornece um número muito grande de informações úteis, para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo as autoridades governamentais, principalmente aquelas que têm a incumbência de propiciar arrecadação de tributos, começaram a utilizar-se dela para aumentar a arrecadação e torná-la obrigatória para a todas as empresas e pessoas físicas, quando seu movimento ultrapassar a limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal.

É bom lembrar que a contabilidade não deve ser feita unicamente para atender a exigência do fisco e sim, para que ela sirva de instrumento seguro e confiável para o administrador tomar decisões.

A contabilidade tem a incumbência de registrar todas as operações da empresa, as quais, em certo momento, devem ser tabuladas e quantificadas monetariamente, para que em seguida, sejam elaborados os respectivos relatórios contábeis que são entregues aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, por meio dos relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram àqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro. Portanto, a contabilidade é um instrumento retrospectivo para a tomada de decisões futuras.

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

OBJETO, OBJETIVO E FINALIDADE DA CONTABILIDADE

A contabilidade tem como objeto o Patrimônio das Entidades econômico-administrativas, seu objetivo é permitir o estudo e o controle dos fatos decorrentes da gestão do patrimônio dessas entidades com a finalidade de propiciar a obtenção de informações econômicas e financeiras acerca da entidade.

A aplicação da Contabilidade

A Contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou em particular (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia). Assim, no estudo da Contabilidade podemos enfocar, dentre outros, os seguintes ramos:

- Contabilidade Comercial e de Serviços;
- Contabilidade Industrial;
- Contabilidade Bancária;
- Contabilidade Hospitalar;
- Contabilidade Pública;
- Contabilidade Agropecuária;
- Contabilidade Securitária;
- Contabilidade de Transporte (rodoviário, marítimo, aéreo);
- Contabilidade das Pessoas Físicas -Atividade Rural → Movimento > R\$.54.000,00 anual;
- Contabilidade de Autônomos → Livro Caixa.

Os Usuários da Contabilidade

Compreendem todas as pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios acionistas, administradores, governo (fisco), fornecedores, bancos, etc.

Para quem é mantida a Contabilidade

A Contabilidade pode ser feita para uma Pessoa Física ou Pessoa Jurídica. Considera-se pessoa, juridicamente falando, todo o ser capaz de direitos e obrigações.

PESSOA FÍSICA - é a pessoa natural, é todo o ser humano, é todo indivíduo. A existência da pessoa física termina com a morte.

PESSOA JURÍDICA - é a união de indivíduos que, através de um contrato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros. São as chamadas Entidades Econômico-administrativas, que caracterizam-se como organizações que reúnem os seguintes elementos: pessoas, patrimônio, titular, capital, ação administrativa e fim determinado.

Quanto ao fim a que se destinam, as entidades econômico-administrativas podem ser assim classificadas:

Entidades com fins lucrativos – chamadas empresas, que visam lucros para preservar e/ou aumentar o seu patrimônio líquido. Exemplo: empresas comerciais, industriais, de serviços, agrícolas, etc.

Entidades com fim sócio-econômico – intituladas instituições, visam atingir superávit que reverterá em benefício de seus integrantes. Exemplo: associações de classe, clubes sociais, etc.

Entidades com fins sociais – também chamadas instituições, que têm por obrigação atender às necessidades da coletividade a que pertencem. Exemplo: a União, os Estados e os Municípios.

LIVROS DE ESCRITURAÇÃO

Os diversos livros utilizados pela contabilidade para o registro ou escrituração de fatos contábeis devem obedecer a dois tipos de formalidades:

FORMALIDADES EXTRÍNSECAS (EXTERNAS)

- Livro encadernado com costura, com as páginas numeradas mecanicamente
- Possuir tomos de abertura e de encerramento lavrados por ocasião do seu registro
- Registrado na repartição competente do Registro do comércio:
 - Junta Comercial (empresas comerciais)
 - Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (empresas civis)
- Está rubricado, em todas as páginas por funcionário da Repartição competente

FORMALIDADES INTRÍNSECAS (INTERNAS)

- Os registros devem ser sem rasuras, borrões ou emendas
- Não pode conter registro nas entrelinhas e nas margens
- Deve obedecer rigorosa ordem cronológica

- A escrituração deve seguir um método uniforme de registro (plano de contas)

ERROS DE ESCRITURAÇÃO E SUA CORREÇÃO

Decorrentes de diversos fatores da própria condição humana, erros podem acontecer na escrituração dos livros. As formalidades intrínsecas são rígidas na manutenção da fidelidade dos livros não permitindo a utilização da famosa "borracha".

Os principais erros notados são:

- a) Erro na identificação da conta debitada ou creditada
- b) Inversão das contas
- c) Lançamento em duplicidade
- d) Omissão de lançamento
- e) Erro no valor (lançado a mais ou a menos)
- f) Erro na narração do fato contábil

Esses erros podem ser identificados imediatamente ou posteriormente, na conciliação das contas. Os erros podem ser corrigidos pelos seguintes métodos:

- a) Estorno do lançamento
- b) Lançamento retificativo
- c) Lançamento complementar
- d) Ressalva por profissional qualificado

PROCESSOS DE ESCRITURAÇÃO

ESCRITURAÇÃO MANUAL - escrituração feito a mão

ESCRITURAÇÃO MAQUINIZADA - utiliza máquinas de datilografar normais

ESCRITURAÇÃO MECANIZADA -c/ máquinas desenvolvidas para a escrituração contábil

ESCRITURAÇÃO COMPUTADORIZADA - utilização de computação eletrônica

LIVROS DE ESCRITURAÇÃO: Classificação e Formalidades

CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS: os livros de escrituração podem ser classificados:

1 – Quanto à necessidade de manutenção:

- a) Obrigatório;
- b) Facultativo.

2 – Quanto a importância para o sistema contábil:

- a) Principais;
- b) Auxiliares.

3 – Quanto à forma de escrituração:

- a) Cronológicos;
- b) Sistemáticos.

OBRIGATÓRIOS – São os livros exigidos por lei. Exemplo: Diário, Razão, Lalur, Registro de Inventário e os livros fiscais.

FACULTATIVOS – são livros não obrigatórios por lei, criados para maior clareza e controle dos registros contábeis.

Exemplo: Caixa, Conta Corrente.

PRINCIPAIS – São os livros que registram todos os atos e fatos ocorridos, constituindo o centro do sistema de escrituração.
Exemplo: Diário, Razão.

AUXILIARES – São os livros criados para desdobrar os registros constantes dos livros principais ou registrar separadamente determinada espécie de fato.

Exemplo: Caixa, Conta Corrente, etc.

CRONOLÓGICOS – São livros cujos registros se faz em rigorosa ordem de data, isto é, na ordem em que os fatos ocorreram, qualquer que seja a espécie.

Exemplo: Diário e Caixa.

SISTEMÁTICOS – São os livros que registram os fatos, separando-os por espécie.

Exemplo: O Razão e o Conta Corrente

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS LIVROS DE ESCRITURAÇÃO

Para registrar os fatos contábeis ocorridos em seu patrimônio, bem como para atender as exigências legais e fiscais, as empresas utilizam vários livros, que podem ser classificados nos seguintes grupos:

LIVROS CONTÁBEIS

Exigidos pelas leis comerciais:

- Diário
- Razão
- Registro de Duplicatas
- Registro de Vendas O Vista
- Registro de Código de Números ou Abreviaturas (art. 177 Lei 6404/76).

Exigidos pela Lei das Sociedades por Ações - 6.404/76:

- Registro de Ações Nominativas
- Registro de Ações Endossáveis
- Livro de Transferência de Ações Nominativas
- Livro de Registro de Partes Beneficiárias Nominativas
- Livro de Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas
- Registro de Partes Beneficiárias Endossáveis
- Registro de Debêntures Endossáveis
- Registro de Bônus de Subscrição Endossáveis

Exigidos pelas Leis Fiscais:

- Registro de Compras
- Registro de Inventários
- Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)
- Razão de Apuração do Lucro Real
- Razão Auxiliar em UFIR

LIVROS FACULTATIVOS OU AUXILIARES

- Conta Corrente
- Registro de Vencimento de Compromissos
- Registro de Estoque
- Caixa
- Livros Analíticos para Registro de Contas de Clientes, Fornecedores, Bancos, etc.

LIVROS SOCIAIS

Exigidos pela Lei 6404/76 para as Sociedades Anônimas:

- Livros de Atas das Assembléias Gerais
- Livro de Presença de Acionistas
- Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração
- Livro de Atas das Reuniões de Diretoria
- Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

LIVROS DE CONTROLE DAS LEIS FISCAIS

Exigidos pelo IPI e pelo ICMS

- Registro de Entradas – Modelo I e Registro de Entradas – modelo IA

- Registro de Saída-Modelo 2 e Registro de Saída – modelo 2A
- Livro de Controle de Produção e do Estoque – modelo 3
- Registro do Selo Especial de Controle – modelo 04
- Registro de Impressão de Documentos Fiscais – modelo 5
- Registro e Termos de Ocorrência – modelo 6
- Registro de Inventário – modelo 7
- Registro de Apuração do IP I – modelo 8
- Registro de Apuração do ICM – modelo 9

Exigidos pelo ISS:

- Registro de Prestação de Serviços – modelo I
- Registro de Contratos de Obras e Serviços- modelo 2
- Registro de Faturas de Obras e Serviços – modelo 3
- Registro de Locação de Bens Móveis – modelo 4
- Registro de Movimento de Impressos em Diversões Públicas – modelo 5
- Registro de Impressos Fiscais – modelo 6
- Registro de Entradas e Saídas de Objetos para Conserto – modelo 7

LIVROS DE CONTROLE DE LEIS TRABALHISTAS

- Registro de Empregados
- Livros de Inspeção do Trabalho

PRINCIPAIS LIVROS CONTÁBEIS

Dos vários livros usados pelas empresas, vamos mencionar apenas os utilizados pela contabilização dos atos e fatos administrativos.

Os principais livros utilizados pela Contabilidade são:

- **Livro Diário**
- **Livro Razão**
- **Livro Caixa**
- **Livro Contas-Correntes**

LIVRO DIÁRIO

O **Diário** é um livro obrigatório pela legislação comercial. Por ser obrigatório, o Diário está sujeito às formalidades legais **extrínsecas** e **intrínsecas**.

Objetivo: cumprimento da função histórica da Contabilidade (ordem cronológica dos fatos ocorridos). O livro **Diário é o mais importante livro contábil**. Caso haja extravio dos demais livros fiscais, com o livro Diário é possível a recuperação dos mesmos.

Formalidades do Livro Diário

Formalidades extrínsecas (ou externas): o livro Diário deve ser encadernado com folhas numeradas em seqüência, tipograficamente. Deve conter, ainda, os termos de abertura e de encerramento e ser submetido à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

Formalidades intrínsecas (ou internas): a escrituração do Diário deve ser completa, em idioma e moedas nacionais, em forma mercantil, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transportes para as margens.

O livro Diário tradicional pode ser substituído por fichas (contínuas, em forma de sanfona, soltas ou avulsas). Porém, a adoção desse sistema não exclui a empresa de obediência aos requisitos intrínsecos, previstos na lei fiscal e comercial para o livro Diário. As empresas que utilizam fichas são obrigadas a adotar o livro próprio para a inscrição das demonstrações financeiras.

Os **Termos de Abertura e de Encerramento** devem ser transcritos na primeira e na última página do livro Diário, respectivamente. Esses termos são colocados na época da abertura dos livros, conforme o seguinte modelo:

Elementos Essenciais do Lançamento no Livro Diário

- 1º - local e data;
- 2º - conta ou contas debitadas;
- 3º - conta ou contas creditadas, precedida(s) da **partícula “a”**;
- 4º - Histórico da operação;
- 5º - valor da operação.

LIVRO RAZÃO

O **Razão** é um livro de grande utilidade para contabilidade porque registra o movimento de todas as contas. A escrituração do livro Razão passou a ser obrigatória a partir de 1991. Na Contabilidade moderna, o Razão é escriturado em fichas.

LIVRO CONTAS-CORRENTES

O **Contas-Correntes** é o *livro auxiliar do Razão*. Serve para controlar as contas que representam Direitos e Obrigações para a empresa.

LIVRO CAIXA

O livro **Caixa** também é **auxiliar**. Nele são registrados todos os fatos administrativos que envolvam entradas e saídas de dinheiro.

2 - PATRIMÔNIO ATIVO, PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA (OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO).

CONCEITO CONTÁBIL DE PATRIMÔNIO

Conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade num determinado momento, suscetíveis de avaliação econômica.

COMPONENTES BÁSICOS

ATIVO

Representa todos os bens, direitos e valores a receber de uma entidade. Se uma empresa compra uma máquina, esta representa um bem de sua propriedade, portanto um ativo. Por outro lado, se uma empresa paga determinada quantia, digamos, pela patente de uma invenção, ela passa a ter o direito sobre essa patente. Assim uma patente representa um direito; logo um ativo.

Exemplos de ativos:

- dinheiro guardado em banco

- duplicatas a receber provenientes de vendas a prazo
- veículos
- imóveis
- terrenos
- estoque de mercadorias

PASSIVO EXIGÍVEL

Representa todas as obrigações financeiras que uma empresa tem para com terceiros. É tudo que deve; as dívidas que ela contraiu.

Assim se uma empresa adquire um veículo para pagamento a prazo, a posse do mesmo representa um ativo. Mas por outro lado, a empresa passa a ter uma obrigação para com a pessoa ou companhia que vendeu o veículo. Assim, ela passa a ter uma obrigação, que representa um passivo exigível.

Exemplos de passivos:

- duplicatas a pagar
- salários a pagar
- aluguéis a pagar
- encargos sociais a pagar
- juros a pagar
- impostos a pagar

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa o registro do valor que os proprietários de uma empresa têm aplicado no negócio. Para ilustrar, vamos admitir que você e um sócio decidiram abrir uma empresa. Mas, para iniciar as atividades, a empresa necessita de um capital inicial de \$ 20.000.000, que vocês entregam ao gerente da firma. No momento em que a empresa recebe o dinheiro, a posse deste representa um ativo. Mas, por outro lado, a empresa deve registrar que seus proprietários (os sócios) aplicaram no negócio uma determinada quantia, o capital, que representa o patrimônio líquido da companhia. Neste ponto, uma dúvida muito comum costuma surgir. Nós aprendemos que os bens de uma empresa representam o seu patrimônio. Por que, de repente, o patrimônio passa a ser chamado ativo e o valor que os proprietários aplicaram no negócio é denominado patrimônio líquido?

A resposta é simples. Suponhamos que você decida comprar um veículo; porém uma parte da compra será financiada.

Assim temos:

		\$
Valor do veículo	10.000	
Valor pago à vista		4.000
Valor a pagar		6.000

Ex: a posse do veículo representa para você um patrimônio, chamado ativo. Ao mesmo tempo, o valor que você ficou devendo, representa uma obrigação e

conseqüentemente, um passivo exigível. Dessa forma, se você tem um patrimônio no valor de \$ 10.000, mas ainda está devendo \$ 6.000 referente à sua compra, o valor líquido de seu ativo é \$ 4.000,00. O que equivale a dizer que seu patrimônio líquido monta em \$ 4.000 como abaixo:

Valor Total do patrimônio (ativo)	10.000
Valor da obrigação assumida na compra do patrimônio (passivo exigível)	6.000
Valor líquido do patrimônio, ou patrimônio líquido	4.000

EQUAÇÃO BÁSICA E VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Embora simples, essa equação é fundamental para se aprender contabilidade. Na realidade ela diz respeito aos reflexos que as transações ocorridas provocam na situação econômico-financeira das empresas. Se uma companhia compra uma máquina a prazo, essa transação tem reflexos em dois componentes básicos da contabilidade: a posse da máquina (que é um ativo) vem aumentar o valor total do ativo da companhia. Mas, ao mesmo tempo, desde que a compra foi a prazo, a companhia também contraiu a obrigação (passivo exigível).

Em resumo: a compra a prazo de uma máquina provocou um aumento no ativo e no passivo exigível. Supondo que a máquina custou \$ 10.000, essa transação, colocada em forma de equação, seria assim representada:

$$\frac{\text{ativo (A)}}{\text{Máquina \$10.000}} = \frac{\text{passivo (P)}}{\text{Dupl. a pg \$10.000}} + \frac{\text{Patr. líquido (PL)}}{\text{Sem movim. \$ 0}}$$

Para fixação dessa equação, vejamos quais as variações que algumas transações provocam no ativo, passivo e patrimônio líquido.

1. Constituição da empresa com os sócios aplicando \$ 50.000 em dinheiro.
2. Abertura de uma conta-corrente no Banco do Brasil, depositando \$ 48.000.
3. Compra a prazo de móveis para escritório no valor de \$ 3.000.
4. Compra à vista de um micro-computador no valor de \$ 4.000.
5. Tomada de um empréstimo bancário no valor de \$ 5.000.
6. Pagamento de 50% da dívida dos móveis.
7. Pagamento em espécie de despesa de condomínio, valor \$ 1.000.
8. Registro da despesa de salários para pagamento futuro, \$ 2.000.
9. Pagamento do empréstimo bancário.
10. Recebimento de \$ 4.000 em espécie referente a receita de serviços.
11. Receita de serviços \$ 6.000. 50% a vista com um cheque e 50% dividido em 3 meses
12. Recebimento de \$ 1.000 em espécie referente a 1ª duplicata da venda de serviços anterior

	ATIVO		PASSIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1	Constituição da empresa: R\$ 50.000 em caixa	=	R\$ 0	+	R\$ 50.000
2	Abertura Conta Corrente R\$ 2.000 - Caixa R\$ 48.000 - Bancos	=	R\$ 0	+	R\$ 50.000
3	Compra de Móveis R\$ 2.000 - Caixa R\$ 48.000 - Bancos R\$ 3.000 - Móveis	=	R\$ 3.000 - Contas a Pagar	+	R\$ 50.000

4	Compra de Microcomputador R\$ 2.000 - Caixa R\$ 44.000 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam.	=	R\$ 3.000 – Contas a Pagar	+	R\$ 50.000
5	Tomada de Empréstimo Banc. R\$ 2.000 - Caixa R\$ 49.000 - Banco R\$ 7.000 - Móveis/Equipam.	=	R\$ 3.000 - Contas a Pagar R\$ 5.000 - Empréstimos	+	R\$ 50.000
6	Pagamento 50% Móveis R\$ 2.000 - Caixa R\$ 47.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam.	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar R\$ 5.000 - Empréstimos	+	R\$ 50.000
	ATIVO		PASSIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
7	Pagamento Condomínio R\$ 1.000 - Caixa R\$ 47.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam.	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar R\$ 5.000 - Empréstimos	+	R\$ 49.000
8	Registo Desp. Salários/Futuro R\$ 1.000 - Caixa R\$ 47.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar R\$ 5.000 - Empréstimos (R\$ 2.000 - Salários à Pagar)	+	R\$ 49.000
9	Pagamento Emprést. Bancário R\$ 1.000 - Caixa R\$ 42.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar (R\$ 2.000 - Salários à Pagar)	+	R\$ 49.000
10	Recebimento de Serviços R\$ 5.000 - Caixa + Receita R\$ 42.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar (R\$ 2.000 - Salários à Pagar)	+	R\$ 53.000
11	Receita Serviços (1/2 a 1/2) R\$ 8.000 - Caixa + Receita R\$ 42.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam (R\$ 3.000 - Contas à Receber)	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar (R\$ 2.000 - Salários à Pagar)	+	R\$ 56.000
12	Recebimento de Serviços a Prazo R\$ 9.000 - Caixa + Receita R\$ 42.500 - Bancos R\$ 7.000 - Móveis/Equipam (R\$ 2.000 - Contas à Receber)	=	R\$ 1.500 - Contas a Pagar (R\$ 2.000 - Salários à Pagar)	+	R\$ 57.000

A equação vista nestes exemplos é chamada de "equação do balanço", porque consiste em balancear o total do A com o total obtido pela soma do P mais o PL.

ASPECTOS DO PATRIMÔNIO

O patrimônio pode ser analisado sob dois aspectos: qualitativo e quantitativo.

No aspecto qualitativo os elementos são separados pela sua natureza e representados por contas que são títulos agrupadores dos componentes da mesma natureza.

Sob o aspecto quantitativo o patrimônio é visto como um fundo de valores; de um lado, valores positivos (o ativo), formado pelo conjunto de bens e direitos e, de outro, valores negativos (o passivo, formado pelas obrigações assumidas.)

4 - CONTAS: CONCEITO, DÉBITO, CRÉDITO E SALDO – TEORIAS, FUNÇÃO E ESTRUTURA DAS CONTAS – CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

CONTAS O REGISTRO DAS TRANSAÇÕES

Sendo você correntista de um banco, você terá uma conta aberta em seu nome. O que significa dizer que

o valor depositado vai ser anotado em um registro, destinado a demonstrar todas as suas transações com o banco, chamado conta.

Dessa mesma forma, as empresas utilizam para registrar as transações ocorridas, uma conta. O nome de uma

conta indica o tipo de transação que deve ser registrado na mesma. E deve indicar também se a conta é de ativo, passivo exigível ou patrimônio líquido.

LANÇAMENTOS

É o registro de uma transação em uma conta. Os elementos "anotados" em um lançamento são: o nome das contas que sofrerão alterações, o valor destas, data, bem como um breve histórico da transação.

DÉBITO E CRÉDITO

Débito e crédito são palavras convencionadas para indicar se uma transação aumenta ou diminui o ativo, o passivo exigível e o patrimônio líquido de uma companhia. Como o total de cada um desses componentes é formado pela soma de diversas contas, temos que os débitos e créditos indicam se o saldo de uma conta deve ser aumentado ou diminuído em função de uma transação. Em resumo: as transações são registradas nas contas, através de lançamentos de débitos e créditos.

	A	P	PL
(+)AUMENTA	Débito	Crédito	Crédito
(-)DIMINUI	Crédito	Débito	Débito

LIVRO DIÁRIO GERAL

O registro oficial das transações de uma companhia é o livro diário geral. Nele devem ser registradas todas as transações da empresa que possam ser expressas em termos monetários. As informações básicas que o livro diário geral deve registrar são:

- data da transação, ou data em que se está registrando a mesma no livro diário
- nome das contas que estão sendo debitadas e creditadas
- valor dos débitos e créditos em cada conta
- histórico da transação, descrito de forma resumida

LIVRO RAZÃO

O razão representa um sistema pelo qual se controla a movimentação ocorrida individualmente em cada conta. A escrituração do mesmo pode ser feita

através de um livro, ou pela utilização de fichas, cada página ou ficha representando uma conta.

EXEMPLO: WEBPOSTILA LTDA

A firma acima presta serviços de assistência técnica e iniciou suas atividades em 19XA. Até 31 de julho de 19XA ocorreram as transações descritas abaixo. Fazer a escrituração das transações no livro diário geral e no razão (Conta T).

1. Cinco sócios formaram a sociedade, com a participação de \$ 10.000 de cada, integralizada em dinheiro. O valor total foi entregue ao gerente da firma.

Explicação: O dinheiro entrou em caixa, aumentando o ativo (por débito). Foi também feito o registro do capital social (por crédito, aumentando o patrimônio líquido).

2. O dinheiro foi depositado em banco.

Explicação: O ativo caixa foi diminuído (por crédito), mas o ativo banco c/ movimento aumentou (por débito).

3. Foram comprados móveis e utensílios, a prazo, no valor de \$ 1.500.

Explicação: A firma adquiriu a posse de um bem (aumentando o ativo por débito), assumindo uma obrigação (por crédito).

4. A firma prestou serviços, cobrando \$ 5.000, depositados em banco.

Explicação: O dinheiro recebido e depositado representa um aumento do ativo (por débito), enquanto o registro da origem do numerário aumenta o patrimônio líquido (por crédito).

5. Foram pagos por cheque os salários dos empregados, \$ 1.600.

Explicação: O registro do aumento das despesas (e diminuição do patrimônio líquido) é feito por um débito; a saída do numerário (diminuição do ativo) é registrada através de um crédito.

6. Prestou serviços a uma companhia, emitindo uma fatura e duplicata de \$ 6.000, para recebimento em 30 dias.

Explicação: A firma passou a ter um valor a receber, aumentando o ativo (por débito), devendo registrar a origem do mesmo (receita de serviços, aumento do patrimônio líquido, por crédito).

7. Pagou 20% da compra a prazo dos móveis e utensílios.

Explicação: O valor das obrigações foi diminuído (por débito), enquanto o numerário em banco também diminuiu (por crédito).

- LANÇAMENTOS NO LIVRO DIÁRIO GERAL - WEBPOSTILA LTDA

Data	Histórico	Débito	Crédito
19XA 05.05	Caixa a Capital Social Constituição da sociedade, de acordo com o contrato social, pelos Srs. C. Mandarim J. C. Pessoa, P. Asdrubal, A.M. Goudaia e A.B. Magalhães, cada qual integralizando 10.000 cotas de \$ 1 cada	50.000	50.000
06.05	Banco c/ movimento - Banco Azul S.A. a Caixa Valor Referente à integralização das cotas do capital social, depositado nesta data, conforme recibo n 0001	50.000	50.000
15.05	Móveis e utensílios a Contas a Pagar Valor da nota fiscal n 46.527, de Domi S.A.	1.500	1.500
10.06	Banco c/ movimento - Banco Azul S.A. a Receita de Serviços	5.000	

	Valor da nota fiscal n 001, referente à prestação de serviços de assistência técnica, conforme recibo n 0002		5.000
30.06	Despesa de Salários a Banco c/ movimento - Banco Azul S.A. Pago salários do mês de junho, conforme recibos	1.600	1.600
10.07	Duplicatas a receber a Receita de serviços Valor da nota fiscal n 002, fatura n 001-A, referente a serviços prestados a Tainha S.A.	6.000	6.000
28.07	Contas a pagar a Banco c/ movimento - Banco Azul S.A. Paga duplicata n 538-A, de Domi, referente à compra de móveis conforme nota fiscal n 46527	300	300
		114.400	114.400

LANÇAMENTOS NO RAZÃO (CONTA T)

WEBAPOSTILA LTDA

Banco c/ movimento Banco Azul S.A.		Caixa		Capital Social	
(2) 50.000	1.600 (5)	(1) 50.000	50.000 (2)		50.000 (1)
(4) 5.000	300 (7)				
55.000	1.900				
	53.100				
55.000	55.000				
53.100					
Móveis e utensílios		Contas a Pagar		Receita de Serviços	
(3) 1.500		(7) 300	1.500 (3)		5.000 (4)
		1.200			6.000 (6)
		1.500	1.500		11.000
			1.200		
Despesa de Salários		Duplicatas a receber			
(5) 1.600		(6) 6.000			

ESTRUTURA DAS CONTAS

A conta tem alguns elementos essenciais, são:

- Título, que deve representar o componente do patrimônio que identifica.
- Histórico, narração resumida do fato contábil que provocou a alteração na conta.
- Débitos e Créditos, são registrados um ou outro dependendo se a conta foi debitada ou creditada.
- Saldo, é o valor resultante da diferença entre débitos e créditos sofridos pela conta.
- Coluna D/C, identifica se o saldo é devedor ou credor.

Essa estrutura pode ser melhor visualizada observando-se o razão.

CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS

A perfeita classificação das contas pressupõe o conhecimento ou a definição da natureza do elemento por ela representado.

Embora esta seja uma questão aparentemente simples, ela tem dividido os doutrinadores nas soluções propostas, de forma que para uns as contas representam pessoas e os vínculos jurídicos que prendem estas pessoas aos valores, enquanto que para outros, as contas representam coisas e valores materiais.

Dai porque surgiram, ao longo do tempo, várias escolas, cada uma defendendo a sua teoria para justificar os critérios por elas adotados para classificação das contas.

Dentre estas escolas, temos como principais:

- teoria personalista;
- teoria materialista;
- teoria patrimonialista.

TEORIA DAS CONTAS

TEORIA PERSONALISTA

Para esta escola as contas representam pessoas que se relacionam com a entidade em termos de débito e crédito.

Exemplo:

veja o caso de uma empresa que teve o seu capital subscrito e integralizado pelos sócios. No momento de

integralização, a pessoa capital, representando os sócios, concedeu um crédito à entidade.

Esta por sua vez entregou os recursos recebidos à pessoa caixa. Desta forma, a pessoa capital ficou credora enquanto a pessoa caixa ficou devedora da entidade.

Esta escola classifica as contas em:

- contas dos proprietários
- contas dos agentes consignatários; e
- contas dos agentes correspondentes

As contas dos agentes correspondentes compreendem aquelas que representam direitos ou obrigações.

As contas dos agentes consignatários compreendem as contas representativas de bens corpóreos.

As contas dos proprietários compreendem todas as contas do patrimônio líquido e suas variações como as receitas e despesas.

TEORIA MATERIALISTA

Para esta escola a relação entre as contas e a entidade é uma relação material e não pessoal. De sorte que a conta só deve existir enquanto existir também o elemento material por ela representado. Por isso as contas são classificadas em dois grupos a saber:

- contas integrais e
- contas diferenciais

As contas integrais são aquelas representativas de bens, direitos e obrigações, enquanto as contas diferenciais são as que integram o patrimônio líquido, além das receitas e despesas.

TEORIA PATRIMONIALISTA

Segundo a teoria patrimonialista a contabilidade tem como finalidade controlar o patrimônio e apurar o resultado das entidades. Portanto, esta teoria classifica as contas em:

- contas patrimoniais; e
- contas de resultado

As contas patrimoniais são aquelas que representam o ativo e o passivo da entidade. Desta forma são contas patrimoniais aquelas que indicam a existência de bens, direitos, obrigações e o patrimônio líquido da entidade, formado pelo capital social, as reservas e os lucros ou prejuízos acumulados.

Já as contas de resultado compreendem as receitas e as despesas do período, que devem ser encerradas no final do exercício para que se apure o resultado do exercício. Este resultado, lucro ou prejuízo, será incorporado ao patrimônio através da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Exemplificando a classificação das contas segundo as escolas ou teorias apresentadas, a conta Capital é uma conta dos proprietários, segundo a teoria personalista, classifica-se como conta diferencial pela teoria materialista e como conta patrimonial de acordo com a teoria patrimonialista.

LIVROS DE ESCRITURAÇÃO

Os diversos livros utilizados pela contabilidade para o registro ou escrituração de fatos contábeis devem obedecer a dois tipos de formalidades:

FORMALIDADES EXTRÍNSECAS (EXTERNAS)

- Livro encadernado com costura, com as páginas numeradas mecanicamente
- Possuir temas de abertura e de encerramento lavrados por ocasião do seu registro
- Registrado na repartição competente do Registro do comércio:
- Junta Comercial (empresas comerciais)
- Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (empresas civis)
- Está rubricado, em todas as páginas por funcionário da Repartição competente

FORMALIDADES INTRÍNSECAS (INTERNAS)

- Os registros devem ser sem rasuras, borrões ou emendas
- Não pode conter registro nas entrelinhas e nas margens
- Deve obedecer rigorosa ordem cronológica
- A escrituração deve seguir um método uniforme de registro (plano de contas)

ERROS DE ESCRITURAÇÃO E SUA CORREÇÃO

Decorrentes de diversos fatores da própria condição humana, erros podem acontecer na escrituração dos livros. As formalidades intrínsecas são rígidas na manutenção da fidelidade dos livros não permitindo a utilização da famosa "borracha".

Os principais erros notados são:

- a) Erro na identificação da conta debitada ou creditada
- b) Inversão das contas
- c) Lançamento em duplicidade
- d) Omissão de lançamento
- e) Erro no valor (lançado a mais ou a menos)
- f) Erro na narração do fato contábil

Esses erros podem ser identificados imediatamente ou posteriormente, na conciliação das contas. Os erros podem ser corrigidos pelos seguintes métodos:

- a) Estorno do lançamento
- b) Lançamento retificativo
- c) Lançamento complementar
- d) Ressalva por profissional qualificado

PROCESSOS DE ESCRITURAÇÃO

ESCRITURAÇÃO MANUAL - escrituração feito a mão

ESCRITURAÇÃO MAQUINIZADA - utiliza máquinas de datilografar normais

ESCRITURAÇÃO MECANIZADA - c/ máquinas desenvolvidas para a escrituração contábil

ESCRITURAÇÃO COMPUTADORIZADA - utilização de computação eletrônica

FUNÇÕES DO LANÇAMENTO CONTÁBIL

a) FUNÇÃO HISTÓRICA - relaciona-se com a ordem cronológica obrigatória a ser seguida nos assentamentos contábeis e, mais especificamente, nos registros contábeis.

b) FUNÇÃO MONETÁRIA - por estarem os fatos contábeis envolvidos com valores que alteram elementos do patrimônio e/ou resultado, o lançamento tem como uma de suas funções, registrar esse valor e o seu agrupamento segundo a natureza.

FÓRMULAS DE LANÇAMENTOS

Segundo a quantidade de contas debitadas e creditadas, utilizadas para o registro do fato, existem quatro fórmulas de lançamento.

1ª FÓRMULA: uma débito x uma a crédito

2ª FÓRMULA: uma débito x mais de uma a crédito

3ª FÓRMULA: mais de uma débito x uma a crédito

4ª FÓRMULA: mais de uma débito x mais de uma a crédito

BALANCETES DE VERIFICAÇÃO

CONCEITO E OBJETIVO DOS BALANCETES

Todas as empresas têm dezenas de transações mensalmente, todas registradas na contabilidade pelo método de partidas dobradas, ou seja: para cada um ou mais lançamentos de débito efetuados deve corresponder um ou mais lançamentos de crédito, de forma que o valor total de débitos seja sempre igual ao valor total dos créditos em cada lançamento.

Conseqüentemente, a qualquer momento a soma dos saldos devedores da contabilidade de uma companhia deve ser exatamente igual à soma dos saldos credores. Ao fazer uma verificação desse fato, a companhia prepara um balancete, por isso chamado de "balancete de verificação".

COMO LEVANTAR UM BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Preparar um balancete consiste em relacionar todas as contas da contabilidade de uma companhia que tenham saldo diferente de zero, colocando, em colunas apropriadas, o valor do saldo de cada conta.

O formato dos balancetes varia de empresa para empresa, de acordo com as necessidades de informações de cada uma.

Vejamos um modelo: COMPANHIA BALANCEADA Balancete de Verificação em 31 de agosto de 19XA

Contas	Saldos devedores	Saldos credores
	\$	\$
Caixa	200	
Banco c/ movimento	10.000	
Contas a receber	50.000	
Estoque de mercadoria	80.000	
Móveis e utensílios	20.000	
Salários a pagar		5.000
Duplicatas a pagar		30.000
Títulos a pagar a bancos		40.000
Outras contas a pagar		200
Capital social		100.000
Despesas de salário	15.000	
	<u>175.200</u>	<u>175.200</u>

O saldo que aparece ao lado de cada conta é o mesmo constante da ficha de razão correspondente.

QUANDO LEVANTAR UM BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Os balancetes de verificação podem ser extraídos a qualquer tempo. Entretanto, o procedimento mais usual é o de preparar balancetes mensais, para conhecimento e informação da administração, acerca da posição financeira da companhia. Algumas empresas preferem preparar balancetes apenas trimestralmente e outras, semestralmente. Em resumo: *quando* levantar um balancete de verificação é uma decisão que depende da administração de uma companhia.

5 - CONCEITOS DE CAPITAL

CAPITAL SOCIAL

É a obrigação da empresa para com os sócios originária da entrega de recursos para a formação do capital da entidade. Corresponde ao patrimônio líquido (PL)

CAPITAL PRÓPRIO

São os recursos originários dos sócios ou acionistas da entidade ou decorrentes de suas operações sociais.

CAPITAL DE TERCEIROS

Representam recursos originários de terceiros utilizados para a aquisição de ativos de propriedade da entidade. Corresponde ao passivo exigível (PE)

CAPITAL REALIZADO

Corresponde ao valor dos recursos entregues pelos sócios e à disposição da entidade (em caixa, nos bancos, em imóveis, etc).

CAPITAL A REALIZAR

É o capital com que a entidade foi registrada mas que por algum motivo ainda não foi colocado totalmente à disposição da entidade. Com o desenrolar dos negócios, este capital será posto à disposição da entidade, seja através de dinheiro ou outros bens.

CAPITAL TOTAL A DISPOSIÇÃO DA EMPRESA

Corresponde à soma do capital próprio com o capital de terceiros. É também igual ao total do ATIVO da entidade.

DIFERENÇA ENTRE CAPITAL E PATRIMÔNIO

Capital é o conjunto de elementos que o proprietário da empresa possui para iniciar suas atividades.

Ex.: Lúcia vai abrir uma papelaria. Ela possui, para esse fim, R\$ 10.000 em dinheiro. Logo, esses R\$ 10.000 em dinheiro constituem o seu Capital Inicial.

O Capital Inicial pode ser composto por:

- Dinheiro
- Móveis
- Veículos
- Imóveis
- Promissórias a Receber etc.

Patrimônio é o conjunto que COMPREENDE os bens da empresa (dinheiro em caixa, contas a receber, imóveis, veículos, etc), seus direitos (contas a receber) e suas obrigações para com terceiros (contas a pagar)

7 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

CONCEITO DE DÉBITO E CRÉDITO

DÉBITO: na linguagem comum, significa:

- dívida
- situação negativa
- estar em débito com alguém
- estar devendo para alguém etc.

Quando falarmos na palavra débito, procure não ligar o seu significado do ponto de vista técnico com o que ela representa na linguagem comum.

Na terminologia contábil, essa palavra tem vários significados, os quais raramente correspondem aos da linguagem comum. Enquanto não se conscientizar disso, dificilmente aceitará que débito pode representar elementos positivos, o que prejudica sensivelmente a aprendizagem. Portanto, muito cuidado com a terminologia.

CRÉDITO: na linguagem comum, significa:

- ter crédito com alguém, em uma loja etc.
- situação positiva
- poder comprar a prazo etc.

Na terminologia contábil, a palavra crédito também possui vários significados. As mesmas observações que fizemos para a palavra débito aplicam-se à palavra crédito. Portanto é importante memorizar :

- No gráfico das Contas Patrimoniais, o lado direito é o lado do Crédito, exceto para as Contas Retificadoras.
- No gráfico das Contas de Resultado, o lado direito é o lado do Crédito.

Então temos o seguinte conceito:

DÉBITO é uma situação de dívida ou de responsabilidade da conta para com entidade;

CRÉDITO é uma situação de direito ou de haver da conta em relação à entidade;

SALDO é a diferença entre o total dos débitos e o total dos créditos efetuados numa conta; O saldo pode ser:

- devedor - quando a soma dos débitos for maior do que a soma dos créditos;
- credor - quando a soma dos débitos for menor do que a soma dos créditos;
- nulo - quando a soma dos débitos for igual a soma dos créditos;

CONTAS CONTÁBEIS: SUA NATUREZA E SUA MOVIMENTAÇÃO

Razonete

Nome da Conta	
Débitos (D)	Créditos (C)
Devedor	Credor
Saldo	

Mecanismo de Débito e Crédito

Contas	NATUREZA	Aumentos	Diminuições
ATIVO	Dv	D	C
PASSIVO	Cr	C	D
DESPESAS	Dv	D	C
RECEITAS	Cr	C	D
SITUAÇÃO LÍQUIDA	Cr	C	D

Dv - conta de natureza DEVEDORA; D -debitar
Cr - conta de natureza CREDORA; C -creditar

Contas são denominações contábeis que identificam e controlam os elementos contábeis de natureza semelhante.

TEORIA DAS CONTAS

	ATIVO		PASSIVO		CONTAS DE RESULTADO
Teoria das Contas	BENS	DIREITOS	OBRIGAÇÕES	PATRI MÔNIO LÍQUIDO	RECEITAS & DESPESAS
Teoria Personalista Contas → Pessoas Débito/Crédito → Entidade	Contas dos Agentes Consignatários	Contas dos Agentes Correspondentes	Contas dos Proprietários		
Teoria Materialista Contas ← Material → Entidade	Contas Integrais			Contas Diferenciais	
Teoria Patrimonialista Objeto → Patrimônio Finalidade → controle, apuração dos resultados e prestação de informações	Contas Patrimoniais				Contas de Resultado

TEORIA PERSONALISTA

As contas representam pessoas que se relacionam com a entidade em termos de débito e crédito;

TEORIA MATERIALISTA

As contas e a entidade mantêm uma relação material, e não pessoal;

TEORIA PATRIMONIALISTA

O objeto da Contabilidade é o patrimônio das entidades e a sua finalidade é o controle do patrimônio, a apuração dos resultados e a prestação de informações;

CONTAS DE RESULTADO

Compreendem as Receitas e as Despesas, que devem ser encerradas quando da apuração do resultado do exercício. Este resultado, lucro ou prejuízo, será incorporado ao patrimônio da entidade através da conta do patrimônio líquido "Lucros Acumulados" ou "Prejuízos Acumulados"

PLANO DE CONTAS

É constituído pelo conjunto de normas e procedimentos sobre a utilização das contas integrantes do sistema contábil da entidade. O Plano de Contas é composto pelas seguintes partes: Elenco das contas, Codificação das Contas, Função das Contas e Funcionamento das Contas.

Elenco das Contas - conhecido como estrutura do plano de contas, consiste na relação ordenada de todas as contas utilizadas para o registro dos fatos contábeis de uma entidade.

• Exemplo de Plano de Contas

Ativo - Ativo Circulante Disponibilidades Direitos Realizáveis Estoques Despesas do Exercício seguinte - Ativo Realizável a Longo Prazo - Ativo Permanente Investimento Imobilizado Diferido	Passivo Passivo Circulante Passivo Exigível a Longo Prazo Resultado de Exercícios Futuros Patrimônio Líquido Capital Social Reservas de Capital Reservas de Lucros Lucros ou Prejuízos Acumulados
---	---

Codificação das Contas - a codificação tem por objetivo simplificar a classificação das contas nos respectivos grupos e subgrupos.

Exemplo: arbitramos o código 1 para o Ativo e 2 para o Passivo, o restante ficaria:

1. Ativo
 - 1.1. Ativo Circulante
 - 1.2. Ativo Realizável a Longo Prazo
 - 1.3. Ativo Permanente
 - 1.3.1. Investimento
 - 1.3.2. Imobilizado

Função das Contas - tem como finalidade explicar a razão da existência da conta, para que serve, onde se aplica, como se trabalha com ela.

Ex.: a conta CAIXA representa o dinheiro, recebendo a débito os recebimentos e a crédito os pagamentos efetuados em dinheiro;

Funcionamento do Plano de Contas - é a parte do Plano de Contas que demonstra o relacionamento de uma conta com as demais, assim como a sua abertura, movimentação e encerramento.

MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO

MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

É o método pelo qual cada débito efetuado em uma ou mais contas, deve corresponder um crédito em uma ou mais contas, de tal forma que o total debitado seja sempre igual ao total creditado.

PARTIDAS MENSAIS

Admite-se a escrituração resumida no diário, por totais que não excedam ao período de um mês, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da série do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares para registro individualizado e conservados os documentos que permitam sua perfeita verificação.

ESCRITURAÇÃO

É o conjunto de lançamentos contábeis.

Escrituração completa é composta pelos lançamentos contábeis e pelas demonstrações financeiras elaboradas no encerramento de cada exercício social.

Função da Escrituração:

Histórica = consiste no registro dos fatos na ordem cronológica (Livro Diário);

Sistêmica = consiste na organização dos elementos contábeis de acordo com sua natureza e valores respectivos (Livro Razão);

Processo de Escrituração:

- Pode ser manual, mecanizado ou por processamento de dados;
- Todo lançamento deve estar apoiado em documentos hábeis e idôneos e adequados ao tipo de operação. Ex.: compra de mercadorias → documento hábil é a nota fiscal;
- Registro dos fatos no livro Diário;
- Transcrição dos registros para o livro Razão;
- Elaboração do Balancete de Verificação;
- Apuração do Resultado e elaboração das demonstrações contábeis (Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), transcrevendo-se estas demonstrações no livro Diário.

LANÇAMENTOS

Ex.: Compra de um veículo à vista, no dia 01/04/02, conforme NF nº 51, no valor de \$ 700.000, emitida pela MARELA.

S J Rio Preto, 01 de abril de 2002

Veículos	
a	Caixa \$ 700.000

Fórmulas de Lançamento

1ª - Fórmula Simples – apenas uma conta é debitada e uma única conta é creditada.

Ex.: compra de uma bicicleta, à vista, por \$ 1.000

Veículos	
a	Caixa \$ 1.000

2ª - Fórmula Composta - apenas uma conta é debitada e mais de uma conta é creditada.

Ex.: compra de uma bicicleta por \$ 1.000, pagando-se \$ 500 com cheque do Banco do Brasil e aceitando uma duplicata pelo restante, \$ 500.

Veículos	
a	Diversos
a	Banco c/ Movimento .. \$ 500
a	Duplicatas a Pagar..... \$ 500 \$ 1.000

3ª - Fórmula Composta - mais de uma conta é debitada e uma única conta é creditada.

Ex.: Integralização do capital Social no valor de \$ 15.000, sendo \$ 5.000 em móveis e \$ 10.000 em dinheiro.

Diversos	
a	Capital Social
	Caixa \$ 10.000
	Móveis e Utensílios.... \$ 5.000 \$ 15.000

4ª - Fórmula Complexa - mais de uma conta é debitada e mais de uma conta é creditada.

Ex.: pagamento do aluguel do mês no valor de \$ 40.000 e de uma duplicata no valor de \$ 90.000, com a utilização de \$ 30.000 em dinheiro e \$ 100.000 em cheque.

	Débito	Crédito
a	Diversos	
	Diversos	
	Despesa de Aluguel \$ 40.000	
	Duplicatas a Pagar..... \$ 90.000	
a	Caixa \$ 30.000	
a	Bancos c/ Movimento \$ 100.000	

Partícula "a" - é apenas indicadora da contra creditada, sendo seu uso facultativo.

FATOS CONTÁBEIS

Os fatos contábeis classificam-se em:

- a) Fatos Permutativos
- b) Fatos Modificativos
- c) Fatos Mistos

FATOS PERMUTATIVOS

Não alteram o patrimônio líquido, ocorrendo somente trocas entre os elementos do patrimônio, tais como: bens por bens, bens por obrigações, direitos por bens, etc.

Exemplos:

- compra de mercadorias a vista (bens por bens)
- compra de mercadorias a prazo (bens por obrigações)
- recebimento de uma duplicata (direitos por bens)

FATOS MODIFICATIVOS

Alteram o patrimônio líquido aumentando-o ou diminuindo-o, como as receitas e as despesas.

Exemplos:

- receitas de aluguel - fato modificativo aumentativo
- receitas de juros - fato modificativo aumentativo
- despesas de salários - fato modificativo diminutivo
- despesas financeiras - fato modificativo diminutivo

FATOS MISTOS

Combina fatos permutativos e modificativos.

Exemplos:

- venda de mercadorias com lucro - Fato Misto Aumentativo
- venda de mercadorias com prejuízo - Fato Misto Diminutivo
- pagamento de uma duplicata com juros - Fato Misto Diminutivo
- recebimento de uma duplicata com juros - Fato Misto Aumentativo

Registro dos Fatos Contábeis – Passos

1º passo - identificar as contas envolvidas (pelo menos duas contas);

2º passo - identificar a que grupo cada conta pertence. Uma conta só pode pertencer a um determinado grupo, tais como:

ATIVO – PASSIVO – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RECEITA – DESPESA

3º passo - identificar qual é o efeito do fato sobre cada conta envolvida, ou seja, qual elemento contábil aumenta ou diminui devido a este fato;

4º passo - efetuar o lançamento, segundo o mecanismo de débito e crédito.

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Após efetuarmos todos os lançamentos nos razonetes, devemos apurar os saldos de todas as contas.

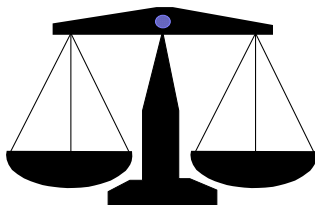
Balancete de Verificação		
Contas	Saldos	
	Devedores (D)	Credores (C)
Total		

8 - BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é uma demonstração que relata os bens e direitos(Ativo), e as obrigações e a participação dos acionistas(Passivo) da empresa, dando, dessa forma, ao leitor, a posição patrimonial e financeira da empresa.

O termo balanço tem a ver com balança, pois os dois lados: ativo e passivo, devem estar em consonância, isto é, equilibrados com os mesmos totais. A isto chamamos de Equilíbrio Patrimonial, de onde resulta a seguinte Equação Patrimonial:

ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Ao final de um período, quando comparamos os valores do Ativo com os do Passivo, podemos obter três situações:

a) $A > P \rightarrow$ essa situação nos proporciona uma situação líquida positiva. Os valores do Ativo permitem solvar as obrigações e ainda apresentam saldo. Essa diferença positiva é lançada contabilmente como Lucro do Exercício, no grupo contábil do Patrimônio Líquido;

Equação Patrimonial $\rightarrow A = P + PL$

b) $A < P \rightarrow$ essa situação nos proporciona uma situação líquida negativa, pois os valores componentes do Ativo NÃO são suficientes para cobrir as obrigações. Essa diferença negativa, é lançada como Prejuízo do Exercício, no grupo contábil do Patrimônio Líquido. Quando ocorre essa situação, contabilmente dizemos que a empresa apresenta um Passivo a Descoberto.

Equação Patrimonial $\rightarrow A = P - PL$

c) $A = P \rightarrow$ essa situação nos proporciona uma situação líquida nula, pois os valores do Ativo cobrem tão somente o montante das obrigações.

Equação Patrimonial $\rightarrow A = P$

Em termos dos grandes agrupamentos de contas, o balanço patrimonial é dividido da seguinte forma:

TEMOS A CONCEITUAÇÃO DEFINIDA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

"O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade".

Grupos que formam o Balanço Patrimonial

No Brasil, a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações) padronizou o título de cada grupo do balanço. Assim, o balanço patrimonial deve ser apresentado com as contas classificadas nos seguintes grupos:

Ativo	Passivo
- Circulante	- Circulante
- Realizável a longo prazo	- Exigível a longo prazo
- Permanente	- Resultado de exercícios futuros
Investimento	- Patrimônio líquido
Imobilizado	
Diferido	

Deve ser observado que a apresentação das contas do ativo em grupos obedece a uma ordem decrescente de grau de liquidez, representando esta a maior ou menor facilidade com que determinados bens são transformados em numerário.

Assim, o critério de classificação das contas, dentro de cada grupo do ativo, está diretamente relacionado com os

fatores: tempo, intenção e dinheiro. O título de cada grupo indica qual o tempo necessário à companhia para transformar seus ativos em dinheiro, de acordo com suas intenções (existem bens que a companhia não deseja transformar em dinheiro, em virtude de sua própria utilidade como bens).

Por outro lado, o critério para classificação das contas do passivo dentro de cada grupo repousa na condição de as contas representarem ou não exigibilidades para a companhia. Em caso afirmativo, a classificação se fará de acordo com o prazo que a companhia terá para pagar suas dívidas. Se as contas, entretanto, não representarem exigibilidades, serão classificadas como patrimônio líquido, com exceção das contas classificadas como resultados de exercícios futuros.

CLASSIFICAÇÃO DOS COMPONENTES PATRIMONIAIS

ATIVO CIRCULANTE

Bens e direitos que irão se realizar até o exercício social seguinte. Ex: Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras, Contas a Receber, Estoques, Despesas Antecipadas;

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Bens e direitos que irão realizar-se após o exercício social seguinte. Ex: Contas a Receber a Longo Prazo, Despesas Antecipadas a Longo Prazo, Contas a Receber de Pessoas Ligadas;

INVESTIMENTOS

Participações permanentes no capital social de outras empresas e outros direitos permanentes que não se

destinem à manutenção das atividades da empresa (investimentos em ações ou quotas, obras de arte, imóveis para aluguel, etc.);

ATIVO IMOBILIZADO

Bens e direitos destinados à manutenção das atividades da empresa (terrenos, edificações, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, marcas e patentes, etc.);

ATIVO DIFERIDO

Despesas que contribuirão para a formação de mais de um exercício social (despesas pré-operacionais, despesas com pesquisas, despesas com reorganização, etc);

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações que irão vencer até o exercício social seguinte (fornecedores, empréstimos, impostos a pagar, encargos sociais a recolher, etc);

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Obrigações que irão vencer após o exercício social seguinte (fornecedores a longo prazo, empréstimos a longo prazo, créditos de pessoas ligadas, etc);

RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Receitas de exercícios futuros, diminuídas dos respectivos custos e despesas a elas correspondentes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composto das origens de recursos pertencentes aos acionistas (recursos recebidos na forma de capital, ágio na colocação de ações, doações e subvenções para investimentos, lucros ou prejuízos apurados.

MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL DETALHADO COM ELENCO DAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES	Salários a Pagar
Caixa	Fornecedores
Bancos c/ Movimento	Encargos Sociais a Pagar
Aplicações de Liquidez Imediata	Empréstimos a Pagar
CRÉDITOS A RECEBER	Impostos e Taxas a Recolher
Duplicatas a receber	Adiantamentos Recebidos
a) Clientes	Participações e Gratificações a Pagar
b) Coligadas e controladas -	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
transações operacionais	Empréstimos e Financiamentos
(-) Duplicatas Descontadas	Debêntures a Resgatar
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	Imposto de Renda Diferido
Títulos a Receber	Provisão para Riscos Fiscais e outros
Bancos - Contas Vinculadas	Passivos Contingentes
Adiantamentos a Empregados	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
Impostos a Recuperar	Receita de Exercícios Futuros
Investimentos temporários	(-) Custos e Despesas correspondentes
a) Aplicações temporárias em	às Receitas
ouro	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores Mobiliários	Capital Social
c) Imóveis destinados à Venda	Capital Subscrito
ESTOQUES	(-) Capital a Integralizar
Mercadorias para revenda	Reservas de Capital
Material de expediente	Reserva de Reavaliação
Importações em Andamento de Bens	Reservas de Lucros
Destinados à Venda	Lucros (ou Prejuízos) Acumulados
Adiantamento a Fornecedores de Bens	(-) Ações em Tesouraria
Destinados à Venda	CUSTOS E DESPESAS DO EXERCÍCIO
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE PAGAS	CUSTOS DO EXERCÍCIO
ANTECIPADAMENTE	Custo das Mercadorias Vendidas
Seguros a Vencer	
Juros a Apropriar	

Assinaturas e Anuidades a Apropriar		DESPESAS DO EXERCÍCIO	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
	CRÉDITOS E VALORES	Honorários da Diretoria	
	Bancos - Contas Vinculadas	Gratificações à Diretoria	
	Clientes	Honorários diversos	
	Créditos com Coligadas e Controladas -	Contribuições p/ INSS	
Transações não	Operacionais	Materiais de Expediente Consumidos	
	Créditos c/ Sócios, Acionistas ou Titular	Seguros	
	Adiantamentos a Terceiros	Despesas de viagens	
	(-) Provisão para Devedores Duvidosos	Contribuições e doações	
		Assinaturas de jornais e revistas	
		Depreciações	
		Amortizações	
PRAZO	INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO	DESPESAS COM PESSOAL	
	Títulos a Valores Mobiliários	Ordenados e férias	
Fiscais	Aplicações Temporárias em Incentivos	13 salário	
	Empréstimos compulsórios	Gratificação a empregados	
		Contribuições p/ INSS	
	DEPESAS ANTECIPADAS	Contribuições p/ FGTS	
	Seguros a Vencer a Longo Prazo	Indenizações	
		Refeitório	
		Vale Transporte	
ATIVO PERMANENTE		DESPESAS COM VENDAS	
	INVESTIMENTOS	Comissões s/ vendas	
sociedades	Participações permanentes em outras	Frete s/ vendas	
	Obras de Arte	Contribuições p/ INSS	
	Terrenos e Imóveis para utilização futura	Despachos	
	Imóveis Destinados à Renda	Propaganda	
	(-) Provisão para Perdas Permanentes		
	IMOBILIZADO	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
	Terrenos	Imposto s/ operações financeiras	
	Instalações	IR s/ aplicações financeiras	
	Máquinas e Equipamentos	Contribuição Social s/ lucros	
	Móveis e Utensílios	PIS s/ Receita Operacional	
	Veículos	I.P.V.A.	
	Construções em Andamento	Adicional do IR - Estadual	
Imobilizado	Importações em Andamento de Bens do	I.P.T.U.	
	Adiantamento para Inversões Fixas	Impostos e taxas diversos	
	Direitos de Uso de Telefones	Multas Fiscais	
	Marcas e Patentes Industriais	ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	
	Florestamento e Reflorestamento	DESPESAS FINANCEIRAS	
	Direitos sobre Recursos Naturais	Juros de mora passivos	
	(-) Depreciação Acumulada	Juros passivos	
	(-) Amortização Acumulada	Descontos concedidos	
	(-) Exaustão Acumulada	Despesas bancárias	
		Correção pré-fixada passiva	
		Multas contratuais	
	DIFERIDO	(-) RECEITAS FINANCEIRAS	
Operacionais	Despesas de Implantação e Pré-	Juros Ativos	
	Despesas de Modernização	Juros de Mora Ativos	
Produtos	Pesquisa e Desenvolvimento de	Correção monetária pré-fixada ativa	
	(-) Amortização Acumulada	Descontos obtidos	
		Comissões ativas	
		Renda de participações	
		Renda de aplicações financeiras	
		ENCARGOS MONETÁRIOS LÍQUIDOS	
		VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	
		Correção monetária pós-fixada passiva	
		Variação cambial passiva	
		(-) VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS	
		Correção monetária pós-fixada ativa	
		Variação cambial ativa	
		DESPESAS GERAIS	
		Conservação e limpeza	
		Comunicações	

	<p>Energia elétrica Água e esgoto Aluguéis passivos Despesas c/ veículos Leasing Despesas diversas</p> <p>PERDAS DIVERSAS Perdas por insolvência Formação de Prov. p/ Riscos de Créditos Variação de estoques Perdas por avarias Perdas em investimentos Outras perdas</p> <p>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS Custo na venda de bens de uso</p> <p>RECEITAS E RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO</p> <p>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</p> <p>RECEITAS COMERCIAIS Vendas à vista Vendas a prazo Outras saídas faturadas (-) DEDUÇÕES DE VENDAS (-) Devoluções de vendas (-) ICMS destacado nas vendas (-) PIS s/ Receita Operacional (-) CONFINS - Contribuição Social sobre faturamento</p> <p>RECEITAS DIVERSAS Recuperação de despesas Recuperação de insolvíveis Reversão de Prov. p/ Risco de Créditos</p> <p>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS Receita da venda de bens de uso</p>
--	--

ALGUMAS DECISÕES IMPORTANTES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

INTRODUÇÃO

A partir do balanço patrimonial de cada um ("empresa adotada para estudo") vamos conhecer um pouco mais destas empresas a partir de análises básicas e introdutórias, já que aprofundaremos o assunto mais à frente (aulas 19 a 22).

ORIGENS DOS RECURSOS

- Qual a estrutura do Capital da empresa: Capital Próprio (PL) e Capital de Terceiros (PC + ELP);
- Qual a composição e qualidade das Dívidas (PC x ELP);
- Qual a composição do Patrimônio Líquido da empresa;

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- Qual a estrutura do Capital investido na empresa: Circulante (Curto Prazo), Realizável a Longo Prazo e Permanente (Imobilizado + Investimento + Diferido);
- As aplicações no Circulante (Estoques) e no Permanente (Imobilizado) estão sensatas;

SITUAÇÃO FINANCEIRA: ATIVO CIRCULANTE X PASSIVO CIRCULANTE

- Qual equilíbrio destes dois grupos;
- Capital Circulante Líquido: AC - PC;
- Qual a saúde financeira da empresa.

Conceito de Despesas

Despesas de uma companhia são os gastos, desembolsados ou devidos pela mesma, necessários ao desenvolvimento de suas operações.

Observe que fizemos distinção entre desembolsados e devidos. Os gastos devidos são aqueles que ainda não foram desembolsados, mas que já ocorreram. *Exemplo:* as despesas de gasolina para pagamento no final do mês. Quando você pagar a conta do posto de gasolina, então o gasto passará a ser desembolsado.

Desembolso e despesa são diferentes. O desembolso significa entregar dinheiro a alguém por algum motivo. Por exemplo o desembolso que você faz ao comprar um automóvel à vista não representa uma despesa: você passa a ter um ativo, desde que representa um bem para seu uso, e revenda posterior. Porém, a gasolina que você paga para que o carro ande representa uma despesa. Assim sendo, a diferença básica entre desembolso e despesa repousa no seguinte critério:

Se o desembolso provocar um aumento do ativo, ou uma redução do passivo exigível, não será uma despesa. Não sendo esse o caso, então o desembolso representará uma despesa.

Exemplos de despesas:

- salários de empregados;
- aluguel de salas;
- gastos com material de limpeza;
- gastos com material de escritório;
- juros sobre empréstimos;
- comissões de vendedores;

Repare que nenhum dos exemplos acima representa um aumento do ativo ou uma diminuição do passivo exigível.

Conceito de Receitas

Considera-se como receita de uma companhia o dinheiro que a mesma recebe ou tem direito a receber, proveniente das operações da mesma.

Observe a diferença entre recebido e "com direito a receber". *Exemplo:* você é um corretor de imóveis e vende um apartamento de um cliente. Ao receber o dinheiro da comissão - que representa uma receita para você - ele provocará um aumento do seu ativo. Na hipótese de você não ter recebido a comissão no ato da venda, você terá o direito "a receber" posteriormente, esse "direito" originou-se de uma receita.

Não confunda os recebimentos provenientes de receitas e aqueles originados de outras fontes. Por exemplo: o dinheiro que você recebeu, a título de empréstimo do banco representa um recebimento, e não uma receita.

O critério de distinção seria: se o recebimento provocar diminuição do ativo ou aumento do passivo exigível, não será uma receita.

Não sendo esse o caso, então o recebimento representará uma receita.

Exemplos de Receitas:

- receita de serviços prestados;

- receita de aluguel;
- receita de juros;
- receita de vendas.

Observe que nenhum dos exemplos acima representa uma diminuição do ativo ou aumento do passivo exigível.

Conceito de Resultado

Agora que já conhecemos o conceito de despesas e de receitas, o conceito de resultado é bem simples: representa a diferença entre as despesas e receitas de um período determinado.

Existem dois tipos de resultados entre despesas e receitas;

LUCRO OU PREJUÍZO

- Lucro - total de receitas é superior ao total de despesas;

- Prejuízo - total de despesas é maior que a soma de receitas.

Exemplos:

	\$		\$
a) Receitas -	500	b) Receitas -	600
Despesas -	200	Despesas -	700
LUCRO	300	PREJUÍZO	100

A INFLUÊNCIA DO RESULTADO ENTRE DESPESAS E RECEITAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

OS LUCROS AUMENTAM O PL DE UMA EMPRESA;

OS PREJUÍZOS DIMINUEM O PL DE UMA EMPRESA.

Então por analogia podemos inferir que:

AS RECEITAS AUMENTAM O PL;

AS DESPESAS DIMINUEM O PL.

CONTABILIZAÇÃO DAS CONTAS DE DÉBITO E CRÉDITO

A contabilidade por balanços sucessivos, embora seja correta e facilite a visualização do processo contábil, apresenta uma inconveniência no seu aspecto prático: não é recomendável quando a empresa realiza muitas operações (que é o caso de quase todas as empresas). Imaginemos uma empresa com mil operações diárias: teríamos que fazer mil balanços sucessivos, o que seria impraticável.

Dessa forma, sem perder de vista esta metodologia, utiliza-se outro processo mais rápido e prático: o *controle individual por contas*, registrando-se aumentos e diminuições em cada conta isoladamente. Ao final de um período determinado, relacionam-se todas as contas, de forma resumida e ordenada, e chega-se ao Balanço Patrimonial.

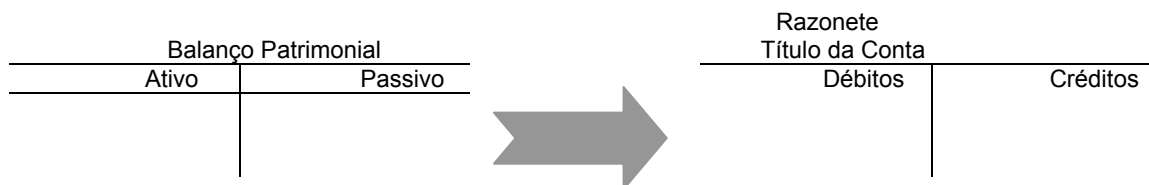
A utilização de Razonetes

Razonete, em contabilidade, é uma representação gráfica em forma de "T" bastante utilizada pelos contadores. É um *instrumento didático* para desenvolver o raciocínio contábil. Através do razonete são feitos os registros contábeis

individuais por conta, dispensando-se o método por balanços sucessivos.

Da mesma forma que o Balanço, o razonete tem dois lados; na parte superior do razonete coloca-se o título da conta que será movimentada.

A representação gráfica abaixo ilustra melhor os dois instrumentos:



Na verdade, o razonete é uma representação gráfica simplificada para fins didáticos do Razão Contábil que é um livro não exigido pela legislação comercial (é facultativo). Todavia, em virtude de sua eficiência, é indispensável em qualquer tipo de empresa: é o instrumento mais valioso para o desempenho da contabilidade. Por isso, do ponto de vista contábil, é um livro imprescindível.

Este livro agrupa valores em contas de uma mesma natureza e de forma racional. Em outras palavras, o registro no Razão é realizado em contas *individualizada*, nos proporcionando um controle contábil por conta. Por exemplo: abre-se uma conta razão para o *caixa* e ali registra-se todas as operações que, evidentemente, afetam o caixa; debitando-se ou creditando-se nesta conta e, a qualquer momento, apura-se o seu saldo. E assim sucessivamente para todas as contas.

Atualmente o razão contábil é emitido por processamento de dados que após encadernado, forma um livro. Abaixo, um modelo do Razão Contábil da conta *Caixa*:

RAZÃO CONTÁBIL – Empresa: Cia. Transportadora					
Conta: Caixa			Código: 1.1.1.01.001		
D	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	/C
0	Saldo do ano anterior			2.560,00	
2/01/01					
1	Recebido NF 340	5.760,00		8.320,00	
0/01/01					
1	Pago NF 123456 a Comercial Oeste		3.238,00	5.083,00	
5/01/01					
2	Pago Salários do pessoal		4.500,00	582,00	
5/01/01					

Lançamentos nos Razonetes

Para cada conta do Balanço Patrimonial abre-se um razonete e nele realiza-se a movimentação. De um lado dele registram-se os *aumentos*; e do outro as *diminuições*. A natureza da conta (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) determina que lado deve ser utilizado para aumentos e que lado deve ser utilizado para diminuições.

Como pode ser visualizado nos gráficos acima, os débitos são feitos do lado esquerdo do razonete, conseqüentemente, os créditos, do lado direito. Recapitulando: as contas do Ativo tem saldo **devedor**, as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido, tem saldo **credor**.

Regras Gerais

- Todo aumento de Ativo (lança-se no lado esquerdo do razonete): debita-se;
- Toda diminuição de Ativo (lança-se do lado direito do razonete): credita-se;
- Todo aumento do Passivo e PL (lança-se do lado direito do razonete): credita-se;
- Toda diminuição do Passivo e PL (lança-se do lado esquerdo do razonete): debita-se.

Saldo das Contas

Saldo de uma conta é a diferença entre os débitos e créditos. Em nosso exemplo anterior, a conta da Caixa Econômica Federal teve a seguinte movimentação:

Caixa Econômica Federal	
300.000,0	15.000,00
0 (1)	(2)
	55.000,00
	(3)
300.000,0	70.000,00
0 (=)	(=)
230.000,0	
0 (S)	

Portanto, o saldo da conta *Caixa Econômica Federal* é R\$.230.000,00 a débito, resultante da diferença entre R\$.300.000,00 de **aumentos** e R\$.70.000,00 de **diminuições**.

10 - BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

É o resumo ordenado de todas as contas utilizadas pela contabilidade, para averiguar a exatidão das mesmas.

Periodicamente (diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente...), os responsáveis pela contabilidade devem verificar se os lançamentos contábeis realizados no período estão corretos.

Uma técnica bastante utilizada para atingir tal objetivo é o Balancete de Verificação. Este instrumento, embora de muita utilidade, poderá não detectar toda a amplitude de erros que possam existir nos lançamentos contábeis.

Um dos modelos mais utilizados, por apresentar-se mais completo, é o Balancete de Verificação de seis colunas, pois este nos evidencia os saldos iniciais, a movimentação a débito e a crédito e os saldos finais devedores e credores. Abaixo, um modelo desse instrumento contábil.

Método das Partidas Dobradas

Esse método, desenvolvido pelo Frade Franciscano Luca Pacioli em 1494, hoje universalmente aceito, dá início a uma nova fase para a Contabilidade como disciplina adulta, além de desabrochar a Escola Italiana, que iria dominar o cenário contábil até o início do século XX.

Esse método consiste no fato de que para qualquer operação sempre haverá um débito e um crédito de igual valor ou um débito (ou mais débitos) de valor idêntico a um crédito (ou mais créditos). Portanto, não há débitos sem créditos correspondente, de forma que a soma dos débitos será sempre igual à soma dos créditos.

Partidas Simples

Esse método, utilizado antes do advento das *Partidas Dobradas*, com a evolução da Ciência Contábil e com o aumento do volume das transações das empresas, mostrou-se incompleto, imperfeito e ineficiente, tanto que atualmente apenas algumas pessoas físicas contabilizam seus eventos com base nele.

Partidas Simples, consiste em proceder apenas um débito ou um crédito. Não há a correspondente contrapartida.

Balancete das Partidas Dobradas e a Identificação de Erros de Lançamento

O Balancete de Verificação tem também a missão de propiciar a identificação de erros, pois quando o mesmo não apresenta os mesmos valores nos totais dos débitos e créditos, não se pode prosseguir o trabalho antes de detectar onde está o erro de lançamento. Mesmo que a soma dos débitos seja igual à soma dos créditos, o contador deve fazer a auditoria nos demais itens do balancete.

Por exemplo: verificar se foram utilizadas corretamente as contas.

O Balancete como Instrumento de Decisão

Quando a empresa não *levanta* o balanço em períodos mais curtos, o balancete tem-se tornado poderoso instrumento de base para decisões. Assim, por meio de balancetes mensais, a administração da empresa terá em mãos um resumo de todas as operações, bem como de todos os saldos existentes no final de cada período.

Dessa forma, o “poder decisório” conhecerá o resultado financeiro e econômico da empresa no final de determinado período, sem a necessidade de estruturar um balanço. Esses dados, são fundamentais para a tomada de decisão.

Fica evidente, que quanto maior o grau de detalhamento do balancete, mais subsídios haverá para a tomada de decisão. Assim, um balancete com duas colunas não terá o mesmo grau de utilidade para a tomada de decisão, que um balancete de seis colunas, por exemplo.

Exercício de Fixação:

Utilizando-se do modelo abaixo, transcreva o movimento da Cia. Transportadora conforme operações numeradas de 1 a 7 e respectivos razonetes, considerando como saldos iniciais aqueles constantes da operação nº 1 (um):

CIA. WEBAPOSTILAS.COM.BR
Balancete de Verificação encerrado em 31/12/19X1

CONTAS	Saldos Iniciais		Movimentação		Saldos Finais	
	De vedor	Cr edor	De vedor	Cr edor	De vedor	Cr edor
TOTAIS.....						

11 - CONTAS DE RESULTADO

De maneira geral as contas de resultados são aquelas utilizadas para a apuração do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício social. São as contas de Receitas e Despesas, que periodicamente (mensalmente...) são confrontadas para apurar o Lucro ou o Prejuízo.

As regras definidas para o confronto Receita x Despesa são originadas do Regime de Competência. Este regime (forma de contabilização) de contabilidade dispõe que, considerando determinado período ou exercício, será considerada como Receita aquela ganha ou gerada neste período (não importando se foi recebida ou será em outro período) e como Despesa aquela consumida, utilizada, incorrida também naquele período (não importando se foi paga ou será em outro período).

Temos também, o Regime de Caixa, que considera como Receita apenas o que foi efetivamente recebido no período em análise e, como Despesa aquilo que foi também pago naquele período.

É bom ressaltar que a legislação fiscal brasileira não admite, para fins tributários, a escrituração pelo regime de caixa. A Teoria Contábil também apresenta o Regime de Competência como base para a contabilização dos eventos das empresas.

Podemos concluir então, que a Contabilidade possui contas de duas naturezas:

- a) Contas Patrimoniais - aquelas componentes do Balanço Patrimonial, isto é, contas de Ativo e de

Passivo, contas essas que não se encerram de um exercício social para outro, mas o saldo que porventura possa existir nelas, será transferido para o próximo exercício;

- b) Contas de Resultado - aquelas componentes da Demonstração do Resultado do Exercício, isto é, Receitas e Despesas, as quais, ao final do exercício social são encerradas (zeradas), para apurar o resultado (lucro ou prejuízo) do período.

Regras para contabilização das contas de resultado

Se as contas de *Receitas* são ingressos de recursos ou direitos para a empresa, evidente fica que elas produzem uma variação positiva no resultado, isto é, aumentam o lucro: quanto maior a receita, maior o lucro. As Receitas aumentam o Patrimônio Líquido. Contabilmente, toda a Receita deve ser **CREDITADA** nas contas respectivas.

Já as *Despesas* diminui o lucro ou aumenta o prejuízo e, portanto, diminui o Patrimônio Líquido. Toda Despesa deve ser **DEBITADA** nas respectivas contas.

O quadro abaixo evidencia o resumo geral das regras de contabilização das contas patrimoniais e de Resultado.

Natureza das Contas	Débito	Crédito
Contas de Ativo	Aumento	Diminuição
Contas de Passivo e Patrimônio Líquido	Diminuição	Aumento
Contas de Resultado	Despesa	Receita

12 - APURAÇÃO CONTÁBIL DO LUCRO OU PREJUÍZO

Em cada período (exercício social ou período menor), devemos apurar o *Lucro* ou o *Prejuízo* das operações realizadas. Dessa forma, confronta-se as Receitas com as Despesas desse período, obtendo-se o resultado, que pode ser lucro ou prejuízo e em seguida, *zeram-se* essas contas de resultado, pois para o próximo exercício social, elas iniciam do zero.

Encerramento das Contas de Resultado

Conforme exigência legal, ao final de cada exercício social ou período menor para atender à exigências do fisco federal (SRF), as empresas estão obrigadas a encerrar todas as contas de resultado. Esse encerramento ocorre no momento do confronto da Receita com a Despesa, para apurar o resultado do período.

Com o encerramento das contas de Receitas e Despesas, todas as contas de resultado ficam com saldo zero para o início do próximo exercício social. Assim, no novo exercício, começa-se a acumular receitas e despesas que ao final também serão encerradas.

Conceito de Custo e Despesa

Esses dois termos contábeis, embora comumente sejam tratados como sinônimos, em contabilidade eles têm sentido diferenciado, mais precisamente quando nos referimos à contabilidade de custos. Porém, é possível contabilmente, segregar aquilo que é custo do que é despesa, também nas atividades comerciais e até de prestação de serviços. Tanto custo como despesa constituem em termos gerais, GASTOS da empresa.

Numa indústria custo significa todos os gastos na fábrica (produção): matéria-prima, mão-de-obra, manutenção, embalagem, etc. Despesa significa os gastos no escritório, seja na administração, seja no departamento de vendas, seja no departamento de finanças.

Assim, o aluguel pode ser tratado como despesa ou custo: tratando-se de aluguel do prédio da fábrica, será considerado custo; tratando-se de aluguel referente ao prédio do escritório (administração), será considerado despesa. Se o aluguel incidir sobre o setor fabril e administrativo, teremos que usar um sistema de rateio para contabilizar separadamente o custo e a despesa. Esse mesmo raciocínio é igual para os gastos com Imposto Predial, funcionários, materiais, depreciação, etc.

Numa empresa comercial o gasto da aquisição de mercadorias para revenda será tratado como custo; já numa empresa prestação de serviços a mão-de-obra aplicada no serviço prestado mais o material utilizado nesse serviço serão considerados custo. Para ambas as atividades, todos os outros gastos na administração, serão tratados como despesa.

Numa empresa que presta serviços de limpeza, por exemplo, consideram-se custos: salário das faxineiras, supervisão dos serviços, material de limpeza aplicados nos serviços, depreciação dos equipamentos utilizados nos serviços prestados, etc. As despesas de pessoal administrativo, contabilidade, finanças e outros gastos, serão considerados como despesas.

Outro exemplo: num hospital computam-se como custo: salário dos médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, medicamentos aplicados nos pacientes,

alimentação dos pacientes, lavanderia, aluguel do hospital, depreciação dos equipamentos hospitalares, etc. Os gastos administrativos, por sua vez, pertencem à despesa: honorários dos diretores, departamento de finanças, contabilidade, marketing, etc.

Resumindo, CUSTO é o gasto que está relacionado diretamente com o objetivo social da empresa, DESPESA é o gasto relacionado indiretamente com o objetivo social da empresa.

Lançamento de Encerramento

A técnica é bastante simples, podendo ser realizada em dois momentos:

1. Abre-se uma Conta de Resultado transitória com o título de Apuração do Resultado do Exercício onde são transferidos todos os saldos das contas de receitas e despesas;

2. Transfere-se o saldo final da conta Apuração do Resultado do Exercício para a Conta Lucro do Exercício ou Prejuízo do Exercício, conforme o resultado que for apurado. Com isso, TODAS as contas de resultado ficam com saldo zero e as contas patrimoniais de Ativo e Passivo, já podem ser elencadas dentro da estrutura do Balanço Patrimonial Final.

13 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – D.R.E.

Após zerarmos todas as contas de resultado e transferirmos o resultado para o Patrimônio Líquido, devemos elaborar a chamada Demonstração do Resultado do Exercício, também conhecida pela sigla D.R.E., que nada mais é que um resumo ordenado das Receitas e das Despesas, de forma dedutiva.

O artigo 187 da Lei n.º 6.404/76 determina como deve ser elaborada a DRE. Nos incisos I e II deste artigo, fica claro a forma dedutiva que devemos adotar, pois o texto legal preceitua que a demonstração do resultado do exercício discriminará a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos (o grifo é nosso); a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto... Os demais incisos, III ao VII, discriminam as demais receitas e despesas que deverão figurar no demonstrativo, até chegar-se ao resultado líquido final.

A seguir, apresentamos um modelo de Demonstração do Resultado do Exercício:

	Receita Bruta das Vendas e Serviços
(-)	Devoluções de Vendas
(-)	Abatimentos Incondicionais
(-)	Impostos sobre Vendas e Serviços
(=)	Receita Líquida
(-)	Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços
(=)	Lucro Bruto
(-)	Despesas com Vendas
(+-)	Resultado Financeiro
(-)	Despesas Administrativas
(-)	Outras Despesas Operacionais
(=)	Lucro ou Prejuízo Operacional
(+)	Receitas Não Operacionais
(-)	Despesas Não Operacionais
(+-)	Saldo da Correção Monetária (*)
(=)	Resultado do Exercício antes da Contrib. Social e do Imposto de Renda
(-)	Provisão para Contribuição Social (**)
(-)	Provisão para Imposto de Renda
(-)	Participações de Debêntures, Empregados, Administradores e Partes Beneficiárias
(-)	Contribuições para Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados
(=)	Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício (***)

(*) Esta conta figurou nas demonstrações levantadas até 31.12.95. A partir de 01.01.96, tal conta deixa de existir, para fins societários e fiscais, diante da revogação da sistemática de correção monetária estabelecida no art. 4º da Lei nº 9.249/95.

(**) Quando da publicação da Lei nº 6.404/76, não existia a Contribuição Social, que foi criada pela Lei nº 7.689/88.

(***) Nas sociedades anônimas, após apresentar o lucro ou o prejuízo líquido do exercício, é exigido apresentar o lucro ou prejuízo por ação do capital social.

14 - OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

SISTEMAS PARA CONTROLE DO ESTOQUE

Inventário Periódico – é chamado de Inventário Periódico porque, a partir de sua adoção, as empresas passam a elaborar o inventário físico das mercadorias existentes em estoque somente no final de um período que normalmente

corresponde a um ano. Assim, o Resultado da Conta Mercadorias (Resultado Bruto do Exercício) só será conhecido no final desse período

Inventário Permanente – consiste em controlar permanentemente o estoque de mercadorias efetuando as

respectivas anotações a cada compra ou devolução. Dessa forma, como os estoques de mercadorias são mantidos atualizados constantemente, as empresas podem apurar o resultado da Conta Mercadorias no momento em que desejarem.

FATOS QUE ALTERAM O VALOR DAS COMPRAS

- Devolução de Compras
- Compras Anuladas
- Fretes e Seguros sobre Compras
- Descontos Incondicionais Obtidos

FATOS QUE ALTERAM O VALOR DAS VENDAS

- Vendas Anuladas
- Devolução de Vendas
- Descontos Incondicionais Concedidos

DIFERENÇA ENTRE DESCONTOS COMERCIAIS E DESCONTOS FINANCEIROS

Descontos Comerciais – ocorrem no momento da compra (obtidos) ou da venda (concedidos) e são destacados na própria Nota Fiscal. São também denominados Descontos Incondicionais. A intitulação mais adequada para seus registros é Descontos Incondicionais Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor) ou Descontos Incondicionais Concedidos (quando a empresa concede ao cliente).

Descontos Financeiros – ocorre no momento da liquidação de uma dívida ou do recebimento de um direito, fato posterior ao da compra ou da venda. A intitulação mais adequada para esses descontos é Descontos Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor no momento da liquidação de uma obrigação) ou Descontos Concedidos (quando a empresa oferece ao cliente no momento da quitação de um direito).

Note que a palavra “incondicional” é utilizada para indicar que não foi imposta ao cliente nenhuma condição para que tivesse direito ao referido desconto, que é um ato de espontânea vontade do fornecedor. O desconto financeiro, obtido ou concedido no momento da quitação de uma duplicata, só ocorre mediante condição imposta ao devedor; normalmente, quitação antes do vencimento.

Você poderá deparar-se com as seguintes contas: Descontos Incondicionais Obtidos, Descontos Incondicionais Concedidos, Descontos Obtidos e Descontos Concedidos.

- A conta Descontos Incondicionais Obtidos é uma redutora do Custo das Mercadorias Adquiridas, integrando a fórmula do CMV (Custo das Mercadorias Vendidas).
- A conta Descontos Incondicionais Concedidos é redutora da Receita Bruta de Vendas e integra a fórmula do RCM (Resultado da Conta Mercadorias).
- A conta Descontos Obtidos é conta de Receita Operacional, do grupo das Receitas Financeiras.
- A conta Descontos Concedidos é conta de Despesa Operacional e integra o grupo das Despesas Financeira

ICMS SOBRE COMPRAS E VENDAS

O que é ICMS

É o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

É um imposto de competência estadual.

Incide sobre a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal, comunicações e fornecimento de energia elétrica.

Nem todas as mercadorias ou operações estão sujeitas ao ICMS: há casos de isenção e de não-incidência previstos na legislação específica (Regulamento do ICMS de cada Estado brasileiro).

É considerado imposto por dentro, o que significa dizer que seu valor está incluso no valor das mercadorias. Assim, ao adquirir uma determinada mercadoria por R\$ 1.000, com ICMS incidente pela alíquota de 17%, significa que o custo da mercadoria corresponde a R\$ 830 e o ICMS, a R\$ 170. Nesse caso, o total da Nota Fiscal será igual a R\$ 1.000.

É um imposto não cumulativo, isto é, o valor incidente em uma operação (compra) será compensado do valor incidente em uma operação subsequente (venda).

A alíquota (porcentagem) poderá variar em função do tipo da mercadoria, do destino ou origem, etc.

Existe uma alíquota básica para a maior parte das mercadorias.

ICMS sobre Compras

O ICMS incidente nas compras representa direito da empresa. Na linguagem contábil, esse direito representa débito na conta ICMS a Recuperar; na linguagem fiscal, crédito da empresa junto ao Governo do Estado.

ICMS sobre Vendas

O ICMS incidente nas vendas corresponde à obrigação da empresa. Na linguagem contábil, essa obrigação representa crédito na conta ICMS a Recuperar ou na conta ICMS a Recolher; na linguagem fiscal, débito da empresa para com o Governo do Estado.

Portanto, muito cuidado: débito e crédito na linguagem contábil são exatamente o oposto de débito e crédito na linguagem fiscal.

ICMS a Recolher ou a Compensar

A contabilização do ICMS torna-se muito simples a partir do momento em que você passa a conhecer o mecanismo que envolve a sua incidência sobre as operações de compras e de vendas de mercadorias. Veja, então:

A atividade principal de uma empresa comercial concentra-se em duas operações: compra e venda.

Quando a empresa compra mercadorias, paga ao fornecedor, juntamente com o custo dessas mercadorias, uma parcela correspondente ao ICMS; quando a empresa vende mercadorias, recebe do cliente, juntamente com o valor da venda, uma parcela correspondente ao ICMS, que terá de ser repassada ao Governo do Estado. Note, no entanto, que antes de repassar ao Governo do Estado a parcela do ICMS recebida do cliente (constante da Nota Fiscal de Venda), a empresa poderá compensar, desse total, o valor do ICMS que pagou ao fornecedor (constante da Nota Fiscal de Compra), por ocasião da compra da mercadoria que está sendo vendida.

Exemplo:

Vamos supor que a empresa tenha adquirido um determinado lote de mercadorias de um fornecedor, pagando R\$ 100, com ICMS incluso no valor de R\$ 17. Seu fornecedor, ao receber os R\$ 100, deverá repassar R\$ 17 ao Governo do Estado. Dessa forma, você pagou ao fornecedor R\$ 83 pelo lote de mercadorias e R\$ 17 de imposto. Suponhamos, agora, que você tenha vendido o mesmo lote de mercadorias a um cliente por R\$ 200, com ICMS incluso no valor de R\$ 34. Dos R\$ 200 que você recebeu (Receita Bruta de Vendas), R\$ 166 correspondem à Receita Líquida de Vendas e R\$ 34, ao ICMS que você deveria recolher ao Governo do Estado. Deveria recolher pois, sendo o ICMS um imposto não cumulativo, você poderá compensar (abater),

desses R\$ 34 devidos em função da venda do lote de mercadorias, os R\$ 17 que pagou pelo mesmo lote quando o comprou de seu fornecedor. Assim, você recolherá ao governo apenas R\$ 17, ou seja, R\$ 34 – R\$ 17.

Diante do exposto, podemos concluir:

- O valor do ICMS que você paga ao fornecedor por ocasião da compra representa direito para sua empresa junto ao Governo do Estado;
- O valor do ICMS que você recebe do seu cliente por ocasião da venda representa obrigação da sua empresa junto ao Governo do Estado.
- As operações com ICMS envolvendo direitos e obrigações junto ao Governo do Estado podem ser apuradas mensalmente da seguinte maneira:
- no final do mês, somam-se os valores do ICMS incidentes em todas as Compras efetuadas durante o referido mês (direitos da empresa);
- da mesma forma, somam-se os valores do ICMS incidentes em todas as Vendas efetuadas no mesmo mês (obrigações da empresa), ainda que essas mercadorias vendidas não correspondam àquelas compradas no mesmo mês;
- se o total do ICMS incidente nas compras for superior ao total do ICMS incidente nas vendas, a diferença representará direito da empresa junto ao governo estadual em relação às operações realizadas naquele mês. Se, por outro lado, o valor do ICMS incidente nas vendas for superior ao valor do ICMS incidente nas compras, a diferença representará obrigação da empresa, devendo ser recolhida ao Estado no mês seguinte.

RESULTADO DA CONTA MERCADORIAS

Introdução

O Resultado da Conta Mercadorias é o Resultado Bruto do Exercício de uma empresa comercial. Esse resultado poderá ser lucro (Lucro sobre Vendas ou Lucro Bruto) ou prejuízo (Prejuízo sobre Vendas).

Como existem duas maneiras para se contabilizar as operações envolvendo mercadorias, é evidente que existem, também, duas maneiras diferentes de se apurar o resultado da Conta Mercadorias.

APURAÇÃO CONTÁBIL

Inicialmente, reconstituiremos os Razonetes das três contas, cujos saldos foram extraídos do livro Razão:

Estoque de Mercadorias	Compras	Vendas
1.500	5.000	7.000

Para apurarmos contabilmente o Resultado da conta Mercadorias, iniciamos pela apuração do Custo das Mercadorias Vendidas. O procedimento é simples: basta transferir contabilmente, para a conta Custo das Mercadorias Vendidas, todos os valores das contas que compõem a fórmula do CMV. Veja:

Lançamentos em partidas de Diário:

1 D - CMV
C - Estoque de Mercadorias
Transferência do estoque inicial para apuração do Resultado Bruto 1.500

Inventário Periódico

Para solucionar as questões pertinentes, você deverá dominar o uso das fórmulas do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e do Resultado da Conta Mercadorias (RMC).

Fórmulas Primárias

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

onde:

- CMV = Custo de Mercadorias Vendidas
- EI = Estoque Inicial
- C = Compras
- EF = Estoque Final

$$\text{RCM} = \text{V} - \text{CMV}$$

onde:

- RCM = Resultado da Conta Mercadorias
- V = Vendas
- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas

Exemplo prático:

Suponhamos as seguintes contas e saldos extraídos do livro Razão de uma determinada empresa, em 31 de dezembro de X1:

- Estoque de Mercadorias (EI) = 1.500
- Compras = 5.000
- Vendas = 7.000

Sabendo-se que o valor do estoque final, conforme inventário realizado em 31 de dezembro, foi de R\$ 2.000, apure o Resultado da Conta Mercadorias, extracontábil e contabilmente.

Solução

Apuração extracontábil

$$\text{CMV} = 1.500 + 5.000 - 2.000 = 4.500$$

$$\text{RCM} = 7.000 - 4.500 = 2.500$$

O Resultado da Conta Mercadorias, positivo em R\$ 2.500, corresponde a Lucro sobre as Vendas ou Lucro Bruto.

2 D - CMV
C - Compras
Transferências do valor das compras para
apuração do Resultado Bruto 5.000

3 D - Estoque de Mercadorias
C - CMV
Registro do estoque final para apuração do
Resultado Bruto 2.000

Se você for analisar a fórmula do CMV, perceberá que todos os elementos que compõem a respectiva fórmula (EI, C e EF) já foram devidamente transferidos para a conta CMV, não havendo mais nada a transferir.

Veja a posição das contas envolvidas em seus respectivos Razonetes:

Estoque de Mercadorias		Compras		C.M.V.	
1.500	1.500 (1)	5.000	5.000 (2)	1.500 (1)	2.000 (3)
2.000 (3)				5.000 (2)	
				6.500 (=)	
				4.500 (S)	

Observações:

A conta Estoque de Mercadorias foi creditada no lançamento 1 por R\$ 1.500, sendo o valor transferido para a conta CMV, e foi debitada no lançamento 3 por R\$ 2.000, referentes ao valor do estoque final. Esta conta permanecerá com este saldo de R\$ 2.000 e figurará no Balanço Patrimonial.

A conta Compras foi creditada no lançamento 2 por R\$ 5.000, ficando com saldo igual a zero.

A conta CMV foi debitada no lançamento 1 por R\$ 1.500 (Estoque Inicial) e no lançamento 2 por R\$ 5.000 (Compras), e creditada no lançamento 3 por R\$ 2.000, referentes ao valor do Estoque Final. Após estes três lançamentos, o saldo da conta – R\$ 4.500 – correspondente ao valor do Custo das Mercadorias Vendidas.

O próximo passo será apurar contabilmente o valor do Resultado da conta Mercadorias, o que será feito da mesma maneira como procedemos para apuração contábil do CMV: transferimos para a conta RCM todos os valores constantes da respectiva fórmula:

Lançamentos em partidas de Diário

4. D - Vendas
C - RCM
Transferência do valor das vendas para apu-
ração do Resultado Bruto 7.000

5. D - RCM
C - CMV
Transferência do saldo da conta CMV para
apuração do Resultado Bruto 4.500

Não havendo mais valores para lançar na conta RCM, veja a posição das contas envolvidas após os lançamentos 4 e 5:

Vendas		C.M.V.		R.C.M.	
7.000 (4)	7.000	4.500	4.500 (5)	4.500 (5)	7.000 (4)
					2.500 (S)

Observações:

A conta Vendas ficou com saldo igual a zero, pois esse saldo foi transferido para a Conta RCM através do lançamento 4.

A conta Custo das Mercadorias Vendidas também ficou com saldo igual a zero, pois esse saldo foi transferido para a conta RCM através do lançamento 5.

A conta RCM recebeu a débito o valor do CMV (lançamento 5) e a crédito o valor das Vendas (lançamento 4), apresentando saldo credor de R\$ 2.500, correspondente ao valor do Lucro sobre as Vendas (Lucro Bruto).

O saldo da conta RCM pode permanecer na própria conta para ser posteriormente transferido para a conta Resultado do Exercício por ocasião da apuração do Resultado Líquido do Exercício. Para melhor refletir o resultado apurado, ele poderá ser transferido para uma conta apropriada, que poderá ser Lucro sobre Vendas ou Prejuízo sobre Vendas.

No nosso exemplo, faremos:

6	D - RCM	
C - Lucros sobre Vendas		
Lucro bruto apurado	2.500

Fórmulas influenciadas pelos fatos que alteram os valores das compras e das vendas

$$CMV = EI + (C + FC - ICMS - CA - DIO) - EF$$

onde:

- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas
- EI = Estoque Inicial
- C = Compras
- FC = Fretes e Seguros sobre Compras
- ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre as Compras
- CA = Compras Anuladas
- DIO = Descontos Incondicionais Obtidos
- EF = Estoque Final

$$RCM = (V - VA - DIC - ICMS - ISS - PIS - COFINS) - CMV$$

onde:

- RCM = Resultado da Conta Mercadorias
- V = Vendas
- VA = Vendas Anuladas
- DIC = Descontos Incondicionais Concedidos
- ICMS = Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços sobre as vendas
- ISS = Imposto de competência Municipal (quando na Receita Bruta de Vendas constar também Receitas com prestação de serviços)
- PIS = PIS sobre a Receita Bruta e
- COFINS = COFINS sobre a Receita Bruta
- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas apurado na primeira fórmula.

A fórmula do RCM também poderá ser estruturada assim:

$$RCM = V - (VA + DIC + ICMS + ISS + PIS + COFINS + CMV)$$

a) Inventário Permanente

Se você domina a apuração do resultado da Conta Mercadorias pelo Sistema de Inventário Periódico, sabendo manipular as fórmulas do CMV e do RCM, certamente não encontrará dificuldade para apurar o resultado da conta Mercadorias pelo sistema do Inventário Permanente.

Extracontabilmente, bastará aplicar a fórmula do RCM (a mesma utilizada no Sistema de Inventário Periódico), pois o CMV, no caso, já é conhecido.

Maneira prática para apuração do resultado da conta Mercadorias

Conheça uma maneira prática utilizada para apuração do resultado da conta Mercadorias ou de qualquer elemento componente das fórmulas do CMV e do RCM.

Lembramos que os procedimentos contidos neste item devem ser utilizados exclusivamente para agilizar os cálculos extracontábeis, para fins didáticos.

Utilizando o Razonete, você ganha rapidez na solução das questões. Para utilizá-lo com sucesso, contudo, é necessário que você conheça a natureza dos saldos de cada conta que compõem as fórmulas do CMV e do RCM.

O uso do Razonete para apuração do resultado da conta Mercadorias é simples: basta você desenhar o T e lançar, no lado do débito, todas as contas que possuam saldo de natureza devedora, no lado do crédito, todas as contas que possuam saldo de natureza credora. A partir daí, o saldo que você encontrar no Razonete corresponderá ao resultado da questão.

Exemplo prático

▪ Estoque inicial	1.000
▪ Compras	4.000
▪ Compras Anuladas	200
▪ Descontos Incondicionais Obtidos	400
▪ Estoque Final	2.500
▪ CMV	?

Solução:

Resolução pela Fórmula:



C.M.V.	
1.000 (EI)	2.500 (EF)
4.000 (C)	200 (CA)
	400 (DIO)
5.000 (=)	3.100 (=)
1.900 (S)	

Resposta: o CMV é igual a R\$ 1.900.

Para facilitar o uso do Razonete, memorize a natureza dos saldos de todas as contas possíveis na apuração do Resultado Bruto:

CONTAS ENVOLVIDAS NA APURAÇÃO DO RESULTADO BRUTO

NATUREZA DEVEDORA	NATUREZA CREDORA
<ul style="list-style-type: none">▪ Estoque Inicial▪ Compras▪ Fretes s/ Compras▪ Vendas Anuladas▪ Descontos Incondicionais Concedidos▪ ICMS s/ Compras▪ ISS▪ PIS s/ Faturamento▪ Cofins▪ CMV▪ Prejuízo sobre Vendas	<ul style="list-style-type: none">▪ Vendas▪ Compras Anuladas▪ Descontos Incondicionais Obtidos▪ Estoque Final▪ Lucro Bruto▪ ICMS s/ Vendas

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES

Estudaremos agora os principais critérios utilizados para avaliação dos materiais (mercadorias) estocados na empresa

De acordo com os artigos 261 e 292 do RIR/99 as pessoas jurídicas submetidas à tributação com base no lucro real, devem, ao final de cada período de apuração, proceder o levantamento e à avaliação dos estoques existentes de mercadorias para revenda, nas empresas comerciais e matérias-primas, materiais auxiliares (e outros materiais empregados na produção) e produtos acabados e em elaboração, bem como outros bens existentes em almoxarifado.

O custo das mercadorias estocadas é determinado com base no valor de aquisição constante das Notas Fiscais de compra, acrescido das despesas acessórias e dos impostos, taxas e contribuições que não forem recuperados pela empresa no momento da venda das mercadorias.

A empresa poderá adquirir os mesmos tipos de mercadorias em datas diferentes, pagando por eles preços variados. Assim, para determinar o custo dessas mercadorias estocadas e das mercadorias que foram vendidas, precisamos adotar algum critério.

Os critérios mais conhecidos para a avaliação dos estoques, segundo o artigo 295 do RIR/99, são: Preço Específico, PEPS, UEPS, Preço Médio Ponderado Permanente e Preço Médio Ponderado Mensal.

1) Preço Específico

O critério de avaliação do preço específico consiste em atribuir a cada unidade do estoque o preço efetivamente pago por ela.

É um critério que só pode ser utilizado para mercadorias de fácil identificação física, como imóveis para revenda, veículos novos e usados, etc.

Vamos, agora, estudar outros três critérios. Para facilitar o entendimento, apresentaremos sete operações ocorridas na empresa Moura Ribeiro S/A, atacadista de portas de cedro tamanho 2,00 x 0,80 m, e as fichas de estoques dos critérios com as mesmas operações.

NOTA:

Para efeito didático, apresentaremos números inteiros e levaremos em conta que o ICMS já foi excluído dos referidos valores. Na venda, a baixa é feita pelo custo; logo, também sem ICMS.

1. Em 05/02, adquiriu do fornecedor Pereira Ltda. 100 portas por R\$ 100 cada, conforme NF n° 7.002.
2. Em 08/02, vendeu ao cliente Depósito Humaitá Ltda. 20 portas, conforme NF n° 101.

3. Em 10/02, adquiriu do fornecedor Pereira Ltda. 50 portas por R\$ 113 cada, conforme NF n° 8.592.
4. Em 19/02, adquiriu do fornecedor Pereira Ltda. 50 portas por R\$ 159 cada, conforme NF n° 9.721.
5. Em 20/02, devolveu ao fornecedor Pereira Ltda. 10 portas, conforme NF n° 115 referente a compra de 19/02.
6. Em 27/02, vendeu ao cliente Taboão S/A 140 portas, conforme NF n° 102.
7. Em 28/02, recebeu em devolução, do cliente Taboão S/A, 5 portas, conforme NFE n° 142.

NOTA:

Veja o custo da venda na ficha de controle de estoque, pois não importa, para o controle do estoque, o preço de venda da mercadoria, só o compra.

2) PEPS

A sigla PEPS significa Primeiro que Entra, Primeiro que Sai, e é também conhecida por FIFO, iniciais da frase inglesa First In, First Out.

Adotando esse critério para valoração dos estoques, a empresa atribuirá às mercadorias estocadas os custos mais recentes.

Para entender melhor, veja as sete operações apresentadas no início deste tópico, devidamente registradas na respectiva ficha:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: PEPS										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDOS		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7002	100	100	10.000	-	-	-	100	100	10.000
08/02	N/NF 101	-	-	-	20	100	2.000	80	100	8.000
10/02	NF 5.592	50	113	5.650	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								130		13.650
19/02	NF 9.721	50	159	7.950	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								50	159	7.950
								180		21.600
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								40	159	6.360
								170		20.010
27/02	N/NF 102	-	-	-	80	100	8.000			
					50	113	5.650			
					10	159	1.590	30	159	4.770
					140		15.240			
28/02	N/NFE 142	-	-	-	(5)	159	(795)	35	159	5.565
	Totais	190		22.010	155		16.445			

Observações:

Na coluna de saldo ficam evidenciadas as quantidades estocadas devidamente separadas ou identificadas pelos respectivos custos de aquisição. A cada venda, a baixa é feita iniciando-se pelos custos mais antigos; no caso, pelos menores custos. Assim, através desta ficha, ficam controladas as quantidades estocadas sempre pelos preços mais recentes. Por isso, este critério é chamado de Primeiro que Entra, Primeiro que Sai.

As devoluções de compras efetuadas aos fornecedores são escrituradas negativamente entre parênteses na coluna das entradas. Por outro lado, as devoluções de vendas recebidas de clientes são escrituradas negativamente entre parênteses na coluna das saídas. Assim, a soma da coluna das saídas corresponderá efetivamente ao custo das mercadorias vendidas, ou seja, ao valor das saídas líquidas.

NOTAS:

As devoluções de compras deverão ser registradas na ficha de controle de estoques pelo valor pago ao fornecedor por ocasião da respectiva compra.

As devoluções de vendas deverão ser lançadas pelos mesmos valores das respectivas saídas.

Os gastos eventuais, tanto na devolução de compras como na devolução de vendas (frete, seguros, etc.), devem ser considerados como Despesas Operacionais e não como Custos.

Portanto, os valores desses gastos não são lançados nas Fichas de Controle de Estoques.

3) UEPS

A sigla UEPS significa Último que Entra, Primeiro que Sai, e é também conhecida por LIFO, iniciais da frase inglesa Last In, First Out.

Adotando este critério para valoração dos seus estoques, a empresa sempre atribuirá às suas mercadorias em estoque os custos mais antigos, guardadas as devidas proporções com as mercadorias que entraram e saíram do estabelecimento.

Para entender melhor, veja as sete operações apresentadas no início deste tópico, devidamente registradas na respectiva ficha:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: UEPS										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7002	100	100	10.000	-	-	-	100	100	10.000
08/02	N/NF 101	-	-	-	20	100	2.000	80	100	8.000
10/02	NF 8.592	50	113	5.650	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								130		13.650
19/02	NF 9.721	50	159	7.950	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								50	159	7.950
								180		21.600
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								40	159	6.360
								170		20.010
27/02	N/NF 102	-	-	-	40	159	6.360			
					50	113	5.650			
					50	100	5.000	30	100	3.000
					140		17.010			
28/02	N/NFE 142	-	-	-	(5)	100	(500)	35	100	3.500
	Totais	190		22.010	155		18.510			

Observação:

Observe que, neste caso, a coluna do saldo controla as quantidades tendo em vista os respectivos custos de aquisição. A baixa é sempre feita pelos custos das últimas aquisições, guardadas as respectivas proporcionalidades dos custos de aquisição.

4) Custo Médio Ponderado Permanente

Adotando este critério, as mercadorias estocadas serão sempre valoradas pela média dos custos de aquisição, atualizados a cada compra efetuada.

Para entender melhor, veja os sete casos apresentados no início deste tópico, devidamente registrados na respectiva ficha:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: CUSTO MÉDIO PERMANENTE										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7.002	100	100	10.000	-	-	-	100	100	10.000
08/02	N/NF 101	-	-	-	20	100	2.000	80	100	8.000
10/02	NF 8.592	50	113	5.650	-	-	-	130	105	13.650
19/02	NF 9.721	50	159	7.950	-	-	-	180	120	21.600
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)	-	-	-	170	117	20.010
27/02	N/NF 102	-	-	-	140	117	16.380	30	121	3.630
28/02	N/NFE 142	-	-	-	(5)	117	(585)	35	121	4.215
	TOTAIS	190		22.010			17.795			

5) Preço Médio Ponderado Mensal

Esse método é aceito pelo fisco (PN CST nº 6/79) que as saídas sejam registradas somente ao final de cada mês, desde que avaliadas ao custo médio que, sem considerar o lançamento de baixa, se verificar no mês.

Para exemplificar esse critério alternativo de Custo Médio, vamos utilizar as mesmas informações que serviram de base para os exemplos anteriores:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m MÉTODO DE CONTROLE: CUSTO MÉDIO MENSAL										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7.002	100	100	10.000				100	100	10.000
10/02	NF 8.592	50	113	5.650				150	104	15.650
19/02	NF 9.721	50	159	7.950				200	118	23.600
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)				190	115	22.010
28/02	Vendas mês				160	115	18.400	30	120	3.610
28/02	N/NFE 142				(5)	115	(575)	35	120	4.185
	TOTAIS	190		22.010	155		17.825			

Qual dos critérios deve ser utilizado?

O mais aconselhável dos três critérios é o custo médio permanente ou mensal, pois eles espelham maior realidade nos Custos, no Lucro e no Estoque Final. O único não aceito pela legislação do Imposto sobre a Renda brasileira é o UEPS, pois distorce completamente os resultados, apresentando Custo maior, Lucro menor e Estoque Final diverso da realidade.

A empresa poderá adotar o critério que achar mais conveniente, mas se ao usar o UEPS deverá apresentar a diferença para tributação no LALUR.

Convém ressaltar que no momento da elaboração do Balanço a avaliação dos estoques obedecerá aos critérios estabelecidos no artigo 183 da Lei nº 6.404/76, ou seja, custo de aquisição deduzido da provisão para ajustá-lo ao valor do mercado, quando este for inferior.

TRATAMENTO CONTÁBIL SOBRE FRETES

FRETE SOBRE MERCADORIAS COMPRADAS

Já vimos que o valor do frete sobre mercadorias compradas deve ser incorporado ao custo das mesmas e não ser considerado como uma despesa.

FRETE SOBRE MERCADORIAS VENDIDAS

No caso de frete sobre mercadorias vendidas, este poderá ser de responsabilidade do comprador ou do vendedor, dependendo das condições contratadas.

Sendo, o comprador quem pagará o frete, a companhia não fará qualquer registro contábil, desde que sua parte foi apenas a venda das mercadorias. Se o frete, porém, for de responsabilidade da companhia vendedora, o valor do mesmo deverá ser registrado como uma despesa, fazendo-se os lançamentos abaixo.

Pelo recebimento da fatura do frete a pagar:

Desp. c/ Frete	
100	

Fretes a Pagar	
	100

Pelo pagamento do frete:

Caixa	
	100

Fretes a Pagar	
100	

Se o frete fosse pago no ato do recebimento da fatura, ao invés dos lançamentos acima, far-se-ia:

Débito: Despesas de frete
Crédito: Banco c/ movimento

DESCONTOS OBTIDOS E CONCEDIDOS

Nas transações comerciais existem dois tipos de descontos: obtidos e concedidos.

DESCONTOS OBTIDOS

Os descontos obtidos são aqueles que a companhia recebe de terceiros, em suas transações comerciais, existindo dois tipos deles: comerciais e financeiros.

DESCONTOS COMERCIAIS

São aqueles que a companhia consegue obter sobre o preço de compra (em virtude de grande quantidade comprada ou por outro motivo qualquer), já constando da nota fiscal. Utilizando os dados do exemplo abaixo, vejamos como seria contabilizada uma compra com desconto:

	<u>\$</u>
Valor bruto da compra	1.000
Desconto obtido (da nota fiscal)	<u>150</u>
Valor líquido da compra	<u>850</u>

O lançamento seria:

Estoque	Duplicatas a pagar
850	850

DESCONTOS FINANCEIROS

São aqueles que a companhia consegue através da antecipação do pagamento das compras para uma data anterior à do vencimento, a qual é fixada pelo vendedor. Para melhor compreensão, vejamos o exemplo abaixo:

- Uma companhia compra mercadorias a prazo no valor de \$ 9.000, que será pago em três prestações iguais e sucessivas, como abaixo:

	<u>\$</u>
Em 30/09/19XA	3.000
Em 31/10/19XA	3.000
Em 30/11/19XA	<u>3.000</u>
	<u>9.000</u>

Entretanto, o vendedor estipula que, se a duplicata com vencimento para 31/10/19XA for paga em 30/09/19XA, o comprador obterá um desconto de 2,5% sobre o valor da mesma. Da mesma forma, se a última duplicata (vencimento em 30/11/19XA) for paga com antecedência de 30 dias, gozará do mesmo desconto e, se a antecipação for de 60 dias, o desconto aumentará para 5%.

Os lançamentos contábeis seriam:

Estoque de mercadorias	
(1) 9.000	

Duplicatas a pagar	
(2) 3.000	9.000 (1)
(3) 3.000	
(4) 3.000	
9.000	9.000

Banco c/ movimento	
	3.000 (2)
	2.295 (3)
	2.850 (4)
	8.775 (*)

Descontos financeiros obtidos	
	75 (3)
	150 (4)
	225

(*) Não considerado o saldo devedor anterior.

Observe que os descontos financeiros divergem, em sua natureza, dos descontos comerciais, pois se originam de pagamentos antecipados, podendo a companhia gozar ou não dos mesmos, dependendo da data em que liquidar as duplicatas. Assim, a companhia poderia escolher pagar as duplicatas apenas no vencimento e utilizar esse dinheiro no período até o vencimento para fazer aplicações financeiras, obtendo uma receita financeira. Se preferir antecipar o pagamento das duplicatas, entretanto, deverá pagar um valor menor pela mesma mercadoria. Mas essa redução no preço representa uma vantagem financeira e não um desconto comercial. Em vista desse fato, os descontos financeiros são contabilizados como receita, não podendo as mercadorias serem registradas pelo valor efetivamente pago, como no caso dos descontos comerciais.

Observe também que, no caso de descontos financeiros obtidos, o valor debitado a duplicatas a pagar é o mesmo anteriormente creditado, não podendo ser debitado o valor líquido do pagamento. Supondo que no pagamento das duplicatas fosse debitado o valor líquido efetivamente pago, teríamos a seguinte situação:

		Duplicatas a pagar	
Total de débitos		8.775	9.000

Verifique que, se fosse esse o procedimento adotado, a conta apresentaria saldo credor, indicando uma obrigação a pagar, enquanto na realidade a dívida estava liquidada e o valor do saldo representaria o desconto obtido pelos pagamentos antecipados.

DESCONTOS CONCEDIDOS

Da mesma maneira que uma companhia obtém descontos em suas transações comerciais, também concede descontos, que podem ser comerciais ou financeiros.

DESCONTOS COMERCIAIS

São aqueles concedidos por uma companhia sobre os preços de venda de suas mercadorias (em função de grande quantidade vendida, para atender pedidos de clientes especiais, ou por outro motivo qualquer), fazendo constar os mesmos na nota fiscal de venda.

Existem dois tratamentos contábeis distintos para registrar vendas, quando existem descontos comerciais concedidos, demonstrados a seguir utilizando os dados abaixo:

	₹
Valor bruto da venda	2.000
Desconto concedido na nota fiscal	300
Valor líquido da venda	<u>1.700</u>

Tratamento A - pelo valor bruto de venda ⁽¹⁾

Duplicatas a receber	Descontos comerciais concedidos	Vendas
1.700	300	2.000

(¹) Para simplificar, não está sendo apresentado o lançamento de baixa do custo da mercadoria vendida da conta de estoques.

Tratamento B - pelo valor líquido

Duplicatas a receber	Vendas
1.700	1.700

Comentários

Observe que em ambos os procedimentos o valor de duplicatas a receber e o de vendas líquidas permaneceram os mesmos (no tratamento A, temos uma receita de \$ 2.000 e um desconto de \$ 300, resultando em uma receita líquida de \$ 1.700).

Como não há diferença final resultante da aplicação de qualquer dos tratamentos expostos, é recomendável a adoção do tratamento A, desde que o mesmo acumula o total de descontos comerciais que a empresa vem concedendo, estatística que poderá servir para verificar se a companhia vem conseguindo vender sem conceder descontos exagerados etc.

DESCONTOS FINANCEIROS

São aqueles concedidos como incentivo para que os clientes paguem as duplicatas provenientes de vendas a prazo antes da data estabelecida. Suponhamos que uma companhia efetue uma venda de \$ 5.000, emitindo uma duplicata com vencimento dentro de 60 dias, porém oferecendo um desconto de 3% se o pagamento for efetuado dentro de 30 dias. Os lançamentos contábeis seriam:

PARA SIMPLIFICAR, NÃO ESTÁ SENDO CONSIDERADO O LANÇAMENTO DE BAIXA DO CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA DA CONTA DE ESTOQUE.

Duplicatas a receber	Vendas
(1) 5.000 5.000 (2)	5.000 (1)
Banco c/ movimento	Descontos financeiros concedidos
(2) 4.850	(2) 150

Comentários

É interessante notar que, no caso de descontos comerciais concedidos, a companhia tem a opção de contabilizar ou não o desconto (tratamentos A, pelo valor; ou B, pelo valor líquido). No caso de descontos financeiros, entretanto, a decisão do cliente da empresa de aproveitar ou não o desconto é de ordem financeira (ver tópico sobre descontos financeiros obtidos), não podendo modificar o valor líquido da venda realizada. Por isso, o desconto é considerado uma despesa financeira e não uma redução do valor da venda.

DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS

Além dos descontos obtidos e concedidos, nas transações comerciais são também muito freqüentes as devoluções de mercadorias. Estas podem ocorrer por diversos motivos, sendo os mais comuns:

- a mercadoria não atende às especificações do comprador;
- a mercadoria chega danificada, deteriorada etc.

A seguir demonstramos quais os procedimentos contábeis quando ocorrem casos de devolução de vendas ou de compras em uma companhia.

DEVOLUÇÃO DE COMPRAS

Existem dois tratamentos contábeis distintos para registro de devolução de compras. Vejamos quais são eles, supondo um caso em que uma companhia efetua uma compra, à vista, no valor de \$ 20.000, porém devolve as mercadorias por não atenderem às especificações exigidas.

Tratamento A

Estoque de mercadorias		Banco c/ movimento	
(1) 20.000	20.000 (2)	(3) 20.000	20.000 (1)
		Contas a receber	
		(2) 20.000	20.000 (3)

Tratamento B

Compras de Mercadorias		Banco c/ Movimento	
(1) 20.000	(3) 20.000	(3) 32.000	
		Devolução de Compras	
Contas a Receber			
(2) 20.000	20.000 (3)		20.000 (2)

Comentários

Pelo tratamento B, a companhia utiliza uma conta a mais que pelo tratamento A. Esse tipo de tratamento (B) é utilizado apenas por algumas poucas empresas, para efeito de estudos estatísticos (a companhia tem informações para conhecer o desempenho de seus fornecedores e de seu departamento de compras), pois, no final, a conta de devolução de compras é anulada pela transferência de seu saldo para crédito da conta de estoques).

DEVOLUÇÃO DE VENDAS

Também para as devoluções de vendas existem dois tratamentos contábeis. Utilizando os dados a seguir expostos, vejamos quais são estes.

Uma companhia efetua uma venda a prazo, no valor de \$ 30.000, de mercadorias que lhe custaram \$ 18.000. O comprador, porém, devolve 50% (\$ 15.000) das mercadorias, por não atenderem às especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas retornam ao estoque do vendedor, pelo seu preço de custo (\$ 9.000).

Tratamento A

Duplicatas a receber			Vendas		
(1)	30.000	15.000 (2)	(2)	15.000	30.000 (1)
Estoque de mercadorias (*)			Custo das mercadorias vendidas		
(2a)	9.000	18.000 (1a)	(1a)	18.000	9.000 (2a)

(*) Não considerado o saldo anterior da conta, a qual não pode apresentar saldo credor (estoque negativo).

Tratamento B

Esse tratamento difere do anterior apenas quando do registro da anulação da venda, debitando-se uma conta de devolução de vendas ao invés de debitar a própria conta de vendas.

Em conta T, teríamos (utilizando o mesmo exemplo do tratamento A):

Duplicatas a receber			Vendas		
(1)	30.000	15.000 (2)		30.000 (1)	
Estoque de mercadorias (*)			Custo das mercadorias vendidas		
(2a)	9.000	18.000 (1a)	(1a)	18.000	9.000 (2a)
			Devolução de Vendas		
			(2)	15.000	

Comentários

A aplicação de qualquer dos tratamentos leva exatamente aos mesmos resultados. Verifique que, aparentemente, o tratamento B apresenta um saldo da conta de vendas (\$ 30.000) maior que aquele apresentado no tratamento A (\$ 15.000). Entretanto, se diminuirmos, no tratamento B, o saldo da conta de devolução de vendas (inexistente no tratamento A) do saldo da conta de vendas, obteremos o valor das vendas líquidas igual em ambos os procedimentos.

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS

São considerados "tributos incidentes sobre vendas" aqueles que guardam proporcionalidade com o preço de venda ou dos serviços.

Esses encargos estão presentes em praticamente todas as transações comerciais envolvendo compra e venda de mercadorias e serviços, sendo importante o conhecimento do seu tratamento contábil.

Os impostos incidentes sobre as vendas são:

ICMS: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal, e de Comunicações.

ISS: Imposto Sobre Serviços

PIS: Programa de Integração Social

COFINS: Fundo de Investimento Social

ICMS

O imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicações. O nome desse imposto estadual é auto-explicativo e tem uma larga abrangência. Vamos nos limitar no entanto, ao ICMS sobre mercadorias.

Quando uma empresa compra qualquer artigo, no preço já está incluso o ICMS. Da mesma forma, quando a mercadoria é vendida, no preço da venda já está incluída uma parcela correspondente a esse imposto, calculada com base em alíquotas estabelecidas pela legislação estadual.

Assim, toda companhia que transaciona com mercadorias deve pagar o imposto correspondente à diferença entre ICMS pago na compra da mercadoria e o ICMS cobrado do comprador, quando a mercadoria é vendida.

Para ilustrar, suponhamos que uma companhia compre 500 unidades de uma mercadoria Z, ao preço unitário de \$ 20, no valor total de 10.000, e que dentro deste valor esteja incluído o montante de \$ 1.000 correspondente ao ICMS. Supondo, agora, que as 500 unidades fossem vendidas ao preço de \$ 30 cada uma, o valor total dessa venda seria de \$ 15.000, e o imposto contido nesse montante seria de \$ 1.500. Nesse caso, a companhia deveria recolher o imposto no valor de \$ 500, que é a diferença entre o ICMS pago na compra das mercadorias (\$ 1.000) e o imposto recebido pela venda delas (\$ 1.500), incluso no preço de venda.

Essa diferença entre o imposto pago na compra e o imposto recebido na venda pode resultar em imposto a recuperar, ao invés de imposto a pagar. Ilustrando: se a companhia acima comprasse 1.500 unidades de mercadorias Z (ICMS de 3.000) e vendesse no mesmo mês apenas 500 unidades (gerando um ICMS a pagar de \$ 1.500), ela teria o valor de \$ 1.500 de ICMS a ser recuperado no futuro com a venda das unidades restantes.

O processo descrito é contínuo, e a apuração do imposto é feita mensalmente. Para que a empresa possa controlar o ICMS nas compras e vendas, a legislação estabeleceu o uso obrigatório de livros fiscais, independentemente dos registros contábeis. Quando a empresa compra, os detalhes da nota fiscal (n, data, valor, total de compra, etc., bem como o valor do ICMS contido no valor de compra) são escriturados em um LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS (o valor do ICMS referente às entradas representa um CRÉDITO FISCAL). Quando a companhia vende, detalhes da nota fiscal de venda são escriturados no LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDAS (o valor do ICMS relativo às saídas representa um DÉBITO FISCAL). Essa escrituração é feita em bases mensais, registrando as compras e vendas de cada mês. No final de cada mês, os totais extraídos dos livros de registros de entradas e de registro de saídas, são transcritos no LIVRO DE REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS, encontrando-se, dessa forma, a diferença correspondente ao imposto a pagar ou a recuperar.

O Tratamento Contábil do ICMS

Os procedimentos contábeis para o ICMS podem ser ilustrados através do exemplo acima mencionado, quando a companhia acusou o imposto a pagar de \$ 500.

Estoque		ICMS - conta corrente	
(1) 9.000	9.000 (2c)	(1) 1.000	1.500 (2b)
			500
Fornecedores		Vendas	
	10.000 (1)		15.000 (2a)
Duplicatas a receber		ICMS faturado	
(2a) 15.000		(2b) 1.500	
CMV			
(2c) 9.000			

Comentários:

Na compra de mercadorias, embora o ICMS esteja contido no valor da compra (é destacado ou indicado na nota fiscal), ele é registrado fora dos estoques, em função do estabelecido pela legislação.

Na venda de mercadorias, o ICMS contido no preço é registrado como receita de vendas e concomitantemente é feito outro lançamento, registrando o ICMS faturado (despesa) e o valor a recolher. Esse procedimento também é determinado pela legislação.

A conta ICMS - conta corrente pode apresentar saldo devedor ou credor, conforme haja imposto a recuperar ou a pagar, respectivamente.

ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Sem entrar em maiores considerações, o ISS é basicamente um imposto municipal incidente sobre serviços prestados a terceiros, calculado e acrescido à nota fiscal de prestação de serviços.

Consoante a legislação, o ISS é considerado um imposto incidente sobre a venda de serviços e, como tal, integra o valor da receita bruta a ser contabilizada.

O Tratamento Contábil do ISS

Suponhamos uma empresa que cobre \$ 10.000 por serviço prestado, preço ao que é adicionado o ISS ao montante de \$ 500.

O lançamento contábil é simples:

1. Pela prestação de serviços (a cobrar)		
Duplicatas a receber	10.500	
a Vendas (ou receitas de serviços)		10.500
2. Pelo registro do imposto		
ISS faturado (despesa)	500	
a ISS a recolher		500

Se, ao contrário, uma empresa paga a outra pela prestação de serviços, o custo destes será integralmente registrado como despesa, inclusive o ISS contido na nota fiscal.

Obs.: O ISS é acrescido à nota fiscal de prestação de serviços quando for pago pelo cliente. Quando isso não ocorrer, a própria empresa prestadora de serviço terá esse encargo, calculando o ISS, e creditado de "bancos - c/movimento" ou ISS a recolher. A diferença entre os tratamentos é que, no primeiro caso, o ISS é um imposto faturado, sendo apresentado como uma dedução das vendas. No segundo caso, as despesas com impostos é operacional, não sendo apresentada no grupo de impostos incidentes sobre vendas.

PIS - Programa de Integração Social

O PIS foi criado em 1970 e tinha por finalidade formar um Fundo de Participação destinado a integrar os empregados no desenvolvimento das empresas, mediante a distribuição de quotas de participação (em dinheiro) desse fundo.

A Constituição de 1988, porém, alterou o objetivo dessa contribuição, que passou a financiar o programa de seguro-desemprego e o abono de um salário mínimo por ano aos empregados que recebem mensalmente até dois salários-mínimos.

O PIS incide, genericamente, de duas formas:

a) sobre o Faturamento, assim entendido como o somatório das receitas que compõem o Resultado Líquido do Período, sendo irrelevantes o tipo de atividade exercido pela pessoa jurídica e a classificação contábil das receitas, no caso, falando genericamente, de empresa com fins lucrativos (aqui pode haver algumas deduções, conforme estipulado pela legislação tributária);

b) sobre a folha de pagamento, no caso de entidades que não realizam habitualmente venda de bens e serviços, inclusive as fundações (sem fins lucrativos).

O PIS sobre a receita operacional mensal é calculado mediante a alíquota de 0,65% a outra forma de contribuição é com base em 1% sobre o total de folha de pagamento mensal dos empregados.

O Tratamento Contábil do PIS

A contabilização do PIS (em qualquer das formas de contribuição) é a seguinte, considerando uma empresa com receita operacional mensal de \$ 10.000 (PIS = \$ 65):

- Pela apuração da receita

PIS s/ Faturamento	65	
a PIS a recolher		65

- Pelo pagamento da contribuição

PIS a recolher	65	
a Bancos c/movimento		65

CONFINS - Contribuição para a Seguridade Social

Tendo sido criado pelo governo originalmente (1982) com a finalidade de custear investimento de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor, a partir de 1990 o CONFINS tem por objetivo financiar a seguridade social.

De uma forma geral, estão sujeitas ao pagamento do CONFINS todas as empresas que vendem mercadorias ou serviços, sendo essa contribuição calculada com base em 3% (a partir de 01/02/1999) sobre o Faturamento, assim entendido como o somatório das receitas que compõem o Resultado Líquido do Período, sendo irrelevantes o tipo de atividade exercido pela pessoa jurídica e a classificação contábil das receitas, no caso, falando genericamente, de empresa com fins lucrativos (aqui pode haver algumas deduções, conforme estipulado pela legislação tributária).

O tratamento Contábil do COFINS

Supondo-se uma receita bruta de vendas de \$ 20.000, o CONFINS (3% sobre \$ 20.000) seria contabilizado de forma indicada a seguir:

- Pela apuração da receita bruta de vendas do mês e cálculo do CONFINS

Despesa com CONFINS	600	
a CONFINS a recolher		600

- Pelo pagamento da contribuição

CONFINS a recolher	600
a Bancos c/movimento	600

15 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após os registros contábeis das operações realizadas no decorrer do exercício social, as entidades devem tomar uma série de providências de natureza contábil e administrativa, com a finalidade principal de elaborar as demonstrações contábeis. Também chamadas de demonstrações financeiras.

Os procedimentos administrativos e contábeis das entidades ao final do exercício social, chama-se de Encerramento do Exercício.

Exercício Social

Quando uma empresa é constituída, seus proprietários estabelecem uma determinada data, considerada oficialmente como aquela de encerramento do exercício social, ou seja, aquela data em que a companhia faz um levantamento do seu ativo, passivo exigível e patrimônio líquido, após um período de doze meses de atividades.

Dessa forma, o exercício social corresponde a um período contábil de doze meses, encerrado em determinada data (normalmente no último dia de algum mês). Entretanto, nem sempre o exercício social compreende as atividades de uma companhia durante doze meses. Supondo que uma empresa seja constituída em 1º de junho de 19XA, e que estabeleça como data de encerramento do exercício social 31 de dezembro de cada ano, no primeiro ano de operações o período contábil compreenderá as transações de apenas sete meses. Nos anos subsequentes, porém, o período contábil de cada exercício terá a duração de doze meses. Um outro exemplo se verifica quando, a companhia decide mudar a data de encerramento do exercício social. Nesse caso, o período contábil poderá englobar mais meses ou menos do que o período normal de doze.

No final de seu exercício social. Toda empresa deve apurar o resultado entre despesas e receitas obtidos no período. Esse resultado irá aumentar (se for lucro) ou diminuir (se for prejuízo) o patrimônio líquido da empresa.

Balancete de Verificação Incluindo Despesas e Receitas de um Período Contábil

Esse tipo de balancete é o mesmo que vínhamos utilizando nos exercícios de Módulos anteriores. Consiste em apresentar os saldos respectivos de todas as contas da contabilidade, inclusive as de despesas e receitas, na mesma demonstração.

Vejamos um exemplo:

CIA. FLORADA
Balancete de verificação
em 31/12/19XA

Contas	Saldos devedores \$	Saldos credores \$
Bancos	100	
Duplicatas a receber		300
Estoque	350	

Móveis e utensílios	40	
Fornecedores	300	
Contas a pagar	50	
Capital social	400	
Reservas	27	
Custo das mercadorias vendidas	270	
Despesas de salários	50	
Despesas de aluguel	12	
Despesas diversas	5	
Vendas	330	
Receitas eventuais		20
	<u>1.127</u>	<u>1.127</u>

Apuração Do Resultado

No item 5.3 apresentamos um balancete de verificação incluindo despesas e receitas de um período contábil. Agora vamos fazer um "encontro de contas" para saber se tivemos mais receitas (lucro) ou mais despesas (prejuízo), pois o que vai aparecer no "balanço patrimonial" será o resultado.

Em resumo: as despesas e receitas aparecem no balanço patrimonial pelo seu resultado líquido. Dissemos, entretanto, que o balanço patrimonial consistia na apresentação de todas as contas da contabilidade de uma companhia, dispostas em forma relativamente padronizada. Assim, se as contas de despesas e receitas apresentassem saldo, deveriam também aparecer no balanço patrimonial. Para que isso não aconteça a companhia faz, geralmente no final do exercício, uma transferência contábil dos saldos respectivos de todas as contas de despesas e receitas, para uma única conta, chamada "conta de resultado". Essa conta, assim, é debitada pelo valor total das despesas e creditada pelo total das receitas. A diferença entre os débitos e créditos nessa conta será o resultado do exercício.

SEQUÊNCIA RESUMIDA PARA A.R.E.

1. Fazer balancete de verificação
2. Encerrar todas as contas de RECEITA transferindo seus saldos para uma conta transitória chamada A.R.E.
3. Encerrar todas as contas de DESPESA transferindo seus saldos para a A.R.E.
4. Apurar o saldo da conta A.R.E.
5. Encerrar A.R.E. transferindo seu saldo para a conta LUCRO ou para a conta PREJUÍZO conforme seja o caso
6. Fazer Balancete de Encerramento

Vamos praticar tomando como exemplo a CIA FLORADA:

Os lançamentos de transferência para a conta de resultado são os seguintes:

\$	\$
1. Débito: A.R.E.	270
Crédito: CMV	270
2. Débito: A.R.E.	50
Crédito: Desp. de Salários	50
3. Débito: A.R.E.	12
Crédito: Desp. de Aluguel	12
4. Débito: A.R.E.	5
Crédito: Despesas diversas	5
5. Débito: Vendas	330
Crédito: A.R.E.	330
6. Débito: Receita eventuais	20
Crédito: A.R.E.	20

Fazendo os lançamentos em conta T (as quais possuíam o saldo demonstrado acima) teríamos:

C M V	
270	270 (A)

Salários	
50	50 (B)

Despesas de Aluguel	
12	12 (C)

Despesas Diversas	
5	5 (D)

Vendas	
(E) 330	330

Receitas Eventuais	
(F) 20	20

A.R.E.

(A)	270	330	(E)
(B)	50	20	(F)
(C)	12		
(D)	5		
	337	350	
		13	

Observe que todas as contas de despesas e receitas ficaram com saldo zero. Por outro lado o saldo da conta de resultado ficou \$ 13 (credor). Quanto o saldo dessa conta é credor, significa que o resultado do período é lucro; se o saldo é devedor, o resultado é prejuízo.

O procedimento de encerrar todas as contas de despesas normalmente é efetuado uma única vez por ano, na data de encerramento do exercício social, quando as empresas são obrigadas a apurar o resultado do exercício.

Balancete de Encerramento

CIA FLORADA
Balancete de encerramento
em 31/12/19XA

Contas	Saldos devedores \$	Saldos credores \$
Bancos	100	
Duplicatas a receber		300
Estoque	350	
Móveis e utensílios		40
Fornecedores		300
Contas a pagar		50
Capital social		400
Reservas		27
Resultado do exercício - lucro		13
	<u>790</u> =====	<u>790</u> =====

Conceito de Demonstrações Financeiras

Na data de encerramento de cada exercício social, as empresas preparam (para efeitos legais e para apresentação aos interessados) um conjunto de relatórios chamados de "demonstrações financeiras" ou "relatórios contábeis".

16 - DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO.

Tem com objetivo fornecer aos usuários das demonstrações financeiras da empresa os dados básicos e essenciais à análise da formação do resultado do exercício.

MODELO D. R. E.

Faturamento Bruto

- (-) IPI faturado
- (=) Receita Bruta de Vendas de Mercadorias, Produtos e/ou Serviços
- (-) Vendas Canceladas
- (-) Abatimentos Concedidos e Descontos Incondicionais
- (-) Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas e Serviços
- (=) Receita Líquida de Vendas
- (-) Custo das Mercadorias ou Produtos Vendidos e/ou Serv. Prestados
- (=) Resultado Bruto (se positivo, LUCRO BRUTO)
- (-) Despesas Operacionais:
 - Despesas com vendas
 - Despesas Gerais e Administrativas
 - Despesas Financeiras
 - Outras Despesas e Receitas Operacionais
- (=) Resultado Operacional (se positivo, LUCRO OPERACIONAL)
- (+) Receitas Não Operacionais
- (-) Despesas Não Operacionais
- (+/-) Resultado da Correção Monetária
- (=) Lucro do Período-Base Antes das Part. Contr Social e I.R.

- (-) Participações de Debenturistas
- (-) Participações de Empregados
- (-) Participações de Administradores
- (-) Participações de Partes Beneficiárias
- (-) Contrib. p/ Fundos de Assistência e Prev. dos Empregados
- (=) Lucro Antes da Contribuição Social
- (-) Contribuição Social Sobre o Lucro
- (=) Lucro do Antes do IR
- (-) Provisão para o Imposto de Renda
- (=) Lucro Líquido do Período

17 - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Esse relatório visa demonstrar todas as mutações sofridas pela conta de Lucros (ou Prejuízos) Acumulados ao longo de um período de apuração contábil, partindo de seu saldo no início do exercício social e concluindo com a posição da conta por ocasião do Balanço de Encerramento do Exercício.

MODELO

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	
	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO
(+/-)	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
	Efeitos da mudança de critérios contábeis
	Retificação de erros de exercícios anteriores
(+)	CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO INICIAL AJUSTADO*
=	SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO
(+/-)	LUCRO (OU PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS A PROV. P/ I.R.
(+)	REVERSÕES E TRANSFERÊNCIAS DE RESERVAS
	De Contingências
	De Lucros a Realizar
	De Lucros para Expansão
	De Reservas Especiais para Pagamento de Dividendos
	De Reservas de Reavaliação
	De Reservas de Capital
=	SALDO À DISPOSIÇÃO DA AGO
(-)	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DOS LUCROS
	a) TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS
	- Reserva Legal
	- Reservas Estatutárias
	- Reservas para Contingências
	- Reservas para Plano de Investimentos
	- Reservas de Lucros a Realizar
	- Reserva Especial para Pagamento de Dividendos
	b) DIVIDENDOS A DISTRIBUIR
	- Dividendo por ação do Capital Social
	c) PARCELA DOS LUCROS INCORPORADA AO CAPITAL
=	SALDO NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

18 - RESERVAS

Abordaremos os principais tipos de reservas de cada espécie, conforme mencionados na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

RESERVAS DE CAPITAL

Genericamente, reservas de capital representam acréscimos do patrimônio líquido (ganhos) que não transitam pela conta de resultado da companhia, nem são provenientes de reavaliação de ativos.

Tipos de Reservas de Capital

Os tipos de reservas de capital previstos na legislação vigente são provenientes de (simplificadamente):

- Valor excedente, na colocação de novas ações, daquele destinado à formação do capital social.
- Produto da alienação de partes beneficiárias.

- Produto da alienação de bônus de subscrição.
- Prêmio recebido na emissão de debêntures.
- Doações e subvenções para investimentos (recebidas).
- Correção monetária da conta de capital realizado.

Valor excedente, na colocação de novas ações, daquele destinado à formação do capital social.

Dois aspectos devem ser considerados na constituição de reserva de capital proveniente dessa fonte, com base no fato de que o capital de sociedades anônimas é constituído de ações:

- Ações com valor nominal e
- Ações sem valor nominal

Ações com valor nominal

Nesse caso, o capital da companhia é formado por ações de valor nominal preestabelecido, como, por exemplo: 50.000 ações (quantidade de ações) de \$ 10 cada (valor nominal) constituem para uma companhia um capital social de \$ 500.000. Supondo que a companhia faça uma emissão de 10.000 novas ações, a serem colocadas (vendidas) por \$ 11, teríamos:

- Valor destinado à formação do capital social 100.000
 - Valor excedente daquele destinado à formação do capital social (1) 10.000
 - Valor das ações emitidas 110.000
 =====

A contabilização dessa emissão de ações seria feita da seguinte forma:

	\$	\$
Débito: Bancos	110.000	
Crédito: Capital social		100.000
Reserva de capital - ágio na emissão de ações		10.000

Ações sem valor nominal

Quando uma empresa tem ações sem valor nominal, o valor de cada ação é encontrado apenas pela divisão do total do capital social pelo número de ações em circulação. A princípio, pode parecer que é o mesmo sistema de ações com valor nominal. A diferença, entretanto, consiste em que estas últimas têm um valor fixo, estabelecido pelo estatuto social, enquanto, para as primeiras, o valor de cada ação é flutuante.

Por exemplo, uma empresa constituída com o capital social de \$ 100.000, representado por 10.000 ações sem valor nominal (o valor de cada ação seria, portanto, \$10). Suponha, agora, que os acionistas, através de incorporação de reservas, aumentaram o capital para \$ 200.000, porém não houve emissão de novas ações. Assim, o valor flutuante de cada ação passaria a ser, automaticamente, \$ 20. No caso de ações com valor nominal, teria que haver uma emissão de 10.000 novas ações, ou então alteração do valor nominal da ação de \$ 10 para \$ 20.

Nesse ponto, como é possível definir qual parcela de um aumento de capital, com emissão de novas ações, seria considerada valor excedente à formação do capital social?

O valor excedente, neste caso, é estabelecido pelos acionistas ou pela administração da companhia. Supondo o caso de um aumento de capital, em que os acionistas decidem estabelecer 20% do aumento como valor excedente, a contabilização do aumento seria feita da seguinte maneira:

Débito: Bancos	100.00	
Crédito: Capital social		80.000
Reserva de capital - ágio na emissão de ações		20.000
	100.000	100.000
	=====	=====

Produto da Alienação de Partes Beneficiárias

Partes beneficiárias representam títulos negociáveis, sem valor nominal, não relacionados com o capital social, criados a qualquer tempo por uma companhia, e que concedem aos seus possuidores direitos de participação nos eventuais lucros anuais dessa companhia.

(1) Esse valor excedente é conhecido geralmente por ágio na emissão de ações: o valor nominal das ações é de \$ 10 e o valor excedente ou ágio é de \$ 1.

Embora as partes beneficiárias geralmente sejam atribuídas gratuitamente a fundadores, acionistas ou terceiros, como remuneração de serviços prestados à companhia, elas podem também ser alienadas, caso em que o valor recebido é considerado obrigatoriamente como uma reserva de capital.

Produto da Alienação de Bônus de Subscrição

Bônus de subscrição representam títulos negociáveis, alienados ou atribuídos gratuitamente, que conferem aos seus possuidores, obedecidas determinadas condições, o direito de subscrever ações do capital social de uma empresa, mediante o pagamento do preço de emissão das ações.

A contabilização da alienação de bônus de subscrição é simples, consistindo em debitar a conta de bancos pelo numerário recebido, creditando uma conta de "reserva de capital-alienação de bônus de subscrição".

Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures

Debêntures representam títulos que conferem a seus possuidores o direito de crédito (na forma de principal, juros, participação nos lucros, correção monetária) contra a companhia que os emite, podendo ser considerados uma espécie de "empréstimo" ao emitente.

Algumas vezes, essas debêntures se revestem de características tão atraentes para o investidor, que este aceita pagar um "prêmio" pelo direito de adquirir esses títulos, ou seja, um "ágio" sobre o valor de resgate. Esse prêmio, ao ser recebido, é contabilizado como reserva de capital, não se confundindo, entretanto, com o valor nominal de resgate da debênture, que representa uma obrigação para a companhia.

DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS (recebidas)

DOAÇÕES

Representam o recebimento sem ônus de ativos (bens e direitos). O valor da doação deve ser contabilizado a crédito de reserva de capital, sendo debitada a conta de ativo apropriada para registrar o bem ou direito recebido.

SUBVENÇÕES

Representam ajudas recebidas do Estado, de acordo com a legislação vigente, por motivos de prestação de serviços ou realização de obras de interesse público. É necessário cuidado, entretanto, pois existem dois tipos de subvenções concedidas pelo Estado: subvenções para investimento (relativas a aplicações em imobilizado etc.) e as subvenções para custeio ou operação (destinadas a auxiliar o beneficiário nas suas operações). As subvenções de custeio ou operação são consideradas receitas e, como tais, devem ser apropriadas ao resultado do exercício.

As subvenções para investimento, entretanto, são obrigatoriamente contabilizadas como reservas de capital.

Correção Monetária da Conta de Capital Realizado

Conforme já vimos no módulo VI, a correção monetária anual da conta de capital realizado é a única que não é agregada à própria conta corrigida, sendo creditada a uma conta específica, na ocasião da contabilização da correção monetária do balanço patrimonial, chamada de reserva de capital - correção monetária do capital realizado.

Acima descrevemos, portanto, os tipos de reservas de capital estabelecidos pela legislação. Vejamos, agora, as limitações na utilização dessas reservas.

Utilização das Reservas de Capital

Com exceção da reserva proveniente da correção monetária da conta de capital realizado, que só é utilizável para aumento do capital social, os demais tipos de reservas acima mencionados podem ser utilizados para qualquer das seguintes finalidades:

- aumento de capital;
- absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- resgate de partes beneficiárias;
- resgate, reembolso ou compra de ações;
- pagamento de dividendos às ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A legislação brasileira permite a reavaliação espontânea de ativos, mediante avaliações efetuadas por peritos ou empresas especializadas nessa função. Os peritos ou empresa avaliadora devem apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios e dos elementos de comparação adotados.

O valor da reavaliação a ser contabilizado como reserva consiste na diferença entre o valor encontrado na avaliação (ou reavaliação) e o valor líquido pelo qual o bem (geralmente ativo imobilizado) está registrado contabilmente nos livros da empresa.

Para ilustrar, suponhamos um prédio cujo valor total pelo qual esteja registrado na contabilidade da empresa seja de \$ 100.000. Suponhamos, ainda, que o laudo de peritos avaliadores contratados pela companhia para avaliar o bem indica que seu valor real é de \$ 130.000. Teríamos:

- Valor líquido do imóvel, conforme registros contábeis	100.000
- Reavaliação	130.000
Diferença	30.000
=====	

Dessa forma, o montante de \$ 30.000 deve ser acrescentado ao valor do prédio nos registros contábeis, e a contrapartida representará uma reserva de reavaliação, conforme indicado abaixo:

Débito: Imóveis 30.00
Crédito: Reserva de Reavaliação 30.000

Utilização da Reserva de Reavaliação

- Deliberação CVM nº 13 -

IV. A reserva de reavaliação somente poderá ser utilizada na proporção em que se realizarem os aumentos do valor dos bens constantes do laudo de avaliação.

V. Para os efeitos desta Deliberação, consideram-se realizados os montantes dos aumentos do valor dos bens constantes do laudo de avaliação:

- a) na proporção das quotas de depreciação, amortização ou exaustão, computadas como custo ou despesa operacional no período;
- b) na baixa dos respectivos bens, em virtude de alienação ou perecimento.

VI. O valor da reserva de reavaliação deverá ser transferido para resultado do exercício, constituindo renda

operacional, ou renda não operacional, na proporção em que forem sendo realizados os aumentos de valor dos bens, na forma do item V, letras "a" ou "b", respectivamente.

VII. O valor da reserva de reavaliação, decorrente de avaliação de bens procedida por sociedades coligadas e controladas, deverá ser aplicado, se for o caso, na amortização do ágio pago na aquisição do investimento a que se refere a letra "a" do Item XXI das Normas Anexas à Instrução CVM nº 01/78, se houver, e quando realizado, o excedente da reserva de reavaliação deverá ser transferido para resultado do exercício:

a) constituindo renda operacional, na proporção em que for sendo realizado, na coligada ou na controlada, por depreciação, amortização ou exaustão, ou por baixa em decorrência de alienação ou perecimento, na forma do item V, letras "a" e "b", respectivamente;

b) constituindo renda não operacional, na proporção em que forem sendo alienados os investimentos em coligadas ou controladas.

VIII. É vedada, em qualquer hipótese, a utilização dos saldos das contas de reserva de reavaliação, de que trata esta Deliberação, para outras destinações que não as previstas nos itens VI e VII precedentes.

Divulgação das Informações:

IX. Em notas explicativas referentes às demonstrações financeiras, deverão ser divulgadas informações sobre as reavaliações efetuadas (letra "c", par 5º, Art. 176, Lei nº 6.404/76), bem como os montantes e respectivos fundamentos das realizações ocorridas em cada exercício social.

RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS

Conforme se deduz do próprio título, reservas de lucros são aquelas constituídas pela apropriação dos lucros da companhia. Consoante a Lei 6.404/76, as reservas de lucros são classificadas em:

- Reserva legal
- Reservas estatutárias
- Reserva para contingências
- Reservas de lucros a realizar
- Retenção de lucros
- Retenção de pagamento de dividendos (reserva especial)

RESERVA LEGAL

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, calculados antes de qualquer outra destinação, e até que o saldo da reserva atinja o montante correspondente a 20% do capital social.

É facultado às companhias deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital existentes, exceder em 30% o valor do capital social.

Deve ser observado que a reserva legal é instituída por lei, independentemente da administração da companhia.

RESERVAS ESTATUTÁRIAS

O termo "estatutárias" diz respeito ao estatuto social da companhia, ou seja, as normas pelas quais a companhia é regida e que são estabelecidas pelos acionistas (obedecidos, é claro, todos os requisitos legais).

O estatuto poderá criar reservas, desde que, para cada uma:

- indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;
- fixe os critérios para determinar a parcela anual do lucro líquido que será destinada à sua constituição e estabeleça o limite máximo de reserva.

Note-se que a constituição dessas reservas provém do estatuto social, sendo por este imposta. No caso da reserva legal, a imposição é de origem externa, ou seja, a Lei. Os tipos de reservas discutidos a seguir são provenientes da livre decisão dos proprietários da companhia, ou seja, os acionistas (embora haja restrições legais quanto a essa liberdade de decisão).

Note-se ainda que essas reservas estatutárias NÃO PODEM INTERFERIR NO CÁLCULO DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO.

RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Quando falamos de despesas e perdas prováveis, ou contingências, definimos uma contingência como uma situação, condição ou conjunto de circunstâncias que surgem para uma empresa, envolvendo incerteza quanto à possibilidade de determinadas despesas ou perdas incomuns virem a se efetivar no futuro, quando um ou mais eventos ocorrerem, ou deixarem de ocorrer.

Dissemos ainda que, quando uma despesa ou perda for provável, a companhia deve constituir uma provisão para contingências. Agora, estamos falando de reserva para contingências e, contabilmente, a diferença no tratamento a ser dado a uma contingência (provisão x reserva) tem efeito direto no resultado do exercício (provisão tem um débito no resultado do exercício, enquanto a reserva é debitada a lucros acumulados).

Consoante a Lei 6.404/76 (artigo 195), dependendo da assembleia geral, a companhia poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de "perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado".

Realmente, há razão para confusão e controvérsia na lei, desde que, de acordo com seu artigo 184, os riscos conhecidos ou calculáveis devem ser provisionados ou "computados pelo valor atualizado até a data do balanço".

Resta-nos utilizar a técnica contábil para podermos distinguir quando devemos constituir uma reserva ou uma provisão para contingência.

Quando falamos de provisão para contingência, mencionamos as condições básicas a serem preenchidas, para que a constituição da provisão se tornasse necessária. Se concluirmos que as referidas condições foram preenchidas ao analisarmos uma contingência, então será preciso fazer uma provisão.

Se as referidas condições não forem preenchidas, então a contingência será apenas um risco, não havendo necessidade sequer de formar uma reserva, falando sob o ponto de vista técnico-contábil. Entretanto, a administração da companhia poderá achar prudente constituir uma reserva para contingência em certas ocasiões (nas quais as referidas condições básicas não foram preenchidas), desde que esse procedimento impedirá a distribuição de dividendos quando houver riscos de uma perda.

Para ilustrar, vejamos o exemplo de uma empresa agrícola, sujeita a fenômenos climáticos (seca, geada, inundações etc.). O risco de ocorrer um desses fenômenos da natureza sempre existe. Comparando-o com as condições

básicas para constituir uma provisão para contingências, temos (supondo-se que não ocorreu qualquer fenômeno climático até a data das demonstrações financeiras):

- 1) O valor da despesa ou perda provável (se ocorrer o fenômeno) é passível de estimativas (os custos de plantio).
- 2) Existem indícios de que a empresa poderá incorrer numa perda incomum (a ocorrência do mesmo fenômeno no passado), indícios esses que são conhecidos antes da elaboração das demonstrações financeiras.
- 3) Os fatos geradores da possibilidade de perdas ou despesas incomuns, entretanto, não ocorreram até a data das demonstrações financeiras.
- 4) Desde que não existem fatos geradores de possibilidade de perda incomum, não existe a dependência, neste caso, de eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer para confirmar ou não a concretização da perda.

Temos, portanto, que o risco de ocorrer um fenômeno da natureza não é causa para constituir uma provisão para contingência. Entretanto, a administração da companhia pode concluir que seria prudente constituir uma reserva para contingência e, assim, apropriar uma parcela do lucro líquido apurado no exercício da conta de lucros acumulados para a de reserva para contingência.

Apenas como exercício, verifique se o caso de uma fiança concedida a terceiros como garantia de empréstimos, o qual se encontra vencido e não pago na data das demonstrações financeiras, preenche as condições básicas para a constituição de uma provisão para contingência, ou se deveríamos fazer apenas uma reserva para contingência.

Finalizando, quando uma empresa, por prudência, constitui uma reserva para contingência, e o risco provável vem a se concretizar (em outro exercício), o montante da perda tem que ser reconhecido no resultado do exercício em que o prejuízo incomum ocorrer. Dessa forma, o procedimento contábil consiste em:

- a) apropriar ao resultado do exercício o montante da perda e
- b) reverter, transferindo para lucros acumulados, o valor da reserva para contingência constituída em anos anteriores.

Dessa forma, o lucro do exercício será menor e, por conseguinte, também o montante dos dividendos, os quais, por outro lado serão aumentados com a liberação da reserva que havia sido constituída exatamente para a finalidade de evitar distribuir lucros quando havia riscos. Teoricamente, os acionistas tiveram uma redução da remuneração do investimento apenas no exercício em que a possibilidade da perda foi aventada. E, dentro da técnica contábil, o prejuízo foi reconhecido nos livros no exercício em que a perda efetivamente ocorreu.

RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR

Determinados ganhos ou receitas de uma empresa são reconhecidos contabilmente em função da aplicação de certos conceitos e princípios contábeis, ou imposições legais, mas não representam ganhos efetivos, realizados, expressos financeiramente. Dessa forma, se, em função disso, uma empresa considerou como receita um determinado valor que depende de realização futura, não é justo que esse montante que aumentou o resultado do exercício, seja considerado para fins de cálculo de dividendo obrigatório.

Assim, mesmo embutido no lucro do exercício, ele é excluído do cálculo dos dividendos, até que seja efetivamente realizado.

Contabilmente, o procedimento consiste em transferir o valor considerado como lucros a realizar da conta de lucros acumulados (para onde foi transferido juntamente com o lucro do exercício ao proceder-se o encerramento da conta de resultado) para a conta de reserva de lucros a realizar. Quando o lucro for finalmente realizado, nesse exercício o montante é revertido para a conta de lucros acumulados e passa a ser computado para fins de cálculo de dividendo obrigatório.

A lei 6.404/76 (artigo 197), entretanto, limita o valor a ser tomado em cada exercício, para formar a reserva de lucros a realizar, ao montante que exceder as apropriações do lucro para as reservas: legal, estatutárias, para contingência e retenção de lucros (abordada adiante).

Supondo-se que o valor encontrado como lucros a realizar seja de \$ 50.000, e que no exercício foram constituídas:

Reserva legal	11.000
Reservas estatutárias	22.000
	33.000
	=====

O montante a ser levado para a reserva de lucros a realizar fica limitado a \$ 17.000 (\$ 50.000 - \$33.000).

Também o conceito de lucros a realizar é definido pela Lei 6.404/76, sendo assim considerado:

- O saldo credor da conta de correção monetária (do exercício) do balanço patrimonial
- O aumento do valor do investimento em coligadas e controladas.
- O lucro em vendas a prazo realizável (recebível) após o término do exercício seguinte.

A realização de reserva de lucros a realizar derivada dos dois primeiros itens é explicada no módulo VI, quando abordamos, respectivamente, correção monetária do balanço patrimonial e avaliação de investimentos em coligadas ou controladas pelo resultado da equivalência patrimonial (módulo VII).

O lucro ainda a realizar (a longo prazo) em vendas a prazo é assim considerado em virtude de, tendo a companhia de esperar no mínimo um ano para receber o lucro resultante da venda, não ser justo que esse valor seja considerado para fins de cálculo de dividendo obrigatório. Ou seja, se a empresa ainda não recebeu o dinheiro, também não irá desembolsar a parcela relativa ao dividendo obrigatório sobre esse lucro. As vendas a receber realizáveis no exercício seguinte não são consideradas no cálculo de lucros a realizar porque serão recebidas dentro do mesmo exercício em que os dividendos serão pagos.

A realização de reserva de lucros a realizar originadas de vendas a longo prazo ocorre no exercício em que é previsto o recebimento das mesmas.

RETENÇÃO DE LUCROS

Além do dividendo obrigatório, os acionistas podem deliberar a distribuição de dividendos adicionais em cada exercício. Entretanto, havendo planos de investimentos e expansão da companhia, sua administração poderá propor aos acionistas a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, justificando, através de orçamento bem fundamentado, a razão para a retenção de lucros proposta. Esses lucros podem ficar retidos pelo prazo de 05 anos, salvo se a empresa estiver findo este prazo, em curso de execução de projeto de investimento de prazo superior a esse.

Contabilmente, a retenção é registrada a débito da conta de lucros acumulados e a crédito da conta de retenção de lucros. (25)

É necessário observar que, da mesma forma que para as reservas estatutárias, a reserva formada como retenção de lucros **NÃO PODE INTERFERIR NO CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO** que deve ser calculado antes da mesma.

RESERVA ESPECIAL - retenção de pagamento de dividendo obrigatório

O pagamento de dividendo obrigatório, conforme explicado, foi estabelecido pela Lei para garantia da remuneração do investimento dos acionistas. Existem ocasiões, entretanto, em que uma companhia vem a ter lucro em um exercício, mas sua situação financeira não é boa (o exemplo dado na introdução apresenta uma situação similar).

Nos casos em que a situação financeira da companhia não permitir o pagamento do dividendo obrigatório em um exercício (situação que necessita ser comprovada pela administração da empresa), este não deixará de ser calculado, mas seu pagamento será adiado. O montante destinado ao pagamento é debitado a lucros acumulados e creditado a conta de reserva especial. Se nos exercícios futuros a companhia incorrer em prejuízos, estes poderão ser absorvidos pela reserva especial (débito de reserva, crédito de prejuízos acumulados). Caso contrário, o pagamento será efetuado assim que a situação financeira da companhia o permita. Quando isso ocorrer, o procedimento contábil consistirá em reverter a reserva para lucros acumulados e, em lançamento imediato, transferir o valor para dividendos a pagar (passivo circulante) até o pagamento.

LIMITE DO SALDO DAS RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS

Além dos limites individuais para constituição dos diversos tipos de reservas de lucros, existe também um limite global, estabelecido pela Lei 6.404/76: o montante total dessas reservas não poderá exceder o valor do capital social, excluindo-se, desse total, as reservas para contingência e de lucros a realizar. Atingindo-se esse limite, os acionistas deverão decidir entre:

- utilizar o montante do excesso para integralizar o capital social ainda por realizar (se existir);
- utilizar esse excesso para aumentar o capital social ou
- aplicar o excesso na distribuição de dividendos.

DIFERENÇA BÁSICA ENTRE PROVISÃO E RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS

Já mencionamos que o lançamento de construção de uma provisão tem o débito sempre em uma conta de despesa. Isso equivale a dizer que, quando o lucro do exercício é apurado, a conta de resultado já considerou todas as despesas (inclusive as registradas pelas provisões) e todas as receitas.

No caso das reservas de lucros, o débito da constituição das mesmas é sempre efetuado na conta de lucros acumulados.

Assim, a diferença básica entre provisões e as reservas de lucros consiste no fato de que o débito das provisões entra na apuração do lucro do exercício, enquanto o débito das reservas representa uma destinação do lucro do exercício já apurado.

A Demonstração do Fluxo de Caixa, embora não exigida pela Lei 6.404/76 é de grande utilidade interna na entidade.

De forma condensada, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda o Resultado do Fluxo Financeiro.

Assim como a Demonstração do resultado do exercício, a DFC é uma demonstração dinâmica e também está contida no Balanço que, por sua vez, é uma demonstração estática.

Se, por exemplo tivermos um Balanço Patrimonial cujo disponível seja:

Circulante	31/12/X1	31/12/X2
Disponível	1.820.000	2.500.000

Estamos diante de uma situação estática, ou seja, uma fotografia do saldo disponível no início e outra no final do período. Mas quais foram as razões que contribuíram para o aumento das disponibilidades em 680.000?

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) irá indicar-nos o que ocorreu no período em termos de saída e entrada de dinheiro no Caixa (demonstração dinâmica) e o resultado desse Fluxo.

A DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária não é aconselhável excesso de Caixa, mas o estritamente necessário para fazer face aos seus compromissos. Através do planejamento financeiro o gerente saberá o montante certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, assim a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa.

Mas só através do conhecimento do passado(o que ocorreu) se poderá fazer uma boa projeção do Fluxo de Caixa para o futuro (próxima semana, próximo mês, próximo trimestre, etc.). A compensação do Fluxo Projetado com o real vem indicar as variações que, quase sempre, demonstram as deficiências nas projeções. Estas variações são excelentes subsídios para aperfeiçoamento de novas projeções de Fluxos de Caixa.

ELABORAÇÃO DO FLUXO

A DFC pode ser elaborada sob duas formas distintas:

a) Método Direto: De posse da conta "Caixa", ordenando as operações de acordo com a sua natureza e condensando-as, poderemos extrair todos os dados necessários.

b) Método Indireto: De posse das Demonstrações Financeiras, uma vez que nem sempre teremos acesso à ficha (ou livro) da "conta Caixa", lançaremos mão de uma técnica bastante prática, proporcionando, assim, a elaboração da DFC para empresas diversas.

Ressalta-se que, pelo aspecto prático, mesmo tendo acesso à conta Caixa, alguns contadores preferem elaborar a DFC pela técnica referida no item b. Por essa razão e pelo

fato de propiciar a elaboração da DFC para qualquer empresa (sem necessidade de acesso à contabilidade), enfatizaremos esta técnica.

Para os usuários da DFC, o método direto é útil sobretudo em dois aspectos:

- a) a facilidade de entendimento, pois as entradas e saídas de caixa das operações são reportadas na ordem direta, como normalmente se procede com a administração do caixa pessoal;
- b) a evidenciação dos valores brutos de entradas e saídas de caixa, o que não acontece com o método indireto.

Por outro lado, o método indireto:

a) evidencia as origens de caixa pelo aumento do prazo de pagamento de fornecedores ou redução do de clientes, ou as aplicações de caixa em situações inversas. Alterações nos prazos desses elementos produzem efeito temporário no fluxo de caixa, já que se as demais entradas e saídas das operações se mantiverem constantes os fluxos retornarão aos níveis anteriores após decorridos os prazos que produziram as alterações. Estas informações são bastante relevantes para os usuários das demonstrações financeiras e não são mostradas no método direto;

b) permite ao usuário avaliar quanto do lucro está sendo convertido em caixa período a período, informação importante para as predições de caixa futuro.

AS PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE AFETAM O CAIXA

A seguir relacionaremos, em dois grupos, as principais transações que afetam o Caixa.

TRANSAÇÕES QUE AUMENTAM O CAIXA (DISPONÍVEL)

Integralização do capital pelos Sócios ou Acionistas

São os investimentos realizados pelos proprietários. Se a integralização não for em dinheiro, mas em bens permanentes, estoques, títulos etc., não afetará o Caixa.

Empréstimos Bancários e Financiamentos

São os recursos financeiros oriundos das instituições Financeiras. Normalmente, os Empréstimos Bancários são utilizados como Capital de Giro (Circulante) e os Financiamentos, para aquisição de ativo Permanente (Fixo).

Venda de Itens do ativo Permanente

Embora não seja comum, a empresa pode vender itens do Ativo Fixo. Neste caso, teremos uma entrada de recursos financeiros.

Vendas à Vista e Recebimentos de Duplicatas a Receber

A principal fonte de recursos do caixa, sem dúvida, é aquela resultante de vendas.

Outras Entradas

Juros recebidos, dividendos recebidos de outras empresas, indenizações de seguros recebidas etc.

TRANSAÇÕES QUE DIMINUEM O CAIXA (DISPONÍVEL)

- Pagamentos de Dividendos aos Acionistas;
- Pagamentos de Juros e Amortização da Dívida;
- Aquisição de itens do Ativo Permanente;
- Compras à vista (matéria prima e outros materiais) e Pagamentos de Fornecedores;

- Pagamentos de Despesa/Custo, Contas a Pagar e Outros.

TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Através dos itens relacionados no grupo A observamos os principais encaixe (entrada de dinheiro no Caixa). Através dos itens relacionados no grupo B observamos os principais desembolsos (saídas de dinheiro do Caixa).

Agora observaremos algumas transações que não afetam o Caixa, isto é, não há encaixe e nem desembolso:

- Depreciação, Amortização e Exaustão. São meras reduções de Ativo, sem afetar o caixa;

- Provisão para devedores Duvidosos. Estimativa de prováveis perdas com clientes que não representa o desembolso ou encaixe;
- Reavaliação. Embora haja normalmente aumento do valor do Permanente e do Patrimônio Líquido, pela atualização (valor de mercado), não representa desembolso ou encaixe;
- Acréscimo (ou Diminuições) de itens de investimentos pelo método de equivalência patrimonial, poderá haver aumentos ou diminuições em itens de investimentos sem significar que houve vendas ou novas aquisições.

Outros exemplos que não afetam de imediato o Caixa:

- Compra de matéria-prima a prazo;
- de início gera fornecedores (não afeta o Caixa)
- pagamento de fornecedores (futuro) - afeta o Caixa

20 - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Programa: Análise Horizontal e Vertical das Demonstrações Contábeis*.

Conceito e determinação dos Índices de: Liquidez, Endividamento, de Rentabilidade, de Rotatividade e de Lucratividade.

Conceito e Determinação da alavancagem Financeira e Operacional.

Conceito e determinação dos Índices de: Liquidez, Endividamento, de Rentabilidade, de Rotatividade e de Lucratividade.

1- ANÁLISES POR QUOCIENTES

é determinada pela relação existente entre dois elementos, indicando quantas vezes um contém o outro ou a proporção de um em relação ao outro.

1.1- ÍNDICES DE LIQUIDEZ

avaliar a capacidade financeira da empresa, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros.

LÍQUIDEZ ABSOLUTA, IMEDIATA ou INSTANTÂNEA (Li)

$$Li = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}} \quad \text{ou} \quad Li = \frac{D}{PC}$$

1.1.2- LIQUIDEZ SECA (LS)

$$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} \quad \text{ou} \quad LS = \frac{AC - E}{PC}$$

1.1.3- LÍQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad \text{ou} \quad LC = \frac{AC}{PC}$$

1.1.4- LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \quad \text{ou} \quad LG = \frac{AC + ARLP}{PE}$$

1.1.5- SOLVÊNCIA GERAL (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível (PC + PELP)}} \quad \text{ou} \quad SG = \frac{AT}{PE}$$

2- ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

2.1- ENDIVIDAMENTO TOTAL (ET) - É o inverso da solvência geral.

$$Li = \frac{\text{Passivo Exigível (PC + PELP)}}{\text{Ativo Total}} \quad \text{ou} \quad Li = \frac{PE}{AT}$$

2.2- GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS (GT)

$$GT = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Exigível (PC + PELP)}} \quad \text{ou} \quad GT = \frac{PL}{PE}$$

2.3- RELAÇÃO DE DÍVIDAS DE CURTO PRAZO (PC) COM DÍVIDAS TOTAIS COM TERCEIROS (PE) (Q)

$$Q = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Exigível (PC + PELP)}} \quad \text{ou} \quad Q = \frac{PC}{PE}$$

3- ÍNDICES DE ROTAÇÃO: determinam o giro (velocidade) dos valores aplicados.

3.1- ROTAÇÃO DO ATIVO

$$\text{Giro} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

3.2- ROTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PL

$$\text{Giro} = \frac{\text{Vendas}}{PL}$$

3.3- ROTAÇÃO OU GIRO DO ATIVO OPERACIONAL (RAO)

$$RAO = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{AO (*)}$$

(*) Ativo Operacional = AC + AP Imobilizado + AP Diferido

3.4- ROTAÇÃO OU GIRO DO ATIVO TOTAL MÉDIO

$$\text{Giro} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total Médio (*)}}$$

(*) Ativo Total Médio = Ativo Inicial + Ativo Final dividido por 2.

3.5- PRAZO MÉDIO DE RENOVAÇÃO DE ESTOQUES

$$\text{Giro} = \frac{CMV \text{ ou } CPV}{\text{Estoque Médio (*)}}$$

(*) Estoque Médio = Estoque Inicial (Ei) + Estoque Final (Ef) dividido por 2.

3.6- PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE CONTAS A RECEBER

$$\text{Giro} = \frac{\text{Vendas a Prazo}}{\text{Média de valores a Receber (*)}}$$

(*) Média de valores a Receber = Duplicatas a Receber (Inicial + Final) dividido por 2.

3.7- PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

$$\text{Giro} = \frac{\text{Compras a Prazo}}{\text{Média de Fornecedores (*)}}$$

(*) Média de Fornecedores = Fornecedores (Inicial + Final) dividido por 2.

3.8- IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL DE PRÓPRIO (ICP)

$$ICP = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad \text{ou} \quad ICP = \frac{AP}{PL}$$

4- ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE:

4.1- ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE

estes índices indicam ou representam a relação entre o rendimento obtido e o volume de vendas. Embora se possa utilizar o valor das Vendas Brutas (VB), é aconselhável utilizar o valor das Vendas Líquidas (VL).

4.1.1- LUCRATIVIDADE SOBRE VENDAS OU MARGEM LÍQUIDA

$$\text{Taxa} = \frac{LLE \times 100}{VL}$$

4.1.2- LUCRATIVIDADE OPERACIONAL OU MARGEM OPERACIONAL

$$\text{Taxa} = \frac{LOL \times 100}{VL}$$

4.1.3- LUCRATIVIDADE BRUTA OU MARGEM BRUTA

$$\text{Taxa} = \frac{\text{LB} \times 100}{\text{VL}}$$

4.1.4- LUCRATIVIDADE NÃO-OPERACIONAL OU MARGEM NÃO-OPERACIONAL

$$\text{Taxa} = \frac{\text{RNO} \times 100}{\text{VL}}$$

4.2- ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Estes índices representam a relação entre os rendimentos e o capital investido na empresa.

4.2.1- RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO (PL) OU TAXA DE RETORNO SOBRE O PL

$$\text{Taxa} = \frac{\text{LLE} \times 100}{\text{PL}}$$

4.2.2- RENTABILIDADE DO ATIVO FINAL OU TAXA DE RETORNO SOBRE O ATIVO FINAL

$$\text{Taxa} = \frac{\text{LLE} \times 100}{\text{Ativo Total}}$$

4.2.3- RENTABILIDADE DO ATIVO TOTAL MÉDIO OU TAXA DE RETORNO SOBRE O ATIVO TOTAL MÉDIO OU TAXA DE RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO TOTAL

$$\text{Taxa} = \frac{\text{LLE} \times 100}{\text{ATM}} \quad \text{ou} \quad \text{Taxa} = \frac{\text{Margem Líquida}}{(\text{TRI})} \times \frac{\text{Giro do Ativo Total Médio}}{(\text{v. Item 4.1.1})} \quad (\text{v. Item 3.4})$$

4.2.4- TAXA DE RENTABILIDADE SOBRE O CAPITAL REALIZADO

$$\text{Taxa} = \frac{\text{LLE} \times 100}{\text{CR}}$$

4.2.5- TAXA DE RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO OPERACIONAL

$$\text{Taxa} = \frac{\text{LOL} \times 100}{\text{AO} (*)} \quad (*) \text{ Calculado no item 3.3}$$

CONCEITO E DETERMINAÇÃO DA ALAVANCAGEM FINANCEIRA E OPERACIONAL

ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Representa o efeito desproporcional entre a força efetuada numa ponta (a do nível de atividade ou produção), e a força obtida ou resultante na outra (a do lucro) (pág. 416, Contabilidade Avançada, 9ª ed., Silvério & Viceconti).

Fórmula: $\text{GAO} = \frac{\Delta\% \text{ Lucro}}{\Delta\% \text{ Volume}}$

ALAVANCAGEM FINANCEIRA

Representa a diferença entre a obtenção de recursos de terceiros a um determinado custo e a aplicação desses recursos no ativo da empresa a uma determinada taxa; essa diferença (para mais ou para menos) provoca alteração na taxa de retorno sobre o patrimônio líquido. (pág. 420, Contabilidade Avançada, 9ª ed., Silvério & Viceconti).

$$\text{GAF} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} - \frac{\text{Ativo Total Médio}}{\text{Lucro Líquido} + \text{Despesas Financeiras}}$$

$$\text{GAF} = \frac{\text{LLE}}{\text{PLM}} \times \frac{\text{Ou ATM}}{\text{LLE} + \text{DF}} -$$

01) O OBJETO da contabilidade é:

- a) o estudo do mercado financeiro
- b) o patrimônio administrável e em mutação
- c) o estudo do patrimônio das pessoas naturais, apenas
- d) estudar o conjunto de bens
- e) o preenchimento dos diversos livros de escrituração

02) Basicamente as finalidades da contabilidade são:

- a) escriturar e demonstrar
- b) planejar e controlar
- c) escriturar e controlar
- d) pagar imposto de renda e dividendos
- e) orçar e planejar

03) (TTN/94) –

“O patrimônio, que a contabilidade estuda e controla, registrando todas as ocorrências nele verificadas.”

“Estudar e controlar o patrimônio, para fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.”

As proposições indicam, respectivamente,

- a) o objeto e a finalidade da contabilidade
- b) a finalidade e o conceito da contabilidade
- c) o campo de aplicação e o objeto da contabilidade
- d) o campo de aplicação e o conceito da contabilidade
- e) a finalidade e as técnicas contábeis da contabilidade

04) Não é técnica utilizada pela contabilidade para atingir seus objetivos:

- a) Análise de balanços
- b) Demonstrações contábeis
- c) Auditoria
- d) Planejamento
- e) Escrituração

GABARITO

01 - B

02 - B

03 - A

04 - D

01 - (AFTN-85) - Assinale a alternativa que indica situação patrimonial inconcebível

- a) Situação Líquida igual ao **ativo**
- b) Situação Líquida maior do que o **ativo**
- c) Situação Líquida menor do que o **ativo**
- d) Situação Líquida maior do que o **passivo exigível**
- e) Situação Líquida menor do que o **passivo exigível**

02 - Os fatos contábeis classificam-se, quanto às contas que movimentam em:

- a) normais e anormais
- b) lucros e prejuízos
- c) modificativos, permutativos e mistos
- d) aumentativos e diminutivos
- e) relevantes e irrelevantes

03 - Constitui um fato contábil misto diminutivo:

- a) renovação de uma dívida com acréscimo de juros e correção monetária
- b) resgate de uma obrigação com desconto
- c) atualização do valor de um débito em decorrência de variação cambial
- d) venda de um bem de uso pelo seu valor líquido contábil

04 - Indique a operação que constitui alteração patrimonial modificativa aumentativa:

- a) pagamento de fornecimento de água e luz
- b) pagamento de nota promissória
- c) compra a vista de mercadorias
- d) recebimento de juros e descontos

05 - O recebimento por caixa de uma **receita de prestação de serviços dá origem a um fato contábil:**

- a) modificativo diminutivo
- b) modificativo aumentativo
- c) misto diminutivo
- d) misto aumentativo

06 - A venda por \$ 20.000 de equipamento adquirido por \$ 25.000 representa um fato

contábil:

- a) modificativo diminutivo
- b) modificativo aumentativo
- c) misto diminutivo
- d) misto aumentativo

GABARITO **01 - B** **02 - C** **03 - A** **04 - D** **05 - B** **06 - C**

1) (TTN com alterações) - Determinada empresa, adquiriu, no ano_X1, mercadoria para revenda no total de \$ 40.000. Durante o período a receita de vendas alcançou \$ 70.000. Sabendo-se que o estoque final era de \$ 3.000; o estoque inicial de \$ 2.000 e, no período registraram-se devoluções de compra de \$ 1.000 e de vendas de \$ 2500, pode-se afirmar que o custo de mercadorias vendidas e o valor das mercadorias disponíveis para venda foram de:

- a) 39.000 e 42.000
- b) 38.000 e 41.000
- c) 38.000 e 39.000
- d) 31.000 e 34.000
- e) 29.500 e 32.500

2) (TTN com alterações) - Determinada empresa registrou em seu inventário de mercadorias para venda de 31.12.x1, a existência de 100 unidades do produto A, no valor total de \$ 165.000. Adquiriu no dia 15.01.x2 mais 100 unidades do mesmo produto ao preço total de \$ 195.000.

Sabendo-se que:

- no dia 10.01.x2 foram vendidas 20 unidades ao preço unitário de \$ 2.500
- não ocorreram outras operações no mês de janeiro de x2
- a empresa avalia seus estoques pelo método PEPS.

Pode-se afirmar que o inventário em 31.01.x2 era de:

- a) 310.000
- b) 321.000
- c) 324.000
- d) 360.000
- e) 327.000

3) (AFTN) - No mês de outubro a firma Omar Telo de Barros realizou a seguinte movimentação de compras e vendas da única mercadoria com que trabalha e que é isenta de **ICMS**:

Estoque em 01.10 : 2.200 unidades ao custo unitário de \$ 0,50
Vendas em 05.10 : 1.000 unidades ao preço unitário de \$ 0,95
Compras em 10.10 : 2.000 unidades ao custo unitário de \$ 0,90
Vendas em 30.10 : 1.400 unidades ao preço unitário de \$ 0,95

Com estas operações, a empresa apresentará na contabilidade um estoque final de mercadorias e um lucro operacional bruto (RCM), respectivamente, de:

- a) 900,00 e 280,00, se adotar o método UEPS
- b) 900,00 e 280,00, se adotar o método PEPS
- c) 1.242,00 e 622,00, se adotar o método CUSTO MÉDIO
- d) 1.620,00 e 1.000,00, se adotar o método UEPS
- e) 1.620,00 e 1.000,00 se adotar o método PEPS

4) No balancete levantado para apuração do resultado do exercício, registraram-se os seguintes saldos:

Compras - 1.200.000
Mercadorias - 360.000
Receita de vendas - 2.600.000

Sabendo-se que o estoque existente, no momento, alcançava o valor de \$ 480.000, pode-se afirmar que:

- a) o lucro bruto de vendas do produto foi de 1.080.000
- b) no período registrou-se um prejuízo de 1.080.000
- c) o custo das mercadorias vendidas foi de 1.200.000
- d) o custo das mercadorias vendidas foi de 1.400.000
- e) o saldo da conta Mercadorias, no balanço de encerramento do exercício social, é de 480.000

5) (AFTN 89) - Observe as seguintes operações, isentas de impostos:

Venda de mercadorias a prazo com entrada e prejuízo:

Preço de venda \$ 6.000
Entrada 20% do preço
Prejuízo 30% do preço

A empresa que realizou a venda, para registra-la, deixando certo o saldo da conta Mercadoria, deverá lançar débitos e créditos como segue

a) D: Caixa 1.200
 D: Clientes 4.800
 D: RCM 1.800

C:	Mercadorias	7.800
b) D:	Caixa	1.200
D:	Clientes	4.800
C:	Mercadorias	4.200
C:	RCM	1.800
c) D:	Caixa	1.200
D:	Clientes	4.800
C:	Mercadorias	6.000
d) D:	Caixa	1.200
D:	Mercadorias	4.800
C:	RCM	1.800
C:	Clientes	4.200
e) D:	Caixa	1.200
D:	Clientes	3.000
D:	RCM	1.800
C:	Mercadorias	6.000

6) Em janeiro de 19x1 foram feitas vendas totais de mercadorias de \$2.100.000, com custo de \$1.600.000. As compras no mesmo período foram de \$1.400.000. Sabendo-se que o estoque de mercadorias em 01.01.x1 era de \$800.000, pode-se afirmar que, em 31.01.x1, o valor dos estoques de mercadorias e o valor do lucro bruto sobre vendas eram respectivamente de:

- a) 2.100.000 e 800.000
- b) 500.000 e 600.000
- c) 600.000 e 500.000
- d) 800.000 e 2.100.000
- e) 800.000 e 500.000

7) Assinale a única alternativa em que qualquer uma das fórmulas apresentadas permite a obtenção do Resultado com Mercadorias:

- a) $(V + EF) - (C + EI) = RCM$ ou $V - CMV = RCM$
- b) $V - CMV = RCM$ ou $V + EF - C = RCM$
- c) $(V + EI) - (C + EF) = RCM$ ou $V - CMV - EF = RCM$
- d) $(V + EF) - (C + EI) = RCM$ ou $V - CMV - EI = RCM$
- e) $V - CMV = RCM$ ou $V + EI + C = RCM$

onde:

V = VENDAS
C = COMPRAS
CMV = CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
EF = ESTOQUE FINAL DE MERCADORIAS
EI = ESTOQUE INICIAL DE MERCADORIAS
RCM = RESULTADO COM MERCADORIAS

GABARITO

- 1) B
- | | | |
|-----------|----------|-------------------------|
| C = 4.000 | Ei = 200 | Devolução compras = 100 |
| V = 7.000 | Ef = 300 | Devolução vendas = 250 |
- $CMV = Ei + (C - \text{Devol.compras}) - Ef$
 $CMV = 200 + (4.000 - 100) - 300$
 $CMV = 3800$
 $MERCADORIAS = Ei + (C - \text{Devol.compras})$
 $= 200 + (4.000 - 100)$
 $= 4.100$

2) E

QTD	-	TOTAL	-	UNIT	1650 x 20
100	-	165.000	-	1.650	
100	-	195.000	-	1.950	33.000
<u>200</u>		<u>360.000</u>			
<u>(20)</u>		<u>(33.000)</u>			
180		327.00			

3) E

QTD	UNIT	TOTAL
2.200	0,50	= 1.100
(1.000)	0,50	= (500)
<u>1.200</u>	0,50	= 600
2.000	0,90	= 1.800
<u>3.200</u>		<u>2.400</u>
(1.200)	0,50	= (600)
(200)	0,90	= (180)
<u>1.800</u>		<u>1.620</u>

RCM = LUCRO BRUTO

VENDAS	=	2.280
CMV	-	<u>1.280</u>
RCM	=	1.000

ESTOQUE	VENDAS	CMV	CAIXA
500 (1-A)	950 (1)	(1-A) 500	(1) 950
600 (3-A)	1.330 (3)	(3-A) 600	(3) 1.330
180 (3-B)		(3-B) 180	
	<u>2.280</u>	<u>1.280</u>	

4) E $CMV = Ei + C - Ef$
 $= 360 + 1200 - 480$
 $= 1.080$

VENDAS = 2.600
CMV = 1.080

LUCRO BRUTO = 1.520

5) A

VENDAS	CAIXA	CLIENTES
(A) 6.000	(1) 1.200	(1) 4.800
6.000 (1)		

MERCADORIAS	C.M.V.	C/C RESULTADO C/ MERCAD.
7.800 (1-A)	(1-A) 7.800	(B) 7.800
	7.800 (B)	6.000 (A)
		<u>1.800</u>
		1.800 (C)

R.C.M.
(C) 1.800

D: CAIXA 1.200
D: CLIENTES 4.800
D: RCM 1.800
C: MERCADORIAS 7.800

6) C

$CMV = Ei + Cf - Ef$
 $1.600 = 800.000 + 1.400.000 - ?$
 $1.600 = 2.200.000 - X$
 $X = 1.600.000 - 2.200.000$

$2.100.000 = \text{Vendas}$
 $\underline{1.600.000} - \text{CMV}$
 $500.000 = \text{Lucro Bruto ou RCM}$

$$X = 600.000$$

7) A

Mercadorias			
450	325	235	- Ef
125		<u>125</u>	- saldo devedor mercadorias
		110	- lucro nas vendas

1) Indicar em qual grupo do balanço patrimonial, encerrado em 31 de Dezembro as contas abaixo devem ser classificadas:

Nº de ordem	Contas	Classificação no balanço patrimonial
1	Obras em andamento (para uso próprio)
2	Ações de outras companhias (não há intenção de venda)
3	Ações de companhia coligadas
4	Aplicações financeiras (vencimento em 250 dias)
5	Capital social
6	Títulos a pagar (antes de um ano)
7	Outras contas a receber (em 30 dias)
8	Adiantamento concedidos para despesas de viagem
9	Empréstimos compulsórios (vencimento em 5 anos)
10	Produtos estocados para venda
11	Banco conta de depósito vinculado (vencimento em 400 dias)
12	Gratificações de empregados, a pagar
13	Encargos sociais a pagar
14	Edifícios
15	Lucros acumulados
16	Empréstimos bancários (a pagar após 365 dias)
17	Prejuízos acumulados
18	Juros pagos antecipadamente
19	Marcas e patentes (não usadas pela empresa nas suas operações)
20	Banco conta de movimento
21	Seguros pagos antecipadamente
22	Despesas de implantação

2) (TTN) - Ao final do mês de abril, algumas contas da escrituração da Empresa ostentavam saldos:

Salários: \$ 11.500; Salários a Pagar: \$ 12.000; Despesa de Seguros: \$ 16.000 e Despesas de Seguros a Vencer: \$ 5.000. Com esses dados, pode-se afirmar que a Empresa Ária tinha:

- a) despesas de \$ 44.500
- b) dívidas de \$ 39.500
- c) despesas de \$ 39.500
- d) despesas de \$ 27.500

3) Despesas pré-operacionais e prêmios de seguros a vencer são contas:

- a) do ativo
- b) do passivo
- c) de resultado
- d) do Patrimônio Líquido
- e) de compensação

4) A conta Lucros Acumulados:

- a) tem sempre saldo credor
- b) pode ter saldo devedor, se o resultado do exercício for negativo
- c) é retificadora do Patrimônio Líquido
- d) é debitada nas reversões de reservas anteriormente constituídas
- e) é creditada nas transferências para constituição de reservas.

5) Num balanço patrimonial a conta Ações em Tesouraria é classificada no grupo ou subgrupo:

- a) Ativo Circulante
- b) Ativo Realizável a Longo Prazo
- c) Ativo Permanente - Investimento
- d) Ativo Permanente - diferido
- e) Patrimônio líquido, como conta retificadora

6) A conta a que se refere a questão anterior é utilizada pela Sociedade Anônima para registrar a aquisição de ações

- a) de sua própria emissão
- b) emitidas por coligadas
- c) emitidas por controladas
- d) destinadas à revenda
- e) destinada a investimentos de caráter permanente.

7) Em 01.11.91 uma empresa contraiu uma dívida de \$ 1.000.000, comprometendo-se a pagar, para liquidá-la \$ 1.600.000, em 31/01/92. Na mesma data pagou a importância de \$ 1.200.000, correspondente ao prêmio de uma apólice de seguro contra incêndio de suas instalações com vigência relativa ao período de 01.01.92. Assim sendo, deve a empresa apropriar como despesas do exercício encerrado em 31.12.91, a título de juros e seguros, respectivamente, os valores:

- a) zero e zero
- b) \$ 400.000 e zero
- c) \$ 400.000 e \$ 200.000
- d) \$ 600.000 e \$ 200.000
- e) \$ 600.000 e \$ 1.200.000

8) Assinale a opção que contém, na ordem certa, os grupos do Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.)

- a) Ativo Circulante Disponível, Estoques, Ativo Exigível a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.
- b) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.
- c) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Ativo Imobilizado, Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.
- d) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercício Futuros e Patrimônio Líquido.
- e) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Despesa de Exercício Seguinte, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido.

9) No levantamento do balanço para apuração do resultado do exercício social as contas de:

- a) custos e despesas são debitadas em contrapartida de uma conta transitória
- b) receitas são creditadas em contrapartida de uma conta transitória
- c) custos e despesas são creditadas em contrapartida de uma conta transitória
- d) receita são creditadas em contrapartida de conta de Lucros e Prejuízos Acumulados
- e) receitas são creditadas e as de despesas e custos são debitadas em contrapartida de uma conta transitória.

10) A Empresa Comércio e Indústria contratou o aluguel de sua loja pelo período de 18 meses, a partir de 01.05.92. Pagou ao locador no mesmo dia o valor total de \$ 1.260.000 para manter o aluguel mensal sem ajuste. O contador, de posse da documentação e sabendo que a empresa adota o regime de competência, deve registrar o pagamento, em relação ao ano 1992.

- a) \$ 1.260.000 (18 meses) como Despesa.
- b) \$ 840.000 (1 ano) como Despesa e \$ 420.000 (6 meses) como Ativo Circulante.
- c) \$ 840.000 (1 ano) como Despesa e \$ 420.000 (6 meses) como Ativo Realizável a Longo Prazo.
- d) \$ 560.000 (8 meses) como despesa e \$ 700.000 (10 meses) como Ativo Circulante.
- e) \$ 560.000 (8 meses) como Despesa, \$ 280.000 (4 meses) como Ativo Circulante e \$ 420.000 (6 meses) como Ativo Realizável a Longo Prazo

11)

ATIVO		PASSIVO	
caixa	27.000	fornecedores	100.000
bancos	63.000	salários a pagar	
mercadorias			
mov. e utensílios	150.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
duplicatas a receber	100.000	capital	250.000
		reservas	50.000

Considerando os dados acima e sabendo-se que o passivo é igual ao ativo imobilizado, indique a opção que contém os saldos das contas mercadorias e salários a pagar, respectivamente.

- a) \$ 150.000 e \$ 110.000;

- b) \$ 110.000 e \$ 50.000;
- c) \$ 60.000 e \$ 110.000;
- d) \$ 60.000 e \$ 50.000;
- e) \$ 50.000 e \$ 110.000.

12)

Bancos	\$ 25.000
Caixa	\$ 5.000
Capital	\$ 200.000
Custos	\$ 320.000
Despesas	\$ 60.000
Duplicatas a Pagar	\$ 50.000
Duplicatas a Receber	\$ 90.000
Edifícios de Uso	\$ 135.000
Móveis e Utensílios	\$ 15.000
Prejuízos Acumulados	\$ 20.000
Vendas	\$ 420.000

Considerando os dados acima, pode-se afirmar que o patrimônio líquido é de:

- a) \$ 670.000
- b) \$ 250.000
- c) \$ 220.000
- d) \$ 200.000
- e) \$ 180.000

13) (AFTN) - No exercício financeiro de 1984, a Cia Comercial Cantarely, cujo período base estendeu-se de 01/07/82 a 30/06/83, contratou um seguro de suas instalações, nas seguintes condições:

Risco coberto		Cr\$ 100.000.000
Valor do premio		Cr\$ 1.200.000
Data de pagamento	02/01/83	
Período de cobertura	01/03/83 a 31/12/83	
Conta debitada pelo pagamento:		"Seguros a vencer"

No Balanço Patrimonial daquele exercício, a conta retrocitada, tendo em vista que as apropriações das parcelas incorridas foram feitas de forma correta, apresentou um saldo de:

- a) 720.000
- b) 480.000
- c) 600.000
- d) 400.000
- e) zero

14) De conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) classificam-se no mesmo grupo as contas:

- a) Encargos de Depreciação de Veículos e Depreciação Acumulada de Veículos
- b) Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Investimentos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.
- c) Juros a Vencer e Juros a Acionista na Fase de Implantação
- d) Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Investimentos e Depreciação Acumulada de Veículos.
- e) Duplicatas Descontadas e Duplicatas a Pagar.

15) (AFTN SET/94) - Valores em R\$ 1,00

Bancos		9
Caixa		3
Capital		30
Compras		42
Custo de Mercadorias Vendidas	30	
Duplicatas a Pagar		28
Duplicatas a Receber		14
Duplicatas Descontadas	6	
Mercadorias-saldo inicial	4	
Vendas	50	

Considerando os dados acima, extraídos dos balancetes levantados em 31.12.93, podemos afirmar que os valores do Capital Circulante Líquido e do Patrimônio Líquido, no balanço de 31.12.93, são, respectivamente:

- a) \$ 8,00 e \$ 30,00
- b) \$ 8,00 e \$ 50,00
- c) \$ 14,00 e \$ 30,00
- d) \$ 14,00 e \$ 50,00
- e) \$ 42,00 e \$ 30,00

16) (AFTN SET/94) - Balancete em 31.12.93 (em R\$ 1,00)

Aluguéis a Vencer		1
Bancos		3
Caixa		2
Capital		43
Depreciação Acumulada Veículos		6
Depreciação Acumulada Equipamentos		4
Depreciação Acumulada Máquinas		3
Duplicatas Descontadas		7
Duplicatas a Receber		20
Equipamentos		8
Financiamento	vencível 1994	1
	vencível 1995	2
	vencível 1996	2
Fornecedores		17
Imóveis		30
Impostos a Pagar		2
Impostos a Recuperar		1
Máquinas e Instrumentos		5
Mercadorias (devedor)		9
Prejuízos Acumulados		4
Provisão para Devedores Duvidosos		1
Reserva de Correção de Capital		8
Salários a Pagar		1
Veículos		12

Considerando os dados acima podemos afirmar que, no Balanço de 31.12.93, os valores do Capital Circulante Líquido, Ativo Total e Passivo Circulante eram, nessa ordem, de

- a) \$ 7,00, \$ 63,00 e \$ 28,00
- b) \$ 3,00, \$ 70,00 e \$ 25,00
- c) \$ 7,00, \$ 70,00 e \$ 21,00
- d) \$ 14,00, \$ 63,00 e \$ 21,00
- e) \$ 9,00, \$ 72,00 e \$ 21,00

17) (AFTN SET/94) - Balancete em 31.12.93 (em R\$ 1,00)

Bancos	70
Caixa	40
Capital	600
Custo de Mercadorias Vendidas	1.800
Depreciações Acumuladas	70
Despesas Comerciais	300
Despesas Financeiras	800
Despesas Gerais	600
Duplicatas Descontadas	40
Duplicatas a Pagar	290
Duplicatas a Receber	140
Financiamentos	1.000
Imóveis	200
Impostos a Pagar	300
Lucros Acumulados	300
Máquinas	150
Mercadorias para Revenda	700
Reserva de Capital	180
Reserva de Lucros	100
Salários a Pagar	120
Veículos	200
Vendas	2.000

A situação da empresa, no balanço geral levantado com base no balancete acima, era de

- a) Patrimônio Líquido de \$ 1.800,00
- b) Situação líquida superavitária de \$ 320,00
- c) Situação líquida superavitária de \$ 1.180,00
- d) Passivo a descoberto de \$ 320,00
- e) Patrimônio Líquido positivo de \$ 320,00

18) (AFTN MAR/94) - Dados extraídos de um Balanço Patrimonial de 31/12/93.

	<u>R\$</u>
- Passivo Circulante	1.936,00
- Ativo Permanente	678,00
- Exigível a Longo Prazo	96,00
- Realizável a Longo Prazo	65,00
- Resultados de Exercícios Futuros (Receita maior que custos e despesas correspondentes)	200,00

No referido balanço o capital circulante líquido (ativo circulante maior que o passivo circulante) foi de \$ 2.168,00. Assinale, com base nos elementos fornecidos, a opção que tem em si o somatório do Patrimônio Líquido em 31/12/93.

- a) \$ 679,00
- b) \$ 2.215,00
- c) \$ 2.423,00
- d) \$ 2.615,00
- e) \$ 3.808,00

19) (AFTN MAR/94) - No Balanço Patrimonial, as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa serão classificados

- a) no Ativo Imobilizado
- b) no Ativo Diferido
- c) em Investimentos
- d) no Ativo Realizável a Longo Prazo
- e) no Exigível a Longo Prazo

(TTN/94) - Enunciado comum das questões 20 e 21

Para levantar um Balanço Patrimonial segundo a Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, foram fornecidos a um candidato a contado de uma sociedade mercantil os seguintes dados:

- Valores Mobiliários	510.00
- Caixa	20.00
- Bancos Conta Movimento	90.00
- Contas a Receber	10.00
- Clientes (Duplicatas a Receber)	400.00
- Estoques de Mercadorias para Revenda	200.00
- Duplicatas Descontadas	120.00
- Edifícios	700.00
- Participação (Permanente) em Sociedade Controlada	200.00
- Móveis, Utensílios e Instalações	300.00
- Prêmios de Seguros a Vencer	12.00
- Depreciação Acumulada de Edifícios	400.00
- Depreciação Acumulada de Móveis, Utensílios e Instalações	60.00
- Provisão para Devedores Duvidosos	6.00
- Contas a Pagar	70.00
- Empréstimo a Sociedade Controlada	100.00
- Fornecedores (Duplicatas a Pagar)	150.00
- Capital Social Realizado	800.00
- Reserva da C. Monetária do Capital Social Realizado	55.00
- Lucros Acumulados	468.00
- Ações em Tesouraria	22.00
- Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	45.00
- Provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro	63.00
- Provisão para o Imposto de Renda	170.00
- Reserva Legal	27.00
- Dividendos a Pagar	130.00

Obs.: Todos os direitos e obrigações são, pela ordem, realizáveis e vencíveis a curto prazo. Prêmios de Seguro a Vencer representam aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. O empréstimo à controlada não constitui negócio usual.

Com base no Balanço Patrimonial levantado responda às questões de número 20 e 21.

20) O Patrimônio Líquido importou em

- a) \$ 1.350,00
- b) \$ 1.328,00
- c) \$ 1.956,00
- d) \$ 1.458,00
- e) \$ 1.498,00

21) O Ativo Permanente importou em

- a) \$ 940,00
- b) \$ 1.200,00
- c) \$ 1.000,00
- d) \$ 740,00
- e) \$ 540,00

GABARITO – EXERCÍCIO SOBRE BALANÇO PATRIMONIAL

Nº de ordem	Classificação no balanço patrimonial
1	Ativo Permanente - imobilizado
2	Ativo permanente - investimentos

3	Ativo permanente - investimentos
4	Ativo circulante
5	Patrimônio líquido
6	Passivo circulante
7	Ativo circulante
8	Ativo circulante
9	Ativo realizável a longo prazo
10	Ativo circulante
11	Ativo realizável a longo prazo
12	Passivo circulante
13	Passivo circulante
14	Ativo permanente imobilizado
15	Patrimônio líquido
16	Passivo exigível a longo prazo
17	Patrimônio líquido
18	Ativo circulante
19	Ativo permanente - investimentos
20	Ativo circulante
21	Ativo circulante
22	Ativo permanente - diferido

02 - D; 03 - A; 04 - A; 05 - E; 06 - A;

07 - B Juros 600 3 = 200 x 2 = 400
Seguros = 0)

08 - D; 09 - C;

10 - D 05 a 12/92 = 8 meses - Despesas
01 a 10/93 = 10 meses - Ativo Circulante
Desp. Exerc. Seguinte);

11 - B;

12 - C 200 Capital
420 Vendas
(320) Custos
(20) Prejuízos Acumulados
(60) Despesas

220

13 - A Período de cobertura 01.03.83 a 31.12.83 = 10 meses

Valor do prêmio (despesa) 1.200.000/10 = 120.000/mês

Data do Balanço Patrimonial = 30.06.83

Período decorrido do início da cobertura até a data do balanço = 4 meses / já apropriado

4 x 120.000 = 480.000

Assim temos:

Valor total 1.200.000

Valor já apropriado 480.000

Saldo de "Seguros a Vencer" 720.000

14 - D Grupo Ativo Permanente

15 - B 16 - C 17 - D 18 - D 19 - C 20 - B 21 - D

CR\$

01) (AFTN 85) - Saldo Credor da Correção Monetária do Balanço	100.000
- Variações Monetárias Ativas	2.000
- Variações Monetárias Passivas	1.000
- Correções Monetárias Prefixadas Passivas	4.000
- Correções Monetárias Prefixadas Ativas	6.500

Com base nos dados acima, extraídos da DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO da Cia. ALFAMA, em 31/12/84, assinale a alternativa que contém o lucro inflacionário do exercício social encerrado naquela data.

- a) 102.500
- b) 100.000
- c) 101.000
- d) 103.500
- e) 96.500

02) TÍTULOS

Saldo em 31/12/88

	(Cz\$)
- RECEITA DA REVENDA DE MERCADORIAS	1.000.000
- RECEITA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	600.000
- VENDAS CANCELADAS	100.000

- ICMS SOBRE A REVENDA DE MERCADORIAS	150.000	
- OUTROS IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE A		
RECEITA DE REVENDA	DE	MERCADORIAS E
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.	57.000	
- CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		430.000
- CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		310.000
- DESPESAS OPERACIONAIS (outras)		293.000
- RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		70.000
- CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO (saldo devedor)		80.000
- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40.000

Identifique, entre os itens acima relacionados, aqueles que são computados na determinação do LUCRO BRUTO e a natureza dos respectivos saldos. Efetue a soma algébrica dos valores identificados e assinale, em seguida a alternativa que contém esse LUCRO.

- a) CR\$ 553.000
- b) CR\$ 270.000
- c) CR\$ 80.000
- d) CR\$ 200.000
- e) CR\$ 120.000

03) Da DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO da empresa Sempre Linda S.A. referente ao exercício findo em 31.12.93 foram sacados os seguintes elementos:

	CR\$
- Lucro líquido do exercício após a provisão para o imposto de renda e a contribuição social s/ o lucro.	100.000
- Provisão para o imposto de renda (curto e longo prazo)	42.000
- Receitas não-operacionais	20.000
- Despesas não-operacionais	17.000
- Custos de mercadorias revendidas	400.000
- Saldo credor da correção monetária do balanço	40.000
- Despesas com vendas	65.000 *
- Despesas gerais e administrativas	31.000
- Despesas financeiras (CR\$ 15.000), deduzidas das receitas financeiras (CR\$ 7.000)	8.000
- Contribuição social s/ lucro	16.000

* Não dedutíveis da Receita Bruta

O LUCRO BRUTO, com fundamento nos dados necessários a sua determinação foi de:

- a) CR\$ 219.000
- b) CR\$ 299.000
- c) CR\$ 225.000
- d) CR\$ 115.000
- e) CR\$ 158.000

04) (AFTN 85) - Da "Demonstração do Resultado do Exercício" da Comercial Jardim Botânico S.A. em 31/12/84, foram extraídos os seguintes elementos:

	MIL Cr\$
Receita (Bruta) da Venda de Mercadorias	110.000
Receitas Financeiras.....	3.000
Despesa de Comissões s/ Vendas	2.000
Outras Despesa Operacionais	13.000
Custo das Mercadorias Vendidas	52.750
Descontos Incondicionais Concedidos.....	10.000
PIS sobre o Faturamento	750
Finsocial sobre a Receita Bruta	500
Receitas Não Operacionais.....	4.000
Despesas Não Operacionais.....	750
Saldo Devedor da conta de Correção Monetária	4.000
ICMS sobre Vendas	16.000
Despesa Financeiras	1.000
Provisão para Imposto de Renda (s/ Lucro Real)	7.000

O resultado com mercadorias (Lucro Bruto) e o Lucro Operacional, da referida demonstração, importaram respectivamente em:

- a) 31.250 e 10.000
- b) 28.000 e 16.250
- c) 30.000 e 17.000
- d) 29.250 e 13.000
- e) 33.000 e 11.250

05) (AFTN 85)

DEVOLUÇÃO DE VENDAS		
a DIVERSOS		
a DUPLICATAS A RECEBER	100.000	
a DESCONTOS INCONDICIONAIS	25.000	125.000
C/ CORRENTE DE ICMS		
a ICMS SOBRE VENDAS	15.000	
MERCADORIAS		
a CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	60.000	

Pela devolução, dentro do próprio exercício social da venda, de mercadoria entregue em desacordo com o pedido do cliente, a Comercial Messias S.A. efetuou os registros contábeis acima.

Em decorrência, é correto afirmar que o Lucro Bruto da empresa foi alterado em Cr\$:

- a) 17.000
- b) 25.000
- c) 33.000
- d) 77.000
- e) 85.000

06) (AFTN 89) - A empresa S/A Modelo de Indústria emitiu a NF nº 1.234 para vender à Cia. Comercial de Varejo 400 bandejas inox, modelo 2, ao preço unitário de NCz\$ 50,00, com IPI de 10% e ICMS de 17%.

A empresa Cia. Comercial de Varejo emitiu a NF nº 0172 para vender ao Sr. José Maria 40 das bandejas compradas da S/A Modelo de Indústria. Obteve um preço de NCz\$ 100,00 por unidade, com ICMS de 17%.

Baseados apenas nas informações constantes das notas fiscais acima, podemos afirmar com certeza que a Cia. Comercial de Varejo obteve um Lucro Operacional Bruto de:

- a) NCz\$ 2.000,00
- b) NCz\$ 1.660,00
- c) NCz\$ 1.460,00
- d) NCz\$ 1.120,00
- e) NCz\$ 2.140,00

07)	TÍTULOS	Saldo em 31/12/88
		(Cz\$)
- RECEITA DA REVENDA DE MERCADORIAS		1.000.000,00
- RECEITA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		600.000,00
- VENDAS CANCELADAS		100.000,00
- ICMS SOBRE A REVENDA DE MERCADORIAS		150.000,00
- OUTROS IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE REVENDA DE MERCADORIAS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		47.000,00
- CUSTOS DAS MERCADORIAS REVENDIDAS		430.000,00
- CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS		310.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS(outras)		293.000,00
- RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		70.000,00
- CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO (saldo devedor)		80.000,00
- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40.000,00

- Identifique, entre os itens acima relacionados, aqueles que são computados na determinação do LUCRO BRUTO e a natureza dos respectivos saldos. Efetue a soma algébrica dos valores identificados e assinale, em seguida, a alternativa que contém esse LUCRO.

- a) Cz\$ 563.000,00
- b) Cz\$ 270.000,00
- c) Cz\$ 80.000,00
- d) Cz\$ 200.000,00
- e) Cz\$ 120.000,00

08) - A base de cálculo das participações estatutárias da MANZAN S/A, no balanço de 31/12/88, foi um lucro de CR\$ 20.000.000,00.

De acordo com o estatuto vigente à época, os percentuais eram:

PARTICIPAÇÕES

- De empregados - 10% (dez por cento)
- De administradores - 5% (cinco por cento)
- De partes beneficiárias - 5% (cinco por cento)

A parcela de lucro atribuída aos titulares das PARTES BENEFICIÁRIAS, calculada com observância da legislação comercial (Lei 6.404/76), importou em :

- a) Cz\$ 1.000.000,00
- b) Cz\$ 855.000,00
- c) Cz\$ 902.000,00
- d) Cz\$ 850.000,00
- e) Cz\$ 900.000,00

9) (AFTN MAR/94) - Operações com Mercadorias Isentas do ICMS

	\$
- Vendas	336.00
- Devoluções de Vendas	9.00
- Abatimentos sobre Vendas	6.00
- Estoque Inicial	45.00
-Compras	273.00
- Devoluções de Compras	14.00
- Abatimentos sobre Compras	7.00
- Descontos Comerciais sobre Vendas	8.00
- Estoque Final	42.00
- Tributos Incidentes s/ Vendas (PIS e COFINS)	8.00

O Lucro Bruto calculado com base nos valores acima importa em

- a) \$ 66,00
- b) \$ 58,00
- c) \$ 56,00
- d) \$ 51,00
- e) \$ 50,00

10) (AFTN MAR/94) Dados extraídos de um Balancete Final de 31/12/93.

ITENS	R\$
- Receita Líquida das Vendas e Serviços	700.00
- Custo dos Bens e Serviços Vendidos	300.00
- Receitas Financeiras	60.00
- Resultados Positivos em Participações Societárias	12.00
- Reversões dos Saldos de Provisões Constituídas no Exercício Anterior	10.00
- Despesas Operacionais (Com Vendas, Gerais e Administrativas)	200.00
- Despesas Financeiras	40.00
- Participações de Debêntures	6.00
- Receitas Não Operacionais	20.00
- Despesas Não Operacionais	2.00
- Saldo Credor da Conta de Correção Monetária do Balanço	102.00
- Provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro	32.00
- Provisão para o Imposto de Renda	81.00

O Lucro Líquido do Exercício findo em 31/12/93, depois da provisão para o imposto de renda, apurado com base nos dados acima, foi de

- a) \$ 356,00
- b) \$ 255,00
- c) \$ 243,00
- d) \$ 223,00
- e) \$ 219,00

11) Indique o lucro bruto sobre vendas, considerando que:

- o saldo inicial da conta Mercadorias para Revenda era de \$ 200,00;
- no período foram feitas aquisições de mercadorias, sujeitas a ICMS de 20%, no montante de \$ 800,00;
- o inventário, ao final do período, registrou o valor de \$ 160,00, já excluído o ICMS;
- o montante das vendas foi equivalente a 200% do custo das mercadorias vendidas;
- os impostos incidentes sobre as vendas equivaleram a 20%.

- a) \$ 504,00
- b) \$ 408,00
- c) \$ 952,00
- d) \$ 840,00
- e) \$ 1.360,00

12)

Balancete em 31.12.93 (em \$ 1,00)

Bancos	1
Capital	20
Caixa	1
Compras	14
Comissões sobre Vendas	2
Correção Monetária do Balanço	9
Despesas Gerais	7
Duplicatas a Pagar	12
Duplicatas a Receber	45
Impostos incidentes sobre vendas	12
Juros Ativos	4
Juros Passivos	3
Juros a Pagar	6
Juros a Vencer	5

Sabendo-se que:

- o balancete se refere ao encerramento do primeiro período de funcionamento da empresa;
- o inventário de Mercadorias para Revenda, em 31.12.93, foi de \$ 9,00;
- o estoque inicial de Mercadorias para Revenda era nulo, podemos afirmar que o lucro bruto, o lucro operacional e o resultado do exercício antes da Contribuição Social sobre o Lucro e do Imposto de Renda foram, respectivamente, de

a)	\$ 43,00,	\$ 33,00 e	\$ 24,00
b)	\$ 43,00	\$ 27,00 e	\$ 18,00
c)	\$ 43,00	\$ 35,00 e	\$ 26,00
d)	\$ 48,00	\$ 40,00 e	\$ 31,00
e)	\$ 48,00	\$ 38,00 e	\$ 29,00

13) Balancete em 31.12.93 (em \$ 1,00)

Bancos	10
Caixa	20
Capital	500
Clientes	350
Correção Monetária do Balanço	150
Custo de Mercadorias Vendidas	300
Depreciações Acumuladas	50
Despesas Comerciais	70
Despesas Financeiras	10
Despesas Tributárias	10
Fornecedores	180
Imóveis	80
Impostos incidentes sobre vendas	200
Juros ativos	40
Máquinas	30
Mercadorias	620
Reserva Correção Monetária Capital	70
Reserva de Lucros	60
Reserva Legal	100
Salários a Pagar	50
Veículos	200
Vendas	1000

Obs.: As bases de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro e do Imposto de Renda (PJ) foram negativas.

Considerando os dados acima podemos afirmar que o valor levado à conta de Reserva Legal, na distribuição de resultados do balanço de 31.2.93, foi de

a)	\$ 15,00
b)	\$ 20,00
c)	\$ 14,00
d)	\$ 13,00
e)	zero

14) Foram levantados os seguintes dados da contabilidade:

Estoque de mercadorias	\$ 40,00
Compras de Mercadorias	\$ 220,00
]Devolução de compras	\$ 20,00
Lucro bruto de Vendas de Mercadorias	\$ 330,00
Devolução de vendas	\$ 80,00
Vendas de Mercadorias	\$ 880,00

As compras e as vendas estavam sujeitas a impostos de 20%.

Os dados acima autorizam afirmar que o estoque inicial de Mercadorias era de

a)	\$ 238,00
b)	\$ 254,00
c)	\$ 194,00
d)	\$ 214,00
e)	\$ 190,00

01) **B.** As Variações Monetárias Ativas e Passivas são do grupo Despesas Operacionais - Sub grupo Receitas e Despesas Financeiras.

02) **A.** 1600 Receita Bruta (vendas + serviços)
100 (-) Vendas Canceladas
207 (-) Imposto s/ Vendas e Serviços
1.293 Receita Líquida
740 (-) CMV e CSP

553 = Lucros Bruto

03) **A** - Para resolver esta questão você tem que fazer o raciocínio inverso, começando pelo lucro líquido do exercício

219.000	Lucro Bruto
(104.000)	(-) Desp. Operacionais (vendas+gerais e adm+financ)
115.000	= Lucro Operacional
20.000	(+) Receita Não-operacionais
(17.000)	(-) Despesa Não-operacionais
40.000	(+) Saldo Credor da Correção Monetária
158.000	= Lucro antes do IR - LAIR
(42.000)	(-) Imposto de renda
(16.000)	(-) Contribuição social
100.000	= Lucro Líquido do exercício

Obs.: Se você considerar o "saldo credor da correção monetária do balanço" como DESPESA, encontrará a resposta "errada" de 299.000.

Normalmente a CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO apresenta Saldo Devedor (Despesa) mas o enunciado desta questão traz claramente **SALDO CREDOR (RECEITA)**, portanto este Saldo deve ser somado ao **LUCRO OPERACIONAL** a fim de encontrar o L.A.I.R.

04) **C**

110.000	- Vendas
10.000	- (-) Desc. Incond. Concedidos
750	- (-) PIS s/ faturamento
500	- (-) Finsocial s/ receita bruta
16.000	- (-) ICMS s/ Vendas
82.750	= Receita Líquida
52.750	- (-) CMV
30.000	= LUCRO BRUTO ^{1[1]}

Despesas Operacionais

2.000	- (-) Despesas com Vendas
2.000	- (+) Resultado financeiro (REC - DESP)
13.000	- (-) Outras despesas Operacionais
17.000	= LUCRO OPERACIONAL

05) B.	125.000	= Vendas
	25.000	- (-) Descontos incondicionais
	15.000	- (-) ICMS s/ vendas
	85.000	= Vendas Líquidas
	60.000	- (-) CMV
	25.000	= Lucro Bruto

Obs.: Despesa c/ comissão s/ vendas não é conta dedutora das vendas. Ela é considerada como Despesa Operacional. Portanto não afeta o cálculo do lucro bruto.

06) **C**

	D: ESTOQUE	18.600	
COMPRA	D: ICMS C/C	3.400	
	C: FORNECEDORES		22.000
VENDA (a)	D: CAIXA	4.000	
	C: VENDAS		4.000
(b)	D: ICMS FATURADO	680	
	C: ICMS C/C		680
(c)	D: CMV	1.860	
	C: ESTOQUE		1.860
4.000	VENDAS		
680	IMPOSTOS S/VENDAS		
3.320	VENDAS LÍQUIDAS		
1.860	CMV		
1.460	LUCRO BRUTO		

07) A	1.000.000	Receita de Vendas Mercadorias
	600.000	Receita Prestação Serviços
	1.600.000	RECEITA BRUTA
	100.000	(-) Vendas Canceladas
	150.000	(-) ICMS s/ Vendas
	47.000	(-) Outros impostos s/ Vendas
	1.300.000	RECEITA LÍQUIDA
	430.000	(-) CMV
	310.000	(-) CSP

08) **B** Lembrar: o cálculo é feito sobre a base "remanescente"

20.000.000 x 10% = 2.000.000 - Participação empregados

18.000.000 x 5% = 900.000 - Participação administradores

17.000.000 x 5% = 855.000 - Participação Partes beneficiárias

Administradores

84.911

Partes beneficiárias

203.786

09) **E**

226 =	Receita Bruta
9 -	Devolução de Vendas
6 -	Abatimentos s/ Vendas
8 -	Descontos s/ Vendas
<u>8 -</u>	Impostos s/ Vendas
305 =	Receita Líquida
<u>255 -</u>	CMV
50 =	Lucro Bruto

$$\text{CMV} = \begin{array}{rcl} Ei & + & C \\ 45 & + & (273 - 14 - 7) - 42 \\ 45 & + & 252 \\ 297 & - & 42 \\ 255 \end{array}$$

10) **C**

700	= Receita Líquida
<u>300</u>	- CMV + CSP
400	= Lucro Bruto
200	- Desp. Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas)
20	+ Receita Financeira [60 Receita - 40 Despesa]
	Outras Receitas Operacionais
12	+ Resultado Positivo em Participações Societárias
<u>10</u>	+ Reversão da Provisão
242	= Lucro Operacional
20	+ Receitas Não Operacionais
2	- Despesas Não Operacionais
<u>102</u>	+ Saldo Credor da Correção Monetária
362	= Resultado do Período-Base
<u>6</u>	- Participação de Debêntures
356	= Lucro Antes da C.S. e do I.R.
<u>32</u>	- C.S.
324	= L.A.I.R.
<u>81</u>	- I.R.
243	= Lucro Líquido do Exercício

11) **B**

Mercadorias		
200	680	(2b)
(1) 640		
840	680	
160		

C/C ICMS		
(1) 160	272	(2a)

Fornecedores		
	800	(1)

Caixa		
1360		

ICMS Faturado		
(2a) 272		

Vendas		
	1360	(2)

CMV	
(2b) 680	

1360	= Receita Bruta
<u>272</u>	- ICMS s/ Vendas
1088	= Receita Líquida
<u>680</u>	- CMV
408	= Lucro Bruto

12) **C**

60	= Receita Bruta
<u>12</u>	- ICMS s/ Vendas
48	= Receita Líquida

$$\text{CMV} = Ei + C - Ef$$

<u>5</u>	- CMV
43	= Lucro Bruto
	Despesas Operacionais
2	- Vendas
7	- Gerais
<u>1</u>	+ Financeiras [4 Juros Ativos - 3 Juros Passivos]
35	= Lucro Operacional
<u>9</u>	- Resultado da Correção Monetária
26	= Lucro Antes da C.S. e do I.R.

$$5 = 0 + 14 - 9$$

13) C

1.000	= Receita Bruta
<u>200</u>	- Impostos incidentes s/ Vendas
800	= Receita Líquida
<u>300</u>	- CMV
500	= Lucro Bruto
	Despesas Operacionais
70	- Vendas
10	- Gerais
<u>30</u>	+ Financeira [40 Juros Ativos - 10 Despesa Financeira
450	= Lucro Operacional
<u>150</u>	- Resultado da Correção Monetária
300	= Lucro do Período-Base
300 x 5%	= 15
Mas só poderemos lançar 14 pois	
Capital	500
Reserva da C.M. do Capital	<u>70</u>
	570 x 20% = 114
Saldo da Reserva Legal	<u>100</u>
valor a lançar até completar o limite 14	

14) E

880	= Receita Bruta
<u>80</u>	- Devolução de Vendas
800	
<u>160</u>	- Impostos s/ Vendas
640	= Receita Líquida
<u>310</u>	- CMV
330	= Lucro Bruto

Se o LB = 330 (fornecido pelo enunciado) e a R.L. = 640, o CMV só pode ser = 310, daí

CMV	=	Ei	+	C	-	Ef
310	=	Ei	+	160	-	40
310	=	Ei	+	120		
310	-	120	=	Ei		
190			=	Ei		

Lembrar que Compras 200 (220 - 20 devolução) tem que tirar 20% de imposto.

01) (AFTN 91) - Assinale a opção que contém um "Reserva" que independe da apuração do resultado para sua constituição.

- a) Reserva legal
- b) Reserva da Correção Monetária
- c) Reserva Estatutária
- d) Reserva de Reavaliação
- e) Reserva de contingência

02) (AFTN 85)

- Informações (Exercício Social de 1983)

	\$
- Lucro Líquido do exercício	100.000.000
- Capital social (subscrito e integralizado)	800.000.000
- Reserva da Correção Monetária do Capital Social	500.000.000
- Reserva Legal (saldo do balanço patrimonial anterior, atualizado monetariamente)	120.000.000
- Reservas de Capital :	
- Prêmio recebido na emissão de debêntures	140.000.000

- Subvenções, do poder público, para investimentos

150.000.000

A Cia. Comercial Bandeirante, a quem se referem as informações retro, estava:

- a) Obrigada a constituir uma reserva legal de CR\$5.000.000
- b) Obrigada a constituir uma reserva legal de CR\$40.000.000
- c) Desobrigada de pagar dividendos aos acionistas
- d) Obrigada a constituir uma reserva legal de CR\$65.000.000
- e) Desobrigada de constituir a reserva legal

03) (AFTN 85) - O estatuto da Comercial Magela S.A. é omissivo quanto ao pagamento de dividendo. No exercício social findo em 31/12/83, o seu contador estabeleceu a base de cálculo do dividendo obrigatório a pagar com base nos seguintes elementos:

	\$
- Lucro Líquido do exercício	80.000.000
- Quota destinada à constituição da Reserva Legal	2.000.000
- Reversão de Reserva para contingência formada em exercício anterior	18.000.000
- Lucros a Realizar transferido para a respectiva reserva	4.000.000

Em decorrência, os acionistas tiveram o direito de receber, naquele exercício, a importância de \$:

- a) 52.000.000
- b) 40.000.000
- c) 46.000.000
- d) 26.000.000
- e) 32.000.000

04) (TTN/94) - Ao elaborar um plano de contas para uma empresa mercantil, cuja atividade principal é a revenda de mercadorias, o contador, recém formado, considerou como Reservas de Lucros as seguintes contas:

- I - Reserva Legal
- II - Reservas Estatutárias
- II - Reservas para Contingências
- IV - Reserva de Lucros a Realizar
- V - Reserva da Correção Monetária do Capital Realizado
- VI - Resultados de Exercícios Futuros
- VII - Reservas de Reavaliação de Elementos do Ativo

Em assim sendo, cometeu

- a) cinco erros de classificação
- b) um erro de classificação
- c) quatro erros de classificação
- d) três erros de classificação
- e) dois erros de classificação

05) (AFTN MAR/94) - A Cia. Industrial Santa Helena recebeu, em 31/12/X3, uma Subvenção para Investimento feita por pessoa jurídica de direito público com a finalidade específica de adquirir equipamentos para expandir o seu empreendimento econômico. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, esse tipo de subvenção deve ser classificado, na beneficiária, como

- a) reserva para contingência
- b) retenção de lucro
- c) reserva legal
- d) receita operacional
- e) reserva de capital

06) A Companhia Comercial PERFIL emitiu e colocou, durante o mês de dezembro de 1993, debêntures no valor nominal de \$ 300.000,00, ao preço de venda de \$ 360.000,00. Isto em decorrência da excelente remuneração oferecida, da segurança, dos lucros auferidos anteriormente, liquidez etc. A diferença de \$ 60.000,00 (\$ 360.000,00 - \$ 300.000,00), corretamente contabilizada, representou e teve como contrapartida credora, respectivamente,

- a) prêmio a favor da emitente e receita operacional
- b) ágio a favor da emitente e receita não operacional
- c) lucro da emitente e receita não operacional
- d) prêmio a favor da emitente e reserva de capital
- e) lucro da emitente e reserva de lucro

07) (AFTN SET/94) - Empresa: Indústrias Reunidas Delta S/A

Data do balanço patrimonial: 31.12.92

Estatuto social: omissão, no que diz respeito ao pagamento de dividendos. Inalterado até 30.04.93.

Dados para calcular o montante do dividendo obrigatório:

	\$
- Lucro líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda	8.000,00
- Reservas revertidas	
1) de Contingência	1.200,00
2) de Lucros a Realizar	300,00
- Reservas constituídas	
3) Legal	400,00
4) de Contingência	1.700,00
5) de Lucros a Realizar	200,00

Em decorrência, os acionistas tiveram direito de receber como dividendo obrigatório o montante de

- a) \$ 3.600,00
- b) \$ 1.800,00
- c) \$ 1.600,00
- d) \$ 800,00
- e) \$ 3.800,00

08) TEC.FAZENDÁRIO - PMS/95) Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- 1) A contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, exclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- 2) O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- 3) As doações e subvenções para investimentos;
- 4) As reservas constituídas pela apropriação dos lucros da companhia.

De acordo com a Lei 6.404/776 estão corretas as afirmativas: (

- a) 1 e 2
- b) 1, 2 e 4
- c) 1, 2 e 3
- d) 2 e 3
- e) 1, 2, 3 e 4

09) Os estatutos da Companhia Comercial QQ estabelecem que as participações abaixo serão calculadas com base no lucro que remanescer, após a participação anterior, na seguinte ordem:

- Administradores - 10%
- Partes Beneficiárias - 5%

No período-base findo em 31.12.93 a referida companhia apurou um lucro antes da Provisão para o Imposto de Renda e antes das Participações Estatutárias de \$ 4.000,00.

Outros dados:

- A Provisão para o Imposto de Renda importou em \$ 1.000,00;
- O montante dos Prejuízos Acumulados de exercícios anteriores era de \$ 2.000,00;
- A empresa estava dispensada de constituir a Provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro.
- Desconsidere os aspectos relacionados com a distribuição de dividendos.

Os lançamentos contábeis para registrar essas participações (por natureza), foram, pela ordem, de

- a) \$ 300,00 e \$ 150,00
- b) \$ 100,00 e \$ 45,00
- c) \$ 300,00 e \$ 135,00
- d) \$ 100,00 e \$ 50,00
- e) \$ 400,00 e \$ 180,00

01) D

02) E Lembrar: "A empresa fica desobrigada de constituir a Reserva Legal quando o saldo dessa Reserva somado ao montante existente das Reservas de Capital, alcançar 30% do valor do Capital Social."

Reserva Legal	120.000	Capital Social	800.000
	290.000		
Reserva de Capital	410.000	1.300.000 x 30% =	390.000

03) C

"Quando o estatuto for omissão, a base para cálculo de dividendo obrigatório será de 50% do lucro líquido ajustado ou NÃO INFERIOR a 25% caso haja uma assembléia dos acionistas que assim delibere".

O AJUSTE dar-se-á mediante:

80.000	Lucro líquido do exercício
2.000	(-) quota para reserva legal
18.000	(+) reversão da reserva de contingência
4.000	(-) lucros a realizar transferidos p/ a reserva
92.000	Lucro líquido ajustado
50%	
46.000	Dividendos obrigatórios

04) D

05) E

06) D

07) A

08) D

09) **B**

4.000,00

L.A.I.R.90

1.000,00-

I.R.

3.000,00

2.000,00-

PREJUÍZOS ACUMULADOS

1.000,00 BASE DE CÁLCULO PARA AS PARTICIPAÇÕES

100,00- PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (10%)

900,00

45,00-

PARTICIPAÇÃO DAS PARTES BENEFICIÁRIAS (5%)